

4 ARTIGOS
ACADÊMICOS +
DOSSIÊ

RESENHA
DO LIVRO "TÃO LONGE TÃO
PERTO"

ENTREVISTA
BÁRBARA COPQUE

VOLUME 16 - Nº 1 - ED. 2018

 revista
habitus

ISSN: 1809-7065



<https://revistas.ufrj.br/index.php/habitus>



Volume 16 – Número 1 – Edição 2018

revistas.ufrj.br/index.php/habitus

A Revista Habitus é uma publicação eletrônica semestral, cujo objetivo é oferecer aos jovens pesquisadores uma oportunidade de divulgação de seus trabalhos, de socialização às regras do mundo acadêmico e de produção do desejo de escrever e de ser reconhecido pelo campo científico brasileiro. Desde 2003, a Revista Habitus se organiza para que estudantes de Ciências Sociais de todo o país possam ter um espaço para a publicação de seus artigos e resenhas. Trata-se de um trabalho voluntário, realizado pelos alunos de graduação em Ciências Sociais (IFCS/UFRJ), que estimula a produção acadêmica nas áreas de Antropologia, Sociologia e Ciência Política.

Ao longo de todas as nossas edições, contamos também com uma sessão de Entrevistas, onde estabelecemos uma conversa franca com pesquisadores e professores para compreender os novos rumos da disciplina. Para acessar as datas para a entrega de artigos, assim como nossos procedimentos editoriais, consultar nossas [Normas](#).

Periodicidade: Semestral | ISSN: 1809.-7065 | Contatos: revistahabitus@gmail.com

© Instituto de Filosofia e Ciências Sociais | Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Expediente – Comitê Editorial

Carolina Medeiros, Cleissa Regina Martins, Elis Cerutti Colares, Emanuely Silva, Francisco Kerche, Gizelle Castro, Glicia Peclat, Júlia Kovac, Lucas Lemos, Maria Clara Ferro, Mayra Luiza Pinheiro, Millena Moraes, Olga Christina Zunino, Paula Frias dos Santos, Tayná Mendes, Vivian Santos.

Conselho Editorial

Adam Ramey, André Pereira Botelho, Antônio Brasil, Christina Toren, Cristina Buarque de Hollanda, Cybelle Salvador Miranda, Eloísa Martín, Emerson Alessandro Giumbelli, Fernando Rabossi, Gisele Fonseca, Julia O'Donnell, Julia Polessa, Kátia Couto, Luís Felipe Miguel, Michael Burawoy, Octavio Bonet, Paula Lenguita, Rodrigo Santos, Ruy Braga, Vera Malaguti.

ÍNDICE / CONTEÚDO

Editorial.....	4
Desenhando o campo: uma experiência etnográfica na Cinelândia, rio de janeiro.....	7
Diálogos entre o filme “leviatã” (2014) de Andrey Zvyagintsev e a obra hobbesiana.....	21
Entre a calamidade pública e a metáfora da guerra: representação social da violência e a cidade do rio em 2017.....	29
Proteção ao emprego e renda em tempos de crise: o PPE na Man Latin America.....	42
Rebolando para entender os memes: performatividade masculina e disputas identitárias em festas gays e linguagem da internet.....	62
Reprodução de desigualdades nos resultados educacionais: o caso do ensino superior brasileiro.....	77
Salve-se quem puder! Uma análise das relações entre passageiros e motoristas no ônibus urbano.....	90
Sentidos do retrato: rostos que se exprimem e se calam.....	104

Tão longe tão perto. Família e “movimentos” na ilha da boa vista de cabo verde.....	119
“Antropologando” com a fotografia: entrevista com Bárbara Copque.....	125

O PODER DAS IMAGENS

“Representações visuais têm a capacidade de copiar a realidade mas também de produzi-la. Dito de outra maneira, elas não funcionam somente como espelho do cotidiano que afirmam presenciar”.

Lilia Schwarcz¹

Desde os tempos mais longínquos, o ser humano representa a si e a sua realidade através de imagens. Das pinturas rupestres até as avançadas tecnologias fotográficas, as imagens guardam imensa potência de informação e representação de um momento. Entretanto, como bem atenta a antropóloga Lilia Schwarcz, as imagens não só representam, mas também produzem realidades. Ao capturar um momento, escolhe-se o que mostrar e o que não mostrar. É como um jogo de luz e sombras, onde há visibilidades e outras tantas invisibilidades.

Devido a este poder que as imagens possuem, é que cada vez mais cientistas sociais das mais diversas áreas têm se dedicado a estudar essa poderosa ferramenta discursiva. Olhar analiticamente para estas representações é tarefa urgente do nosso tempo, para entender que poderes e regimes se escondem e produzem o que estas imagens mostram. A respeito das Ciências Sociais no Brasil, as representações por imagem são grandes parceiras nas áreas de estudos, visto que desde etnicamente relevante para a antropologia até as novas formas de contestar estereótipo - este uma imagem em representação do imaginário social - as imagens são aliadas e ferramentas de produções teóricas que buscam questionar a hegemonia vigente. Este é sobretudo um apelo aos mais novos pesquisadores: não deixemos a imagem do nosso povo morrer, que possamos lembrar e multiplicar nossa força e nossa arte, as nossas representações de luta, nossa ancestralidade. Somos parte de um país que necessita democracia, somos parte de uma Academia que pode e deve ser utilizada em nosso favor.

Contribuindo com esta tarefa urgente, a Revista *Habitus* tem o prazer de apresentar seu 16º volume, que conta com 4 artigos que fazem parte do **Dossiê Ciências Sociais e Imagem**. Essa iniciativa surgiu dessa urgência das Ciências Sociais de tratarem cada vez mais desse assunto. Foi um primeiro dossiê arriscado, pois este tema não é predominante. Mas depois de 15 anos de existência, a necessidade de se reinventar e propor novos caminhos e discussões é a tarefa da Revista *Habitus*.

Nesse sentido, demos um importante passo: nesta edição, apresentamos uma nova capa com mudanças de cores, visuais e estéticas, marcando este novo período que se iniciou na Revista. Acreditamos que a mudança é o motor da História e estamos buscando cada vez mais transformar e atualizar-nos.

¹ SCHWARCZ, Lilia. Sobre as imagens: entre a convenção e ordem. In: GOMES, F. e SCHWARCZ, L. (Orgs.). *Dicionário da Escravidão e Liberdade: 50 textos críticos*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

Não poderíamos realizar este Editorial sem prestar nossas condolências a todo o corpo profissional e estudantil do Museu Nacional, que completou 200 anos em 2018 e sofreu um grave incêndio no dia 2 de setembro deste mesmo ano. Se estamos falando de imagens, a de um Museu em chamas diz muito. Esta é uma perda que ainda sentimos demais. Porém não é tempo de lamentar, mas sim resistir. MUSEU NACIONAL VIVE!

Pedimos ainda as mais sinceras desculpas à toda a comunidade acadêmica e sociedade em geral pelo atraso em relação ao padrão de publicação. Como dissemos em nosso último editorial, a Revista vem passando por um intenso processo de reformulação, que nos custou a saída de muitos membros valiosos e com mais experiência, o que acabou por prejudicar e atrasar o processo de publicação.

Quanto à edição atual, apresentamos oito novos artigos sendo quatro deles do Dossiê Ciências Sociais e Imagem, uma resenha e uma entrevista.

No primeiro artigo do Dossiê, **“Desenhando o Campo: uma experiência etnográfica na Cinelândia, Rio de Janeiro”**, Maria José de Amar explora o uso do desenho enquanto metodologia para a pesquisa antropológica. Lançando mão de uma bibliografia tanto da antropologia como de outras áreas relacionadas ao desenho, o objetivo não é ser uma etnografia da Praça Marechal Floriano, mas sim apresentar novas possibilidades metodológicas.

Já o segundo artigo do Dossiê, **“Diálogos entre o filme “Leviatã” (2014) de Andrey Zvyagintsev e a obra hobbesiana”**, Betina Sauter e André Pezzutto nos apresentam uma análise refinada da obra de Hobbes a partir dos diálogos estabelecidos com o filme que leva o nome da mais conhecida obra do autor: O Leviatã. Propondo uma nova interpretação e aplicação de conceitos a partir do filme, os autores incentivam reflexões acerca da política e do poder.

Igor Perrut, em **“Entre a calamidade pública e a metáfora da guerra: representação social da violência e a cidade do rio em 2017”** traz uma importante contribuição sobre a construção social da legitimidade da violência no tido como o ano dos grandes debates sobre segurança pública. É uma reflexão que objetiva compreender como se conformam certos repertórios morais que são mobilizados para lidar com as situações de violência.

“Proteção ao emprego e renda em tempos de crise: o PPE na Man Latin America” é a contribuição de Lucas Lemos para esta edição ao tratar das relações Estado-mercado no estudo de caso da implementação do Programa de Proteção ao Emprego (PPE) na Man Latin America, empresa pertencente à indústria automotiva brasileira. O autor apresenta a análise dos acordos firmados neste processo para demonstrar que, sociologicamente, o PPE atua na manutenção das relações sociais desenvolvidas pelos trabalhadores em suas diversas redes sociais.

Neste que é o terceiro artigo do Dossiê, Fabricio Longo em **“Rebolando para entender os memes: performatividade masculina e disputas identitárias em festas gays e linguagem da internet”** realiza, a partir de dados empíricos e diálogos teóricos, uma análise das “identidades gays” e o universo de disputa que marcam o movimento LGBT contemporâneo. Dessa forma, apresenta como essas identidades são produzidas em contextos informais e de maneira elas se relacionam com esses recursos visuais, os memes.

Diego Rocha apresenta uma importantíssima contribuição aos estudos sobre o Ensino Superior no Brasil em **“Reprodução de Desigualdades nos Resultados Educacionais: O Caso do Ensino Superior Brasileiro”**. O autor, ao analisar a expansão e tentativa de diversificação do Ensino Superior a partir dos anos 2000, adiciona uma variável muito relevante para entender este fato: o desempenho dos estudantes. Dessa maneira, colabora para o entendimento das dinâmicas de ocupação das vagas desta parte do ensino brasileiro.

Em **“Salve-se quem puder! Uma análise das relações entre passageiros e motoristas no ônibus urbano”**, Luísa Surerus se baseia em uma observação participante para discutir a hierarquia existente entre motoristas e passageiros de ônibus urbanos no Rio de Janeiro. Mesclando relatos e abordagens teóricas, a autora discute os conflitos existentes neste modal de transporte público e aponta caminhos possíveis para sua diminuição.

No último artigo da edição e também do Dossiê, Vitor Rodrigues nos presenteia com uma discussão sobre retratos e, conseqüentemente, sobre o rosto humano em **“Sentidos do retrato: rostos que se exprimem e se calam”**. O autor apresenta o debate sobre expressões faciais e também usos diversos dos retratos e do rosto e termina por propor pensar ambas as coisas - os rostos e os retratos - enquanto linguagem.

A resenha desta edição, elaborada por Vinícius Venancio, é do livro **“Tão Longe Tão Perto. Famílias e “Movimentos” na Ilha da Boa Vista de Cabo Verde”**, da antropóloga Andréa de Souza Lobo. Nele, a autora discorre sobre a organização e formação de famílias na Ilha Boa Vista, mas também sobre circulações e mobilidades que perpassam esse processo.

Em entrevista realizada com a antropóloga Bárbara Copque, buscamos refletir, a partir de sua trajetória acadêmica e profissional o tema proposto no dossiê. Afinal, é possível que as ciências sociais dialoguem com a imagem - nesse caso com a fotografia - e formem um campo específico de estudos? Como? Barbara Copque mostra como a fotografia dialoga com a antropologia e contribuiu em seus estudos permitindo, por exemplo, uma melhor negociação no campo e atenção a detalhes que o gravador não tem acesso sozinho. Ao mesmo tempo em que a antropologia contribuiu para o acesso a diversas camadas presentes em uma fotografia. A partir de seus relatos do uso da câmera fotográfica em seus trabalhos de campo, Copque nos mostra as possibilidades diversas de pesquisa que podem unir fotografia e antropologia (e as ciências sociais de modo geral), ressaltando também as dificuldades atuais ao lidar com imagem fotográfica em um mundo com câmeras digitais e direitos autorais.

Por fim o Comitê Editorial da Revista *Habitus* gostaria de agradecer a todos que contribuíram com a nossa nova edição. Em especial aos pareceristas que dedicaram tempo e esforço para garantir a qualidade dos artigos e seu padrão de rigor científico: Mariana Leal, Ana Lucia Martins, Reginaldo Perez, Mario Missagia, Osmundo Pinho, Gibran Teixeira, Tatiana Bacal, Marcos Albuquerque, Renato de Oliveira, Glicia Salviano, Ricardo Bortoli, Rodrigo Monteiro, Elaine Venzon, Gustavo Bezerra, Jésio Zamboni, Dagoberto Bodin, Sandro Almeida e Iana dos Santos.

Desejos a todos uma boa leitura! 🍷

DESENHANDO O CAMPO: UMA EXPERIÊNCIA ETNOGRÁFICA NA CINELÂNDIA, RIO DE JANEIRO

DRAWING THE FIELD: AN ETHNOGRAPHIC EXPERIENCE IN CINELÂNDIA, RIO DE
JANEIRO

*Maria José de Amar Gomes da Silva**

Cite este artigo: SILVA, M. J. A. G. Desenhando o Campo: Uma Experiência Etnográfica na Cinelândia, Rio de Janeiro. **Revista Habitus:** Revista da Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 7 – 20. 2018. Semestral. Disponível em: <revistas.ufrj.br/index.php/habitus>. Acesso em: março, 2019.

Resumo: Este ensaio busca explorar o uso do desenho enquanto metodologia principal para uma pesquisa antropológica realizada em grupo. Utilizo como material empírico um trabalho de campo produzido por mim, entre maio e julho de 2016, em conjunto com outras duas graduandas em Ciências Sociais. Neste trabalho de campo, buscou-se conhecer o entorno da Praça Floriano, localizada no centro do Rio de Janeiro, a partir do ponto de vista da escada do Palácio Pedro Ernesto. Dessa forma, o foco desta pesquisa não é ser uma etnografia da Praça Floriano, mas explorar as possibilidades do desenho enquanto metodologia para a antropologia. Para tanto, irei analisar, juntamente a uma bibliografia tanto da antropologia quanto de autores que trabalham o desenho como forma de conhecer: como ocorreu o processo de desenhar em campo, como foi a troca de informações entre as pesquisadoras envolvidas no trabalho e o que o desenho proporcionou em termos de descoberta.

Palavras-chave: Desenho, etnografia, Rio de Janeiro, Praça Floriano.

Abstract: This essay seeks to explore the use of drawing as the main methodology for anthropological group research. I use as an empirical material a field work produced by me, between May and July 2016, together with two other graduates in Social Sciences. In this field work, we sought to know the surroundings of Floriano Square, located in the center of Rio de Janeiro, from the perspective of the stairs of the Pedro Ernesto Palace. Thus, the focus of this research is not to be an ethnography of Floriano Square, but to explore the possibilities of drawing as a methodology for anthropology. To do so, I will analyze, along with a bibliography of both anthropology and authors working on drawing as a way of knowing: how the process of drawing in the field occurred, how was the exchange of information between the researchers involved in the work and what the drawing provided in terms of discovery.

Keywords: Drawing, ethnography, Rio de Janeiro, Floriano Square.

Estava desenhando, da maneira como sempre fazia. Sentada na escada; no colo, caneta, folhas e um caderno que utilizava para apoiá-las. Quando um homem, de vinte e tanto anos, começa a rir de mim. Meu pior pesadelo estava acontecendo. Não só tinha alguém rindo de mim: estavam fazendo isso enquanto eu desenhava! Naquele momento, me senti constrangida. Quem era aquele cara? Um crítico de arte? Ele nem sabia a proposta do que eu estava fazendo! E eu passei a também não saber... Não sabia como reagir. Respirei fundo para me acalmar. Não podia deixar esse episódio estragar a minha confiança.

Resolvi desenhar tal fato. Passar para o visual essa vivência. Como desenhar o que tinha acontecido e não o que eu estava sentindo? Minha vontade, naquele momento, era desenhar esse homem como um monstro dos piores filmes de terror. No fim, voltei para o desenho que estava fazendo e resolvi desenhar este acontecimento que lhes relato quando estivesse em minha casa. (Relato de campo da autora)

No dia seguinte a este fato, compartilhei o desenho (Fig. VII) e a história que ele trazia com o resto do grupo, e conversamos sobre o que tinha acontecido. Acabou que tal desenho e a memória que ele carrega transformaram-se em algo pertencente a todo o grupo. Mesmo estando sozinha naquele dia, quando esse episódio era citado por alguma integrante, era como se essa pessoa tivesse estado lá e vivenciado aquilo. Essa história resume o que foi fazer uma etnografia em grupo, na qual o desenho era a principal ferramenta de registro.

O fazer trabalho de campo nessas condições (em grupo e tendo o desenho como a principal forma de registro) foi uma novidade para as envolvidas. Contudo, utilizar o desenho foi um importante mediador do nosso trabalho. Como não podíamos ir todas ao campo no mesmo dia e no mesmo horário (no máximo conseguíamos ir em duplas), encontrávamo-nos uma vez na semana, depois da aula, para conversarmos sobre os desenhos feitos.

Este modelo de trabalho nos foi proposto por nossa professora, Karina Kuschnir, durante uma disciplina eletiva (Tópicos Especiais em Antropologia IX – Laboratório de Antropologia e Desenho) no período de 2016.1 do curso de Ciências Sociais – Bacharelado, no IFCS/UFRJ. Tal matéria tinha como foco discutir e, principalmente, praticar o desenho na antropologia[1].

A proposta da disciplina era fazer uma etnografia na qual o principal recurso de registro fosse o desenho. Além disso, conforme sugerido pela professora, o local de pesquisa deveria partir de uma escada. O grupo precisava escolher uma escada para que se pudesse fazer dela um "local de desenhar": um ponto onde se pudesse sentar, observar e desenhar o que estava acontecendo ao redor. Meu grupo escolheu a escada do Palácio Pedro Ernesto, onde se situa a Câmara Municipal do Rio de Janeiro na Praça Floriano (s/nº) - Cinelândia. Foram dois meses de campo, onde eu, Paula Monteiro e Thamiris Lucia Parente íamos, ao menos uma vez na semana, nesta escada para observar e desenhar.

Apesar de partir de um trabalho de campo, a proposta deste artigo não é ser uma etnografia detalhada sobre a Praça Floriano. O foco deste texto é relatar como os (nossos) desenhos (da Praça Floriano) passaram a ser nosso objeto de estudo: debatíamos os aspectos em comum e as diferenças dos nossos registros imagéticos. Desta forma, no decorrer deste artigo será analisado o processo de desenhar em campo e o que o desenho proporcionou em termos de descoberta. Além disso,

estabelecerei uma relação entre autores que ajudam a pensar o processo de desenhar na antropologia e as experiências do trabalho campo da Praça Floriano. Já na próxima seção irei relatar os materiais utilizados nos desenhos durante o campo[2].

1. Materiais utilizados para a etnografia com desenhos

Como suporte, utilizamos folhas soltas, tamanho A4, cortadas ao meio ou não, tendo uma prancheta transparente como base de apoio ou um caderno de capa dura que cada uma das integrantes sempre tinha na mochila. A única exceção de suporte foi a experiência de textura da escada com papel jornal (Fig. VI). Utilizamos caneta nanquim descartável, de 0,5 e 0,3 mm, para os traços e também caneta hidrocor de ponta grossa na cor preta para fazer corpos como manchas e outras marcas. Os desenhos não eram coloridos no local. Para tal fim, utilizamos giz de cera, lápis de cor, normal ou aquarelável, e aquarela, essa última utilizada tanto para colorir os desenhos, depois de feitos, quanto para colorir a folha antes de desenhar.

A escolha do suporte e dos materiais no campo se deu pelas próprias características deste. A Praça Floriano é um local de muita circulação, que trazia a necessidade de um registro rápido, sem materiais que precisassem de preparo, como aquarela ou outros, sendo a utilização destes outros materiais feita em casa, com mais calma. Além disso, escolhemos objetos pequenos que coubessem em nossas mochilas e que poderiam ser carregados com facilidade, levando em conta que corríamos risco ao ficar paradas no local por muito tempo.

2. Desenhar na antropologia

Segundo Teresa Carneiro (2011), os desenhos revelam diferentes experiências e modos de olhar o mundo, assim como diferentes experiências e modos de desenhar. Aquilo que é desenhado depende das circunstâncias do momento do registro e da vivência de cada um, possuindo uma forte dimensão autobiográfica. Assim, apesar dos variados focos e traços e das distintas autorias dos desenhos encontrados ao longo deste artigo, tratam-se de narrativas visuais sobre um mesmo local a partir de três pesquisadoras com seus olhares próprios.

Durante o trabalho de campo, tínhamos a preocupação de perceber o espaço através do desenho, de retratar o lugar para além das palavras, buscando meios para realizar um estudo que mostrasse as características daquele local para os outros e para a gente. Surge então a possibilidade de desenhar para conhecer (KUSCHNIR, 2012), desenhar como modo de estudar um local. Assim como as demais representações imagéticas na área da antropologia, o desenho também apresenta compromisso com o objeto de estudo; entretanto, esse registro não pretende ser uma captação objetiva do mesmo, ele é o olhar de alguém, no caso do pesquisador, sobre os objetos, pessoas e relações observadas no campo.

Nesse sentido, o uso do desenho na etnografia pode ser também um catalisador de memória e do imaginário do antropólogo (SALAVISA, 2008). O ato de desenhar nos ajuda a lembrar de fatos vistos e vividos em campo. Ou seja, lembramos porque desenhamos os acontecimentos, ou porque ainda pretendemos desenhá-los. No artigo "Contribuições do desenho para a pesquisa antropológica" de Pedro Gama e Karina Kuschmir (2015) vemos diferentes trabalhos e as contribuições do desenho

para tais pesquisas. É interessante perceber como pesquisas com objetos de estudo distintos têm ganhos parecidos quando relatam os "benefícios" de utilizar o desenho como forma de registro. Isso demonstra que, apesar da subjetividade do ato de desenhar, tal registro encontra uma sistematização de atributos enquanto metodologia.

Uma das contribuições do desenho etnográfico observadas no trabalho de campo da Praça Floriano coincide com as relatadas no texto de Gama e Kuschnir (2015). Ao despertar curiosidade e abrir o diálogo, o desenho torna a pesquisa mais acessível a quem está fora do meio acadêmico. As pessoas se interessam, opinam e podem até intervir em seu desenho.

Além deste fato, outra reflexão pode ser feita através do trabalho dos autores: como o desenho não é uma representação fiel da realidade, as pessoas acabam por não se incomodar em serem desenhadas. Numa fotografia ou filmagem, e até mesmo numa gravação sonora, pode ocorrer maior relutância, uma vez que essas formas de registro oferecem maior propensão à captação do "real", e o anonimato dificilmente pode ser assegurado no ato do registro (esse anonimato poderia ser garantido apenas em um segundo momento, o da edição; mas isso implicaria numa relação de confiança bastante alta entre as partes). O desenho, por sua vez, fornece um anonimato instantâneo, pois o desenhador, mesmo que tenha a habilidade de realizar um retrato realista, pode omitir (caso seja solicitado ou por escolha própria) características de identificação de pessoas e lugares na hora em que desenha.

Contudo, na Antropologia Visual a captação imagética foi dominada pela fotografia e pela filmagem, e o desenho acabou sendo renegado durante muitos anos. Esse fato é explicitado na citação abaixo de Kuschnir (2016):

Como sabemos, ao longo do século XX, o desenho perdeu seu protagonismo para os equipamentos de produção de imagens como a câmera fotográfica e filmadora. O aprendizado da técnica vai desaparecendo dos currículos escolares (ao menos na tradição ocidental) e seus profissionais deixam de figurar como membros indispensáveis de equipes de pesquisa, passando a ocupar áreas e nichos específicos, seja em núcleos de ilustração científica, seja em artes, arquitetura e design. Mesmo nesses campos, o meio digital ocupou grande parte da produção do conhecimento visual gráfico. (KUSCHNIR; 2016: 7)

3. Desenhando o movimento

No início do trabalho de campo, sentíamos-nos confusas sobre o que desenhar. Era muita coisa acontecendo ao mesmo tempo, muito movimento. Tudo chamava nossa atenção, não era fácil decidir o que não poderia deixar de ser registrado. A partir desta sobrecarga de percepções do que ocorria à nossa volta, cada pessoa do grupo foi descobrindo soluções diferentes para conseguir desenhar o movimento em meio ao caos do centro do Rio de Janeiro. Porém, mesmo com os nossos diferentes modos de desenhar e diferentes percepções, quando colocamos os desenhos lado a lado, conseguimos identificar um mesmo espaço, cenas e personagens semelhantes.

Apesar de a ideia inicial do trabalho de campo partir da observação da escada, o local que ela estava inserida e o ponto de vista que ela fornecia foram tomando lugar nos desenhos. Dessa forma, desenhamos a Cinelândia a partir dos diferentes pontos de vista da escada. Alguns desenhos focam na

escadaria, outros, na Praça Floriano, logo à frente, e alguns tentam abarcar toda a espacialidade da Cinelândia com seus principais prédios, monumentos e bares, dando uma melhor noção do local no qual a escada está inserida e do qual faz parte (Fig. I, Fig.II e Fig.XI).



FIGURA I: Desenho de Maria José de Amar.



FIGURA II: Desenho de Paula Monteiro.

Sendo a Cinelândia um local de passagem e intensa circulação de pessoas, era possível perceber, através de nossos desenhos, alguns personagens constantes. Não exatamente pessoas específicas que se repetiam, mas grupos que podem ser identificáveis, os quais, de certa forma, pertencem àquele local e ao bairro em geral. Alguns exemplos são trabalhadores de terno, moradores de rua, ambulantes, turistas e a Polícia (Fig. IV, Fig. V e Fig. XIII). Essa percepção era consequência da nossa forma de ver. Contudo, vale ressaltar que o ato de desenhar e de compartilhar os nossos desenhos entre o grupo afetou a maneira de olhar de cada integrante do grupo. Passamos a observar o local de modo mais atento. Antes tínhamos certo tipo de memória com relação à Cinelândia, mas o tempo que passamos lá a desenhar nos fez enxergar o local de modo diferente, como que pela primeira vez.

Nossas experiências em campo eram trocadas a partir do que registrávamos em nossos desenhos, sendo que reconhecíamos situações (nos desenhos) mesmo quando não estávamos presentes. Ainda que cada registro revelasse nossas diferentes formas de olhar aquele espaço, isso não foi fator limitador da pesquisa. Pelo contrário: usávamos os desenhos para contar o que tínhamos vivenciado, analisávamos como muitas das vezes desenhávamos coisas iguais mesmo quando tínhamos ido ao campo em dia diferentes e coisas diferentes quando tínhamos ido ao campo juntas. O compartilhamento de nossos registros serviu para que conseguíssemos ampliar nossa visão do campo enquanto a pesquisa ainda estava em andamento. Isso porque as imagens auxiliaram no entendimento individual de cada integrante do grupo e, em consequência, a pesquisa se enriqueceu de uma maneira geral.

A prática de observação daquele espaço se expandiu para além do tempo que desenhávamos, mudou nossa percepção do lugar. A Cinelândia não era um espaço novo para as integrantes do grupo. Contudo, foi quando começamos a desenhar que passamos a notar a arquitetura, o chão da escada, os barulhos (Fig. III) e ficamos mais atentas às expressões corporais das pessoas (Fig. IV).



FIGURA III: Desenho de Paula Monteiro.



FIGURA IV: Desenho de Maria José de Amar.

Uma das características do desenho abordada na obra "Histórias Etiópes" (RAMOS, 2010) é a de meio de comunicação, uma espécie de provocador de interação, podendo quebrar o estigma da alteridade ao se tornar um meio para se engajar numa conversa. Em nosso campo, trabalhadores ambulantes ou moradores de rua sempre vinham nos abordar, e, em geral, nossas conversas se davam com essas pessoas (Fig. V). Os moradores de rua eram os que mais gostavam de conversar, e apesar de trocas ocorrerem com diferentes indivíduos, as conversas acabavam seguindo um mesmo rumo. Era perguntado o que fazíamos da vida, diziam que tínhamos que continuar os estudos, elogiavam os desenhos, elogiavam a iniciativa de desenhar, e começavam a falar da vida deles. Filosofavam sobre a vida, agradeciam pela atenção, e enquanto a gente conversava, eles aproveitavam para pedir "uma ajudinha" (dinheiro). Também fomos abordadas por um guarda, que questionou o que estávamos fazendo. Neste dia, era realizado um trabalho sobre a textura da escada (Fig. VI) e o guarda abordou Paula Monteiro e a Thamiris Lucia Parente, perguntando o que elas estavam fazendo, e verificando se não iam causar nenhum dano ao prédio.



FIGURA V: Desenho de Thamiris Lucia Parente.



FIGURA VI: Texturas e desenhos de Paula Monteiro e Thamiris Lucia Parente.

Por estarmos sentadas na escada, um lugar que, teoricamente, seria de passagem, e por estarmos com os olhos voltados para a praça e não concentradas em atividades mais comuns daquele espaço, como ler ou mexer no celular, estávamos mais expostas e, de certa forma, mais abertas a abordagens. Alguns tentavam "espiar" o que estava sendo feito; outros eram mais diretos e pediam para ver o que estávamos fazendo. Essas solicitações eram sempre feitas por homens. Mostrávamos os desenhos sem problemas, e as reações das pessoas eram diversas. Iam da curiosidade à chacota, da indiferença ao entusiasmo. O principal, para nós, é que o ato de desenhar causava efeito nas pessoas. Dos comentários que recebemos, o caso da pessoa que debochou do desenho ficou marcado (Fig. VII). Vale ressaltar que não tomamos a iniciativa de mostrar nenhum dos nossos desenhos, contudo, não nos recusávamos a mostrar quando era pedido.



FIGURA VII: Desenho de Maria José de Amar.

Entretanto, mesmo que uma conversa não ocorresse, o simples fato de desenhar, unido à questão dos materiais que carregávamos, aticavam a curiosidade dos transeuntes, que nos encaravam com um olhar questionador. Por ser um local de muita circulação, as pessoas não se demoravam ao se sentarem na escada ou em suas passagens pela Praça Floriano, sendo o fluxo de pessoas andando algo característico a partir da observação da praça.

No texto “Desenhar o olhar sobre o mundo”, Teresa Carneiro destaca o ato de desenhar como uma recusa ao processo de desaparecimento à medida que este propõe uma simultaneidade de múltiplos momentos. Desenhar uma multiplicidade de eventos nos permite ter experiência temporal que se torna uma resistência ao instante, à passagem do tempo que nos escapa. Em nosso campo, essa questão do tempo entra em cena através dos desenhos que mostram os eventos que ocorreram na praça: de tempos em tempos um evento acabava e um novo era montado, sendo que alguns eventos duravam um dia, dias ou até algumas semanas. (Fig. VIII, Fig. IX e Fig. X).

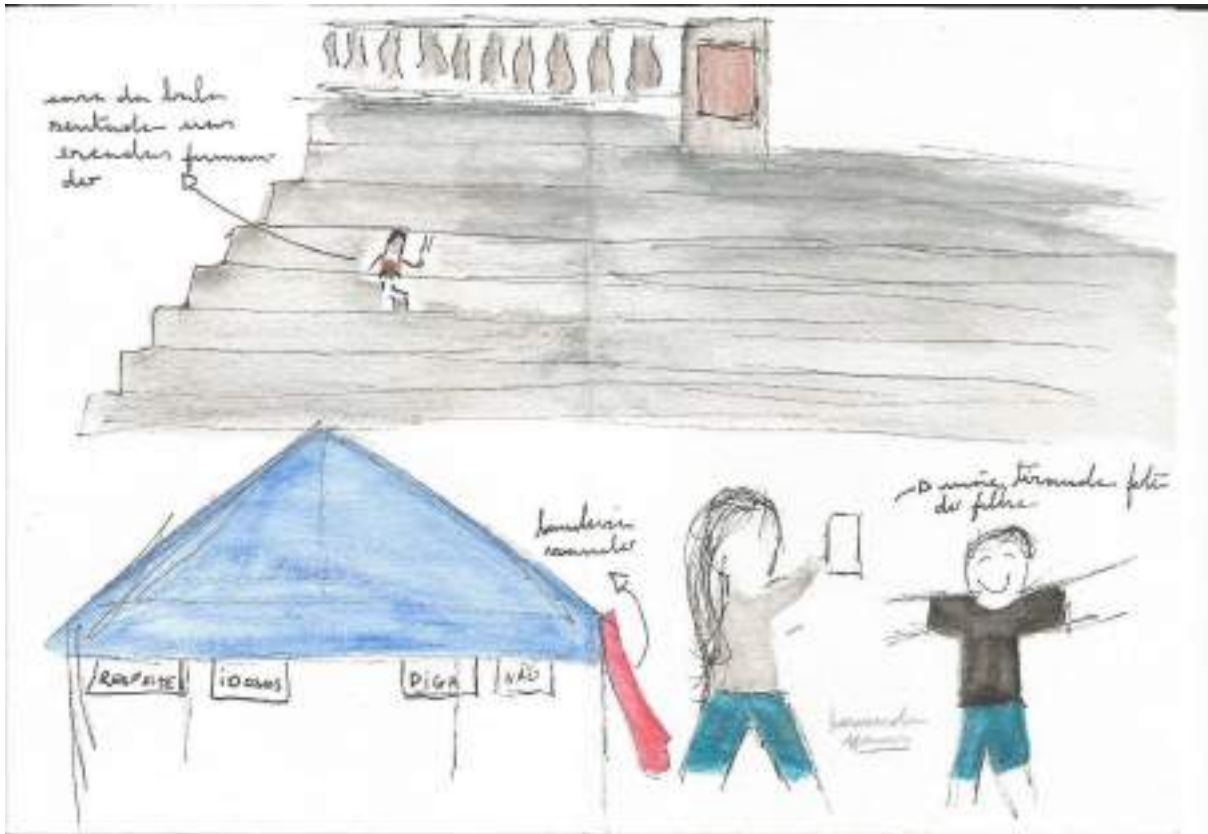


FIGURA VIII: Desenho de Maria José de Amar.



FIGURA IX: Desenho de Paula Monteiro.

4. Conclusão

Nas imagens abaixo podemos observar desenhos que partem de um mesmo ponto de vista da Praça Floriano, mas que apresentam diferentes modos de olhar. ((Fig. II, Fig. XI e Fig. XII).

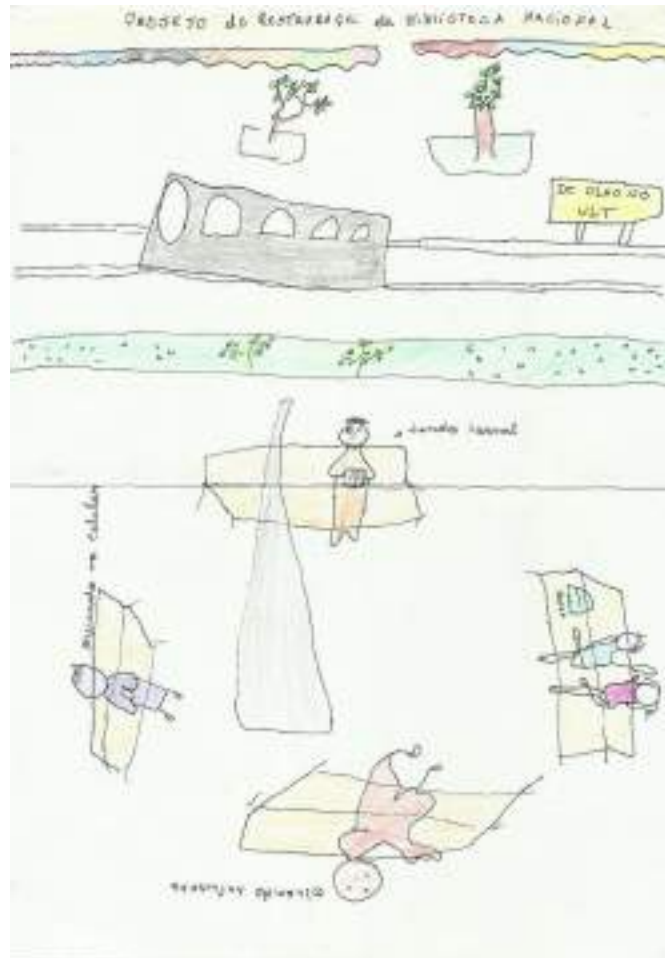


FIGURA XI: Desenho de Thamiris Lucia Parente.



FIGURA XII: Desenho de Maria José de Amar.

Desenhávamos o que era visto, e nem sempre aquilo era atrativo. Em algum momento ao longo do processo passamos a nos aborrecer com o campo, nada parecia sair daquele lugar, não conseguíamos encontrar regularidade. Contudo, fomos encontrando a solução nos nossos próprios problemas: deixamos de focar nos indivíduos e percebemos que apesar de não desenhar (e nem ao menos encontrar) as mesmas pessoas, lidávamos com os mesmos personagens, sendo os mesmos figuras constantes nos desenhos de todas as integrantes (Fig. IV, Fig. V e Fig. XIII). Dessa forma, nossos desenhos viraram uma forma de comunicação: era assim que trocávamos informações sobre o campo e foi assim também que deixamos de ver a movimentação como inimiga, já que a mesma era característica daquele espaço e dos nossos desenhos.

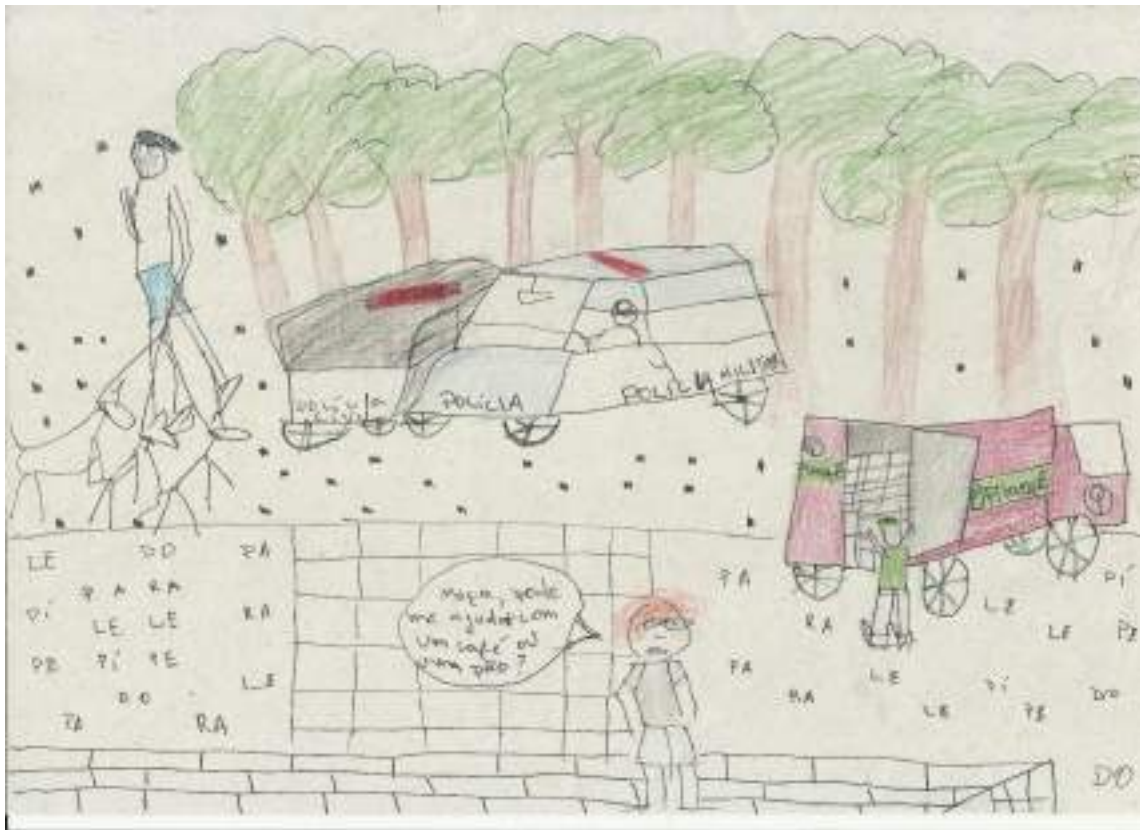


FIGURA XIII: Desenho de Paula Monteiro.

No campo da Antropologia, a representação gráfica é recurso expositivo importante, e existem diversos exemplos de contribuições do desenho para a construção do conhecimento na área. Como foi exposto ao longo deste ensaio, o seu uso pode ir além da mera ilustração de um texto: o desenho seria um caminho para novas formas narrativas e expositivas em etnografia. O diálogo entre a observação etnográfica e a observação gráfica coloca em questão o próprio sujeito que observa/desenha, coloca em foco como nossa observação parte de uma mediação do olhar. Como disse Teresa Carneiro (2011: 12), “[...] quem desenha, desenha-se simultaneamente a desenhar, ou pelo menos desenha-se a desenhar seu olhar sobre o mundo... [...]”. Isto é, se mostra com aquela imagem, pois o olhar em que se baseia o desenho e o modo de desenhar em si partem das experiências de cada um, o que escolhemos registrar e como são escolhas que dizem algo sobre nós mesmo e não só sobre a coisa que desenhamos.



NOTAS

*A autora, à época da submissão, cursava o 9º período do curso de Ciências Sociais, na Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: mariadeamar@gmail.com.

[1] O presente artigo foi produzido a partir de um trabalho final para a disciplina "TÓPICOS ESPECIAIS EM ANTROPOLOGIA IX – LABORATÓRIO DE ANTROPOLOGIA E DESENHO", ministrada pela professora Karina Kuschnir, professora do Departamento de Antropologia Cultural (DAC/IFCS/UFRJ), no período de 2016-1.

[2] Esta reflexão foi desenvolvida durante minha participação no projeto “Desenhando a cidade: um estudo etnográfico no Rio de Janeiro” do Laboratório de Antropologia Urbana (LAU) do Departamento de Antropologia Cultural do IFCS/UFRJ, coordenado pela Professora Karina Kuschnir. O objetivo do projeto é investigar o uso do desenho em meio urbano, com ênfase no Rio de Janeiro, entendendo o desenho como uma forma específica de olhar, conhecer e registrar a experiência de viver em cidades.

[3] Todos os desenhos encontrados nesse artigo foram produzidos entre maio de julho de 2016 e são de autoria de Maria José de Amar Gomes da Silva, Paula Monteiro de Albuquerque e Thamiris Lucia Silva Parente.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Teresa. **Desenhar o Olhar sobre o Mundo**. In: Catálogo de Exposição Diários Gráficos em Almada. Almada: Câmara Municipal/Museu da Cidade. pp. 10-13, 2011.

GAMA, Pedro Ferraz; KUSCHNIR, Karina. **Contribuições do desenho para a pesquisa antropológica**. Revista do CFCH, UFRJ, p. 1-5, 2015.

KUSCHNIR, Karina. **Desenhar para conhecer: desenhando cidades**, Seminário Conversas de Pesquisa – Departamento de Antropologia Cultural, DAC/IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, 2012.

KUSCHNIR, Karina. **A antropologia pelo desenho: experiências visuais e etnográficas**. Cadernos de Arte e Antropologia, vol. 05: 05-13, 2016.

RAMOS, Manoel João. **Histórias etíopes**. Lisboa: Tinta da China, 2010.

SALAVISA, Eduardo (org.) **Diários de Viagem – Desenhos do cotidiano**. Lisboa: Químera Editores, 2008.

SALAVISA, Eduardo. **Não somos desenhadores perfeitos**. In: Catálogo de Exposição Diários Gráficos em Almada. Almada: Câmara Municipal/Museu da Cidade. pp. 09, 2011.

Desenhos de Maria José de Amar Gomes da Silva, Paula Monteiro de Albuquerque e Thamiris Lucia Silva Parente.

Recebido em 03/09/2017

Aprovado em 19/06/2018

DIÁLOGOS ENTRE O FILME “LEVIATÃ” (2014) DE ANDREY ZVYAGINTSEV E A OBRA HOBBSIANA.

DIALOGUES BETWEEN ANDREY ZVYAGINTSEV'S MOVIE “LEVIATHAN” (2014) AND THE HOBBSIAN PHILOSOPHY.

*André Pezzutto e Betina Thomaz Sauter**

Cite este artigo: PEZZUTO, André. SAUTER, B. T. Diálogos entre o filme “Leviatã” (2014) de Zvyagintsev e a obra hobbesiana. **Revista Habitus:** Revista da Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 21-28. 2018. Semestral. Disponível em: <revistas.ufrj.br/index.php/habitus>. Acesso em: março, 2019.

Resumo: O filme “Leviatã”, de 2014, desde seus cenários até seus personagens nos inspiraram a reflexões acerca de política e poder segundo um referencial hobbesiano. Seguindo a proposta de Clément Rosset, nos desvinculamos de uma leitura de Hobbes feita por Rousseau e o encaramos no registro de sua teoria de poder absoluto retirando as atribuições equivocadas, como: referência metafísica, referencial naturalista e agressividade natural no “estado de guerra”.

Palavras-chave: Hobbes; Leviatã; Poder absoluto; Arbitrariedade.

Abstract: The picture “Leviathan”, 2014, have inspired us, since the scenarios to the characters, to think about politics and power by a hobbesian track. Following Clément Rosset’s proposal, we diverge from some assumptions about Hobbes’s works that were interpreted by Rousseau. Instead, we analyse the hobbesian philosophy by his theory of absolute power, taking away some misleading concepts, such as: metaphysical reference, naturalistic reference and natural aggressiveness in the “state of war”.

Keywords: Hobbes; Leviathan; Absolute power; Arbitrariness.

Andrey Zvyagintsev - diretor do filme - começa o projeto “Leviatã” em 2004 quando ouve sobre a história de Marvin Heemeyer que, indignado com uma disputa de terras, pegou um trator e o usou para demolir a prefeitura e outros edifícios de uma pequena cidade norte americana.

O diretor utilizou-se desse relato, da revolta desse indivíduo como parábola universal e também encontrou outras inspirações e estímulos, como o *Leviatã* de Thomas Hobbes e a história bíblica de Jó, chegando assim à narrativa final do filme. As referências empregadas evocam sofrimento humano atemporal, bem como as questões filosóficas de arbitrariedade e poder. Parece ser inevitável para o indivíduo, seja numa sociedade progressista ou arcaica, o confronto com algum tipo de instituição. De maneira que o ser humano se vê sozinho, lutando por dignidade e pela sua definição de justiça contra o sistema que lhe é alheio.

A retórica da narrativa baseia-se na dicotomia do homem contra o Estado, universal e atemporal. No entanto, apesar da experiência ser coletiva e seu sentido variar culturalmente, é possível identificar através de um olhar atento algumas capacidades interpretativas que exploram convenções, no caso, sobre a vida humana frente ao emaranhado político chamado aqui de “Leviatã”. Existem muitas metáforas e símbolos no filme que discutem tanto com a sociedade russa quanto com outras. Tudo, desde tribunais a igrejas e guardas de trânsito, são essencialmente russos. Para dar tal tangibilidade, ao invés da utilização do imaginário, o diretor parece fazer questão de referências como Pussy Riot e o retrato de Vladimir Putin pendurado na parede do gabinete do prefeito. De certa maneira, o filme nos apresenta a estrutura de poder do país, o retrato de um “Leviatã” de uma igreja organizada juntamente com um sistema político corrupto e uma sociedade automatizada e resignada.

A obra causou polêmica - principalmente nacionalmente - e foi considerada uma afronta ao país por algumas instâncias, dentre elas o Ministério da Cultura e líderes religiosos da Igreja Ortodoxa. Internacionalmente, todavia, o longa foi aplaudido e conquistou diversos prêmios, sendo os mais notórios o de melhor roteiro no festival de Cannes e o Globo de Ouro de filme estrangeiro (CARTA CAPITAL, 2015). O filme “Leviatã” examina significações de uma realidade, tanto sobre a vida na Rússia quanto sobre a relação universal do homem com o arbítrio de um suposto sistema indiferente. Mostra russos comuns tendo seus esforços de expressão sendo esmagados sob uma burocracia profundamente corrupta. Sobre a questão, o diretor ainda comenta em uma entrevista: “As ideias do Estado de direito, da igualdade de direitos dificilmente são discutidos aqui. Há uma discussão na sociedade, mas é inútil. Eu tenho um sentimento de inutilidade absoluta de fingir o direito de ter uma palavra a dizer em qualquer situação” (THE GUARDIAN, 2014, tradução nossa).

O diretor de “Leviatã” relata na arte cinematográfica um sistema cultural e político e o critica. O filme nos fornece, assim, metáforas e ocasiões reminiscentes às discussões filosóficas e, mesmo sendo simples e direto, o número do mistério e ambiguidade o obriga a um compromisso interpretativo. Sendo assim, a esse ensaio cabe analisar a utilização das metáforas e símbolos empregados por Andrey Zvyagintsev em sua obra, dando ênfase aos conceitos atribuídos a Hobbes, suscitando e insistindo na potência e atualidade da reflexão sobre poder feitas pelo filósofo, mesmo no contexto atual. Logo, é feita uma reflexão sobre as referências hobbesianas sobre política e poder a partir de Clément Rosset, reiterando atribuições equivocadas sobre a teoria de poder absoluto de Hobbes como: referência metafísica, referencial naturalista e agressividade natural no “estado de guerra”. O ensaio se desenvolve

tendo como principais referências a obra cinematográfica “Leviatã” de Andrey Zvyagintsev, o livro do filósofo Hobbes também intitulado “Leviatã” e exemplar de Clément Rosset “Antinatureza” e cria um diálogo interessante entre as mesmas.

1. As discussões políticas encontradas nas metáforas da cinematografia de “Leviatã”.

O filme começa com um cenário de distantes vistas monumentais da costa norte da Rússia, onde há enormes formações rochosas de ardósia cinza, inclinadas para um mar agitado. A palheta utilizada é de um cinza lúgubre e as paisagens todas se carregam de uma melancolia pesada. Logo aparecem cascas de navios abandonadas ao longo da borda da água, onde, mais tarde no filme, vai ser contemplado por um enorme esqueleto de uma baleia encalhada - um leviatã evocando tanto o Livro de Jó, quanto o da obra de Thomas Hobbes. A história se passa na cidade fictícia de Pribrezhny (filmado na cidade costeira de Teriberka, Murmansk Oblast, Rússia) e acompanha os trágicos eventos que afetam Kolya (Alekssei Serebryakov), um mecânico com temperamento forte, sua segunda esposa Lilya (Elena Lyadova) e seu filho adolescente Roma (Sergey Pokhodyaev). O lote que envolve essa família e o prefeito corrupto da cidade, Vadim (Roman Madyanov) é o próprio terreno da casa onde moram. Outro personagem importante é Dmitri (Vladimir Vdovichenkov), velho amigo de Kolya e agora advogado em Moscou que vem a fim de ajudar na luta judicial contra a expropriação encabeçada legalmente por Vadim. Os planos do prefeito são, supostamente, de construir um mastro de telecomunicações, oferecendo um valor baixíssimo como compensação aos atuais moradores. Todavia, Kolya não acredita na hipótese do mastro de telecomunicações e suspeita que seu plano real seja construir um casarão para si próprio, dada a boa localização do terreno. Ademais, a justiça da cidade se mostra favorável à proposta do prefeito. No tribunal, o funcionário lê numa velocidade extremamente rápida o rol das más notícias. Parece, de certa maneira, uma sátira de quanto o “Leviatã” normalmente se move rápida e friamente, cobrindo muito mais terreno ao longo de sua narrativa densa. Ao sair do tribunal, Lilya pergunta a Kolya - que parece furioso - como ele vai enfrentar a cidade inteira, fazendo referência a todo o aparato jurídico e burocrático da cidade – a resposta é um silêncio e retorno à casa.

Enquanto Kolya é confortado por seu amigo Dmitri com doses de vodka, o prefeito, também bêbado depois de uma reunião com um bispo da igreja ortodoxa, resolve visitar o então proprietário. A cena é cômica e se dá entre os dois se esforçando para manter o equilíbrio. Nesse cenário, pode-se evocar o conceito de “estado de guerra” proposto por Hobbes. Rosset (1989) diz que a pretensão de Hobbes jamais foi no sentido de outorgar a um suposto “estado de natureza” um mal essencial (mal esse fruto de uma leitura equivocada de Rousseau e que o próprio contrastará com sua análise). Ao contrário, para o filósofo, “na ausência de instituição”, tal qual observamos na cena cômica do filme descrita anteriormente, “os desejos humanos não se manifestam de maneira agressiva, mas errática” (ROSSET, 1989, p. 205). A comicidade desse “estado de guerra”, com desejos se colidindo erraticamente num acaso em estado livre, logo é canalizada pelos personagens secundários ao redor. Sendo auxiliados pelos seus devidos amigos ou empregados, o prefeito, finalmente, se exalta frente a Kolya e pergunta satiricamente se ele já arrumou as malas para partir – demonstrando controle absoluto pelo resultado que viria, avisando que ele não tinha nenhum tipo de direito e que nunca teria. Ao tentar reportar o ocorrido para autoridades no dia seguinte, Kolya perde o temperamento e grita com um policial, que o prende arbitrariamente. Além disso, o recurso contra o prefeito é negado. Para tentar levar a acusação adiante,

o advogado decide ir até a cadeira burocrática, apenas para ser ignorado pelo escritório do promotor e do juiz que parecem fazer parte da trama do prefeito. Dado a falha dos canais oficiais, Dmitri se encontra com Vadim e o faz recuar na proposta ao ameaçá-lo com documentos sobre feitos escusos do mesmo.

Todas essas passagens aludem à questão do poder e no pensamento político de Hobbes existe uma “assimilação entre o poder e o *arbitrário*” (ROSSET, 1989, p. 206). O que significa dizer que as duas palavras dizem respeito a um mesmo fenômeno, ou seja, qualquer poder é manifestação e administração de arbitrariedade. Podemos, com isso, dizer que aquilo que se impõe a alguém não se impõe como necessidade, mas como arbitrário (assim o vemos na empresa de desapropriar Kolya) - “a necessidade, tal qual o homem a conhece, sempre será acaso imposto” (Ibid., p. 206). Isso implica dizer que tudo que existe, sejam as leis jurídicas quanto as físicas, só existem se forem arbitrárias, “o que não é, não é” (ibid, p. 207).

As reflexões hobbesianas também nos contestam acerca da vontade (ou necessidade) de controlar o poder - tal qual pretendem Kolya e Dmitri. Nas palavras de Hobbes, “qualquer um que, considerando grande demais o poder soberano, procurar diminuí-lo, deverá submeter-se ao poder capaz de imitá-lo, isto é, a um poder superior” (apud ROSSET, 1989, p. 207), o que implica alguém controlando o controlador e assim infinitamente, ou seja, “é necessário que se escolha entre o poder absoluto ou sua dissolução absoluta, entre o arbitrário e o absurdo” (Ibid., p. 207). Ou o poder será absoluto, ou não será nada. Hobbes “não critica a promessa de mudar o poder, mas o desejo, frequente e constantemente adulado para fins demagógicos, de *moderar* o poder” (Ibid., p. 207).

Voltando ao filme, enquanto Kolya está preso, Lilya acaba tendo um caso com Dmitri. Mais adiante, durante uma saída para comemorar o aniversário de um amigo de Kolya (basicamente, para disparar armas e beber vodka), Roma (filho de Kolya) flagra Lilya e Dmitri transando. Kolya, descobrindo, os espanca e ameaça matá-los. Nesse meio tempo, Vadim busca consolo com seu amigo bispo, que o encoraja a tomar medidas mais drásticas – e o conforta pois ele estaria seguindo a vontade de Deus. Ainda no aniversário, um outro acontecimento chama a atenção do espectador. Depois de um dos homens destruir todas as garrafas que eles trouxeram para tiro ao alvo com uma rajada de tiros de metralhadora, outro produz um conjunto alternativo de metas - retratos de líderes soviéticos de Lenin a Gorbachev. Perguntado se ele tem algum dos líderes russos recentes, ele brinca: “é muito cedo para os atuais.” No dia seguinte, o prefeito sequestra Dmitri, já com alguns machucados devido ao embate do dia anterior quando foi pego com Lilya. Vadim finge executá-lo, atirando logo ao seu lado, não dando outra alternativa ao advogado senão voltar a Moscou e largar o caso. O que reforça nossa colocação anterior de que “ou o poder será absoluto, ou não será” (Ibid, p. 200).

Lilya é a esposa de um segundo casamento de Kolya e Roma é filho de um relacionamento anterior de Kolya. Lilya já se mostrava resignada ao descontentamento com o desdém de seu filho Roma e a rudeza de seu marido Kolya até que Dmitri, amigo de seu marido, aparece fornecendo um contraponto às atitudes e esperanças da família. Lilya se aproxima de Dmitri e se relaciona com ele quando este noticia aquele que será o ápice de esperança que o filme proporciona – uma prova jurídica de corrupções prévias do prefeito que o pressiona a aumentar o valor pago pela casa. Todavia, como descrevemos, num momento de descontração com familiares e amigos policiais, ela é flagrada por Roma

transando com Dmitri. E, como as ondas que são mostradas batendo no rochedo depois da crista que aquele contexto proporcionou, a personagem passa a sentir os impactos das vontades daqueles que a cercam. Primeiro Dmitri, incorporando o homem representante do espírito das leis, não parece dialogar ou se simpatizar com o que ela sente e tem nenhum interesse em abraçá-la – por isso, ela não se decide de ir com ele para Moscou. Em seguida, seu marido a aceita de volta, mas, para além de tratá-la com a mesma rudeza de antes, se mostra inegociavelmente agressivo. Mesmo com sua amiga, a possibilidade de diálogo parece constrangida. Então o diretor nos coloca logo atrás da personagem, enquanto ela viceja a quebra das ondas no rochedo que a sustenta. Emocionada, ela vê uma baleia emergir sutilmente. O Leviatã, essa força que devora indiscriminadamente; que canaliza os desejos; que flutua, porque não está (a)fundado em nenhuma referência metafísica; que é arbitrário; se revela à Lilya, como a verdade se revela aos religiosos.

Logo após os acontecimentos do aniversário, Lilya retorna para casa de Kolya, mas está deprimida pela revelação pública de seu caso. Seu marido demonstra um temperamento agressivo com ela ao induzi-la forçadamente a um ato sexual enquanto encaixotavam pertences no porão. Roma repara o ocorrido e zangado, sai apressado de casa e em frente a uma ossada de baleia, chora copiosamente. Ao retornar pra casa, Roma culpa Lilya por tudo de ruim que acontece em suas vidas. Conturbada numa manhã, Lilya se levanta, mas não vai ao emprego (uma grande peixaria, que parece ser o sustento de todos os moradores que vivem por ali) e não consegue ser contatada via celular. Alguns dias depois, seu corpo é encontrado. Kolya, em luto, aumenta drasticamente seu consumo alcoólico e quando sai para comprar mais vodka, se encontra com um padre local. Kolya duvida da benevolência de Deus e o padre cita o livro de Jó consolando Kolya de que quando Jó aceitou seu destino, foi recompensado com uma vida longa e próspera. Citando uma passagem do livro de Jó, o próprio padre faz referência à alegoria do Leviatã no monólogo do filme que segue:

Você consegue pescar com anzol o Leviatã ou prender sua língua com uma corda? [...] Acha que ele vai fazer acordo com você, para que o tenha como escravo pelo resto da vida? [...] Se puser a mão nele, a luta ficará em sua memória, e nunca mais você tornará a fazê-lo. Esperar vencê-lo é ilusão; apenas vê-lo já é assustador.

Por outro lado, também é possível relacionar essa passagem com o poder do Estado. Como coloca Rosset, “o poder é o arbitrário; o próprio *Leviatã*, o monstro capaz de tudo engolir simbolizando o controle absoluto do Estado, representa o arbitrário em pessoa: conhece todos os atos, porém a nenhum tem que dar satisfação.” (ROSSET, 1989, p. 208). A exigência para que o político administre a partir de uma necessidade que o mundo não é capaz de suprir, relegando às leis e às decisões para que sejam nem soberanas nem arbitrárias, não pode ser chamado de filosofia política - como sugere Rosset - mas sim uma afetividade política. Pois, para Hobbes, “o desejo de alcançar a necessidade é [...] o autêntico pecado original, a fonte de todo erro e de toda falta” (ROSSET, 1989, p. 208). Hobbes (2003) inclusive alertava para o mal que a instituição religiosa representava e, aqui, o motivo religioso é basilar para formação e compreensão do estado social que é construído. Ao que o filósofo apontava: “nenhum estado pode subsistir se alguém tiver poder para dar recompensa maior que a vida e uma punição maior que a morte” (HOBBS, 2003, p. 375). No filme há um prefeito que se utiliza do catolicismo ortodoxo

como justificativa ou como refúgio acalentador de suas ações. Não apenas em suas reuniões com um representante da religião em si, mas com o próprio intuito por trás da aquisição do terreno. Intuito que, ao final, se mostra consolidado numa construção religiosa e cujo discurso inaugural declara uma contradição onde uma vontade de manifestar um bem categórico se dá sustentado em uma construção em terreno torpe.


No dia seguinte, Kolya é preso pelo assassinato de Lilya e Vadim mostra-se satisfeito com a sua prisão. A perícia afirma que ela morreu com um golpe de um objeto na cabeça, objeto esse que é equivalente a um encontrado em sua casa, e que antes disso fora estuprada. A evidência conta com testemunhos de amigos que estavam presentes na saída para comemorar o aniversário, no momento que Kolya ameaçou de morte a esposa e Dmitri. Sem nenhum parente para lhe abrigar o filho, um casal amigo de Kolya se dispõe a serem os guardiões de Roma. No final, a casa de Kolya é demolida e o projeto do prefeito se revela sendo uma igreja ortodoxa de presente para seu amigo bispo. O filme conclui-se com um sermão do bispo que compara a verdade de Deus frente à verdade mundana e denota que boas intenções não justificam atos vis. A verdade, assim, refletiria o mundo como ele é, sem distorções. Ele ainda sugere que a congregação não aja com petulância, mas que confiem em Cristo. O bispo ainda conclama que a alma do povo russo está acordando, mas que somente aquele que conhece a verdade de Deus poderia encontrar a verdade, podendo distinguir eventos e ver seu significado verdadeiro entre o bom e o mau, sendo essa a essência da verdade. E pergunta: como pode se pretender alcançar liberdade enquanto se destrói as fundações da moralidade? Liberdade seria encontrar a verdade de Deus. Entretanto, onde se encontram as próprias fundações da moralidade? O próprio Hobbes (2003) poderia contestar a afirmação do líder religioso da liberdade ser saber a verdade de Deus com “o inferno é verdade visto tarde demais”. No livro também intitulado *Leviatã*, o filósofo inglês sugere que um governo ideal proteja os cidadãos de vidas que são “solitárias, pobres, desagradáveis, brutais e curtas”. O diretor levanta questões nesse mérito, de quanto tempo um homem pode continuar a acreditar em um sistema que não oferece nenhuma melhoria para a condição de seus súditos. Como o próprio diretor sugere no título do filme, há um diálogo muito forte com Thomas Hobbes e sua obra *Leviatã* durante a trama, diálogo do qual nos valem durante a exposição da trama do filme. Assim, durante o texto fizemos o exercício de discutir, com auxílio de Clément Rosset, algumas ideias de Hobbes que o longa-metragem nos incutiu sobre conceitos como “estado de guerra”, “natureza humana” e “absolutismo”.

2. Conclusão

Somos apresentados, destarte, a esta sociedade em ruínas com os barcos encalhados nesta sociedade, que se resignou e se move com displicência acinzentada. Ao mesmo tempo, sustenta-se com os frutos de uma pesca que ela mesma não pratica, mas cujo anzol também lhe fere a boca. Em geral, os filmes têm a capacidade de trabalhar com muito conteúdo e parecem falar muito mais do que as palavras ou os aspectos técnicos utilizados somente para estender a sua concepção. Apresentam uma série de sensibilidades locais que se apresentam de certa forma universais e atemporais nas sociedades ocidentais (GEERTZ, 2000). Os símbolos apresentados para trabalhar com a temática da corrupção trazem vida e conectam o filme com a vida cotidiana. Não estando o filme - a arte - em si isolado da sociedade, mas em comunicação com ela. Proporciona um meio para que se possa realizar uma viagem, como uma travessia de fronteiras interiores para reflexão sobre determinados conteúdos trabalhados no

drama. Como se o diretor pretendesse ajudar quem não compartilha das convenções ou dos conhecimentos técnicos a fluir pensamentos sobre o tema tratado no filme, capacitando e incitando a possibilidade de indignação para além do que é projetado na tela do cinema.

O visual estético e o uso de símbolos ajudam nesse quesito, dando expressão representativa e material ao assunto e ao discurso (GILROY, 2007). Isto é, tendo a imagem um apelo mais forte do que a palavra, ocorre uma espécie de identificação causada pelo reconhecimento sensível da situação através do discurso da fotografia e do roteiro (CORRÊA, 2014). Porém, ao mesmo tempo, se gera a polêmica da estereotipização do povo russo no filme, porque os fluxos criativos contribuem para a formação de imaginários internos e externos dos países. A própria significância política e social estaria, nesse sentido, no uso do filme para além do que é representado no drama. Além disso, o filme maneja a construção de uma esfera interpretativa da sociedade independente de localização geográfica, a partir das metáforas e analogias apresentadas pelo diretor e contempla aqueles que se identificam com a situação, ultrapassando as fronteiras que regem os hábitos dos personagens. A mensagem elaborada e construída através dos diálogos que ele faz, principalmente com Hobbes, geram questionamentos e novos elementos para discussões de cânones instaurados e internalizados, tais como a condição do ser humano perante o sistema do contrato social em que vive. Cabe insistir na atualidade e potência do pensamento hobbesiano.

Hobbes não é um partidário do poder monárquico, mas um teórico do poder absoluto: se pudéssemos demonstrar a Hobbes que uma outra forma de absolutismo – por exemplo, o poder democrático – pode ter uma eficácia repressiva superior, não há dúvida de que a defenderia sem nenhuma reserva. É por isso que os primeiros a se inquietarem e se indignarem com o Leviatã foram, antes mesmo dos “liberais” e “democratas”, os monarquistas legitimistas da França e Inglaterra; como se eles já tivessem pressentido que um estatismo absoluto hobbesiano pudesse um dia encontrar suas melhores realizações em regimes nada monárquicos: no comunismo e na democracia popular (ROSSET, 1989, pp. 201 - 202). 

NOTAS

*André Pezzutto e Betina Thomaz Sauter cursavam à época da submissão do artigo, respectivamente, o 6º e o 4º período do curso de Ciências Sociais, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: enaltecente@gmail.com e betina.sauter@gmail.com.

REFERÊNCIAS

- CARTA CAPITAL. ‘Leviatã’, um filme que divide a Rússia. 2015. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/cultura/leviata-um-filme-que-divide-a-russia-9893.html>>. Acesso em: 01/05/2016.
- CORRÊA, Vitáli Marques da Silva. **Cinema e imaginário nacional**: uma análise antropológica das representações da Argentina e do Brasil em seus filmes recentes de sucesso internacional. 71 f, TCC, Bacharelado em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014
- GEERTZ, Clifford. **O saber local**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.
- GILROY, Paul. **Entre Campos**. São Paulo: Anablume, 2007.
- HOBBS, Thomas. **O Leviatã**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- ROSSET, Clément. **Antinatureza**: Elementos para uma filosofia trágica. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

THE GUARDIAN. **Leviathan director Andrei Zvyangiatsev:** ‘Living in Russia is like being in a minefield’. 2014. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/film/2014/nov/06/leviathan-director-andrei-zvyagintsev-russia-oscar-contender-film>>.

Recebido: 03/09/2017

Aprovado: 11/10/2018

ENTRE A CALAMIDADE PÚBLICA E A METÁFORA DA GUERRA: REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA VIOLÊNCIA E A CIDADE DO RIO EM 2017

BETWEEN PUBLIC CALAMITY AND THE WAR METAPHOR: THE SOCIAL
REPRESENTATION OF VIOLENCE AND THE CITY OF RIO IN 2017

*Igor Mayworm Perrut**

Cite este artigo: PERRUT, Igor Mayworm. Entre a calamidade pública e a metáfora da guerra: representação social da violência e a cidade do rio em 2017. **Revista Habitus:** Revista da Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 29 – 41. 2018. Semestral. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/habitus>>. Acesso em: março, 2019.

Resumo: Tratamos nesse artigo o repertório da violência urbana na cidade do Rio de Janeiro durante o ano de 2017, tido como o ano de grandes debates referentes a segurança pública. Para isso, tomamos o vídeo referente ao caso de Maria Eduarda Alves, menina morta dia trinta de março daquele ano, e analisamos os comentários dos internautas em quatro portais de notícia diferentes, por meio do aplicativo QRS Nvivo 11. Esses comentários são tidos como formas de acesso à construção social da noção de legitimidade da violência, e por meio deles, buscamos compreender como se conformam certos repertórios morais mobilizados cotidianamente para lidar com as situações de violência, chamando a atenção para a configuração de uma “metáfora da guerra”, fortemente acionada na justificação da “violência urbana” no Rio.

Palavras-chave: Metáfora da Guerra; Representação social da violência; Rio 2017; Legitimação da violência

Abstract: We analyze here the urban violence repertory in the city of Rio de Janeiro during 2017, considered a year of much moots regarding public security. Thereunto, we took the video about the case of Maria Eduarda Alves, a girl who died on March 30 of that year, and analyze the elements of critic used by the netizens in four different web platforms which reported the fact, using QSR NVivo 11. These elements are taken as a way to access the social constructing of the notion of legitimate violence, and through this, we seek to understand how certain repertory are conformed and daily operated when related whit violent situations, having the war metaphor as an striking element of this construction of the justified “urban violence” in Rio.

Key words: War Metaphor; Social representation of violence; Rio 2017; Violence legitimation

O intuito do presente artigo é o de analisar a gramática da violência urbana (Machado da Silva, 2010; Misse; 2008; Coelho; 1978) por meio de uma análise que elenca os comentários de internautas referentes ao vídeo divulgado no dia trinta de março de 2017[1], vídeo esse que captura o momento de execução de dois suspeitos por dois policiais no confronto realizado em Costa Barros, subúrbio da cidade do Rio de Janeiro. Buscamos com isso o mapeamento de noções circunscritas que abarquem a legitimidade da ação policial, ainda que dissonante de seus atributos legais (Lei 443 de julho de 1981).

Na situação em questão, colocou-se em questão a conflituosa correlação entre a pauta dos direitos humanos e o regime prático expressado pela cultura policial (Bretas, Poncioni; 1999), esperando-se notabilizar na análise, através da ótica dos meios de comunicação (Luhmann; 2005) e dos componentes da crítica dos internautas, os elementos e categorias mobilizados na construção da noção de legitimidade da violência. Nosso intuito será o de compreender como se constroem determinados estoques de significado dispositivamente acionados quando na prática da incriminação (Misse; 2008) de determinadas regiões morais e perfis citadinos.

Estes significados, por sua vez, são categorias difundidas no meio social e que apresentam um fundamento no justo, ou seja, revelam como os atores pensam agir e poder agir segundo os ditames de justificações que garantem o embasamento de suas ações. Por isso, nossa análise sobre a violência é baseada em uma “sociologia da moral” (Misse; Werneck 2012), o que significa que pautamos o tensionamento da “direção do bem” na conformação da justiça entre os atores (Werneck apud Vandenberghe; 2015), e buscamos entender a forma de efetivação desse direcionamento por meio do seu estabelecimento enquanto um regime de engajamento (Boltanski; 2006), aquele que integra pessoas numa co-operação de sentidos e comportamentos atribuídos aos fatos da vida cotidiana. Ou seja, temos como questão a forma como a ação violenta é definida enquanto a regra do jogo unicamente possível dentro do marco de uma situação. Trata-se de entender o processo de justificação do uso da violência não a construindo como microcosmo da dominação (Weber, 1922) de qualquer parte (leia-se policiais, traficantes ou milicianos) mas como resultado legítimo de circunstâncias apontadas pelos atores.

Como estamos em busca da construção de verdades sobre a violência urbana no Rio de Janeiro, e sendo o nosso recorte o ano de 2017[2], damos contorno a uma complexa malha de referências valorativas que estabelecem normatividades e formas de sociabilidade. Tomamos como ponto de partida, assim, o agrupamento e uma profunda análise dos “accounts” (Scott e Lyman; 1968) que estão por trás desse “conjunto de operações morais que parecem criar um consenso em relação a ideia de que nem todos são dignos de serem incorporados na humanidade comum” (Freire; 2010; 128), e que “contribuem para a descrença na legalidade como mecanismo de resolução dos conflitos” (Paixão; 1988: 191).

De antemão, é importante frisar que a constituição do nosso enquadramento analítico (Goffman; 1991) é antes de mais nada pautada na validação de práticas segundo as categorizações dos agentes sociais que optaram por comentar no vídeo, realizando uma planta baixa de uma macroestrutura sociológica (Boltanski; Thevenot; 1991) a partir da intersubjetividade dos agentes que pode ser percebida na análise dos comentários. Com isso, esse artigo tem a proposta de pensar

a violência enquanto representação social difundida pelos indivíduos, não centrado nossa análise ou adotando conclusões que envolvam diretamente o aparato institucional e a forma como a violência opera por meio do Estado.

Sem entender os dois como polos opostos ou separados, nossa abordagem busca a identificação de como os atores performam na arena pública (Freire; 2012), construindo argumentos que tornam a violência como meio legitimamente empregado em meio ao drama público por ela causado. Se os atores reconhecem modelos de conduta violentos, sendo esses subjetivamente justificados e definitivos em suas consequências, interessa-nos menos a construção analítica da violência enquanto fator pensado e operacionalizado no âmbito institucional, e mais a identificação dos instrumentos e justificativas que a tornem real, efetivada e justificada na vida social para seus atores.

1. Crítica e violência: quando o justo é ser violento

Como ponto de partida teórico conceitual, nosso trabalho é aqui investido do problema a saber se

o conceito [de violência] se refere a uma ação social (e, nesse sentido, pode ser tão unilateral quanto ao sujeito da ação: um indivíduo ou grupo) ou se refere a uma interação sem unilateralidade possível, já que não pode ser reduzido ao indivíduo, cujo comportamento passa a ser seu efeito, seu produto.” (Misse; 2016:54).

Entendendo que a sociologia tem pautado estudos sobre crime e violência ora sob o aspecto estruturante de subjetividades - Como a “sociabilidade violenta” em Machado da Silva (2004); a associação feita entre pobreza e crime, em fórmula de “profecia auto cumprida” por Paixão (1988: 172); o tratamento dado a “sociedade dos cativos” por Edmundo Campos (1983) e o debate relacional entre segurança pública e “áreas subnormais” (Ribeiro, Montandon; 2013) – E, ora como subjetividades que estruturam representações, como em Misse (1995; 2015) e Grossi Porto (2008); Zaluar (1985) com a construção de estigmas e dos significados da pobreza, e Kant Lima (1989) apontando a tradição personalista dentro das polícias e a ética particularista que baseia o julgamento policial; O que buscamos aqui se propõe diferente das discussões apresentadas.

Privilegiando as operações de qualificação, tencionamos a relação entre o geral (estrutura) e o particular (subjetividade) por meio da própria mobilização de sentido dos atores (Werneck; 2014): Isso quer dizer que ação e estrutura deixam de ser dimensões explicativas unicamente operadas pelo sociólogo, e dentro do contexto pragmático, passam a ser elementos de justificativa e definição do mundo utilizados pelos próprios atores no correr de suas vidas. Dessa forma, se alguém diz que a culpa da violência é o não preparo do policial e a incompetência logística; ou se a ideia é resumida ao desequilíbrio do agente policial, dada a circunstância de stress e desgaste psicológico, o que observamos é que o justo na violência também é dependente do grau de pretensões das justificativas e críticas dos agentes sociais.

Por isso, adotando a bibliografia apontada e levando em conta a capacidade crítica dos atores, bem como a circunstancialidade em que se desenrola o conteúdo moralmente orientado da violência, empregamos uma análise do momento da ação tal como ele se apresenta, ou seja, toma-se o julgamento dos atores quanto ao curso de uma ação violenta como lócus de análise, e não a capilarização de representações tácitas e disseminadas sobre violência (como o caso dos estudos de representação social da violência), ou muito menos a construção das mesmas por percalço sócio histórico e de estudo institucional (o que, a nosso ver, configura uma linha de estudos preocupada com a estruturação de subjetividades).

Assim sendo, o vídeo selecionado é analisado segundo os ditames do conteúdo moralmente orientado dos atores que o julgam, segundo o “aqui e agora”. Como os atores lidam com a situação? Que dimensões eles operam para justifica-la ou critica-la? Quais são os princípios de justiça em voga? O quadro interativo esboçado é de clara “corporificação da acusação por meio da punição” (Rodrigues in Werneck; 2014), uma radicalização da crítica que busca a expressão máxima de culpa das vítimas, sem possibilidades de acordo ou qualquer justificativa, e tendo a ação violenta como recurso sumário.

Emblemático da questão, o vídeo ganhou grande visibilidade na arena pública, e é tratado aqui como a fonte primordial para análise de comentários dos internautas, entendendo-os como um movimento da crítica que conforma uma gramática de justificação pública. Quatro veículos informativos, que tratam da mesma notícia e dão espaço para comentários, foram aqui utilizados: “Uol notícias”, com seus 91 comentários; “Portal do Jornal Nacional”, com seus 38 comentários; “Youtube”, onde o vídeo possui 110 comentários; e finalmente, o portal “G1”, contando com 2953 comentários. Esses veículos foram escolhidos por representarem espaços de maior visibilidade e acesso (os primeiros resultados do google e as plataformas com mais comentários). [3]

Perseguindo o agrupamento as críticas e justificações dos internautas segundo quadros mais ou menos homogêneos que nos permitam entender o direcionamento do bem na situação (Werneck in Vandenbergue; 2016), e assim analisar qual o caráter moral da violência enquanto dimensão operada e julgada pelos atores, analisamos os repertórios contrários ou a favor da ação captada no vídeo. A começar pela página com menos comentários, a sessão do Jornal Nacional conta com grande acusação dos leitores quanto a emissora, numa conformação da “Globo defensora de bandido”. Pautam-se severas críticas à frase “execução de suspeitos feridos”, cobrando-se maior lucidez quanto a realidade dos fatos: Deve-se “condecorar a execução sumária dos bandidos”, já que eles “não são gente” e se trata de um “tiro de misericórdia”.

Entretanto, fato interessante é notar que essa é a página com maiores comentários e retaliações àqueles que se baseavam na ideia de que “bandido bom é bandido morto”, pautando-se observações quanto ao sistema prisional que “gera esses indivíduos”; o fato de que “dar carta para essa atitude pode matar inocentes também” e que os “traficantes não são os únicos culpados pela morte das pessoas de bem.”

Culpa-se o divulgador do vídeo, algo que também é frequentemente mobilizado pelos leitores do Portal G1 de notícias. Seria um “desserviço” divulgar um vídeo como esse, que “ignora

a morte dos policiais” que são muito mais violentamente mortos, dado que “bandido não tem pena de ninguém” e que, com a gravação divulgada, acaba por desqualificar mais a posição dos agentes do estado: Eles são “soldados em uma guerra”, tem que ser compreendidos. Espera-se então a apresentação da “ficha dos santinhos mortos” para comprovar a “legítima defesa” e que eles “estavam atirando na PM”.

Outros argumentos, como “não se deve ter pena de ladrão”, é melhor “mãe de bandido do que de pm chorando”, “crime não é trabalho descente” e de que com essa ação se “economiza com a cadeia” somaram maioria quando equiparados a argumentos que traziam carga pejorativa pensando a ação policial, baseada no fato de que “não se pode matar bandido sem julgamento”, ou que os dois estavam alvejados no chão, configurando a ação de uma polícia que “só protege quem os paga”.

Quando analisamos o Youtube, o vídeo em questão é recortado por comentários que invertem a lógica do julgamento: Deixa-se de pensar no traficante, que “faz isso com inocentes” e que “estavam armados” na situação; e passa-se a se “colocar no lugar da polícia”, os “heróis” de uma “guerra” que conforma um cenário em que se deve questionar essa ação apenas quando se trata de inocentes, e que “enquanto mata bandidos está bom”. A ação dos policiais é sumariamente apoiada, o que não é muito diferente do panorama do Uol notícias.

“A pm está de parabéns”; “Foi tarde” e o fato de que “todos deveriam ter o mesmo fim se não fossem as leis e os direitos humanos no Brasil” forjam um grupo de argumentos que permitem comparações com a maior rigidez nos Estados Unidos ao se tratar de combate ao crime, “atirando e perguntando depois”. Apenas 2 comentários se diziam contrários ao “combate do crime praticando crime”, sendo incapaz de “defender polícia que mata”.

Ao final da análise dos 3.192 comentários, minimamente ilustrados acima, identificamos alguns dos principais eixos argumentativos imputados pelo julgamento dos atores, de forma que a partir deles trabalhamos a ideia das cités de Boltanski e Thevenót (1991)[4] e delineamos um mundo em que: Os expectadores da violência consideram determinadas ações violentas justas uma vez que mobilizam a ideia de uma circunstância excepcional (guerra) adequada a uma determinada competência do ator (ação policial que pode matar). Os significados despontados por esses julgamentos tornam-se coerentes espelhados numa metafísica moral – espécie de referência a um princípio de justiça que serve de guia para ajustar o que é ao que deve ser.

Nesse caso, nos parece que a mobilização de sentido presentes no julgamento dos atores está de acordo com os princípios das cités “industrial” e “inspirada”, em que a atuação do aparato policial é julgada segundo relações tais como a eficiência, produtividade e operacionalidade imiscuídas de um toque da inspiração, das capacidades peculiares e extraordinárias dos agentes do estado. Isso se dá num momento em que há crescimento exponencial da taxa de homicídios no município do Rio de Janeiro, como divulgado pelo ISP (Instituto de Segurança Pública; 2017). Retrata-se o que pode ser tido como o declínio do projeto de UPP’s (Unidade de Polícia Pacificadora) inclusive no que tange a imagem da polícia: Uma imagem de policial humano e não

de métodos coercitivos (Ribeiro, Montandon;2014) é deixada para trás num momento em que o programa não é mais vendido como a solução dos problemas de segurança pública.

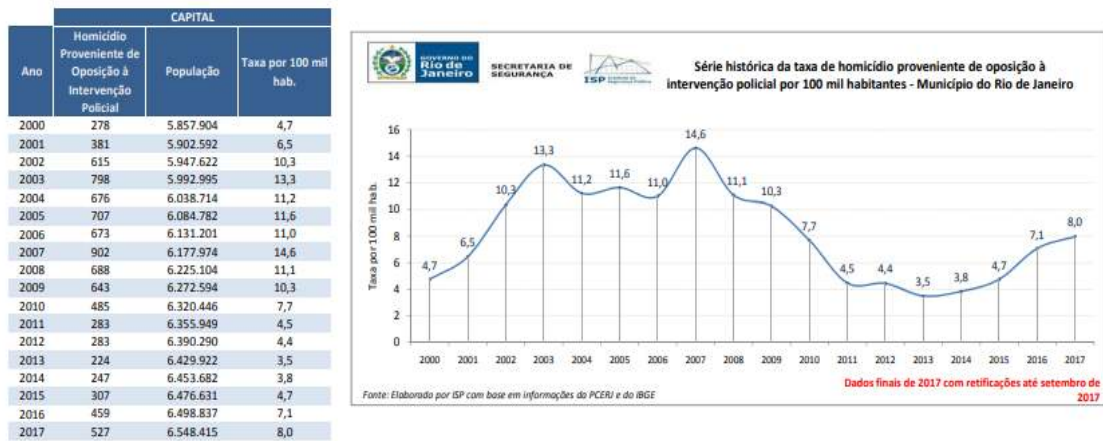


Figura 1 - Dados do ISP, apontando o maior índice de homicídios provenientes de enfrentamento nos últimos 8 anos

Essa nova imagem da figura do policial é incorporada intersubjetivamente e justifica os modelos de conduta atuantes no ordenamento social, tendo como pauta o combate a violência por meio da conduta industrial-inspirada. Isso quer dizer que o controle do crime e da insegurança são julgados segundo um princípio que constrói qualificações de presença em que a justiça deve ser feita pelas próprias mãos dos agentes do estado, fundando uma relação entre o contexto de calamidade pública e o de capacidade dos agentes de praticar justiça.

2. A metáfora da guerra e seus sujeitos

Se julgar uma ação violenta correlaciona a imagem do policial à dos suspeitos, é necessário então entender o que se pensa para além da figura do policial, numa junção entre conduta e indivíduos por ela afetados. Tendo traçado um quadro valorativo que parece definir a forma correta de se engajar da força policial, não podemos deixar de lado uma análise atenta ao que se diz sobre “os suspeitos”. Segundo Sarjurjo e Feltran (2015) temos de focar

sobretudo as perspectivas, em que certas vidas são lamentadas, choradas e dignas de luto em público, enquanto outras não o são. A estas últimas vidas a comunidade nacional oferece o silêncio, ora porque são entendidas como animando os corpos que devem tombar numa “guerra justa” (eram terroristas, delinquentes, subversivos, traficantes, do crime organizado); ora porque compreendidas como externas ao sentido de pertencimento a qualquer humanidade comum (eram monstros, veja o que fizeram, nem animais o fariam (Ob cit: 40).

É claro que não se tratam de construções morais que não levam em conta os processos de justificação do Estado, como a formulação de inquéritos policiais (Kant Lima; 1989) ou o julgamento de autos de resistência (Misse, Grillo e Neri; 2015) e a composição de técnicas que podem fazer ter forma legal aquilo que não pode ser legal, nos ditames do “Estado de Exceção” de Agamben (2004). Mas, nesse trabalho, pensar a representação social da violência tem a ver com

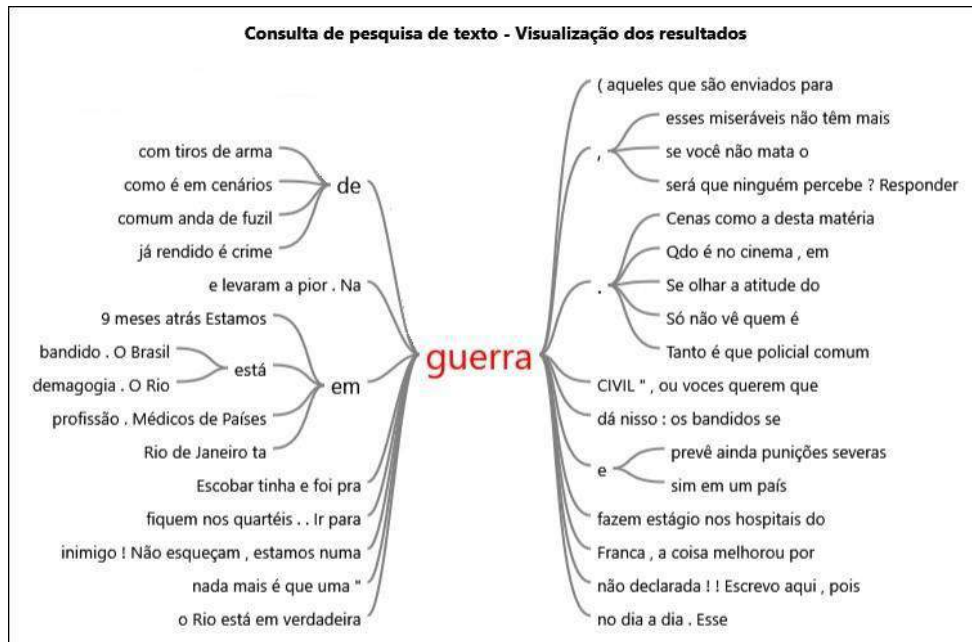


Figura 3 - Consulta de pesquisa de texto da associação entre as plataformas Jornal Nacional - Youtube - Uol notícias



Figura 4- Consulta de pesquisa de texto da plataforma G1 notícias

O que observamos pela filtragem do conteúdo é que há uma imputação clara entre o contexto avaliado pelos atores e o repertório moral mobilizado dentro da gramática da violência. Ao pensarmos o fantasma da violência (Misse; 2008) como elemento que fomenta e coordena ações, a violência urbana nos pareceu tangenciada pela dicotomia existente entre dois repertórios: O primeiro deles é o dos “direitos humanos”, que aponta a impossibilidade de resolução de crimes por meio de crimes, numa cobrança quanto aos modos da ação policial e da não estigmatização de determinados perfis citadinos. Mobiliza-se assim uma região moral conformada pelo repertório da inclusão (Teixeira in Werneck; 2014), ou seja, de pensar o Outro como Eu, e assim, inviabilizar qualquer ação calcada na ideia da não humanidade comum.

Já quando nos voltamos ao tipo de resposta que aos atores parece ser capaz de resolver o problema da segurança pública, sustenta-se uma correlação causal da figura do bandido e da pobreza, uma exclusão dos direitos civis que pauta a violência como única solução para com os sujeitos sociais dos espaços periféricos. A região moral em questão recai sobre o repertório da morte (ob cit: 2014) em que Zaluar (1985) e Machado da Silva (2004) já nos ofereciam fortes pistas. Entretanto, a análise chama a atenção para um outro elemento aqui atuante, uma nova modulação do engajamento onde se imputam novas justificativas: A noção de guerra, ilustrada pelas imagens supracitadas.

O regime de desumanização (Freire; 2010); a sociabilidade violenta (Machado da Silva; 2004) e a criminalização de perfis citadinos (Paixão; 1988) parecem estar apontando uma mesma lógica de ação, a de responder ao crime de maneira menos preventiva e mais definitiva, traçando os alvos suspeitos e buscando a contenção destes. Os suspeitos são os “não cidadãos”, aqueles que não têm direitos ou que são violentos por natureza, e as políticas de enfrentamento, sempre quando criticadas, buscam justamente apontar os “antecedentes” dos suspeitos e provar o quão “desumanos” esses eram. Mas a noção de “Guerra” abre espaço para uma temporalidade diferente, ainda que imputada sobre a mesma gramática da violência urbana.

Se impossibilita a inclusão do outro não por um “regime de humanidade disputada” (Freire, Teixeira; 2016) em que se busca intuir a “maior humanidade do policial” segundo um debate discursivo travado entre dois tipos heurísticos de público (bandidos e aqueles que devem ter sua voz ouvida). Mas, o que temos pela espetacularização do enfrentamento de grupos armados e pela transmutação do plano de contingência e pronta ação advindas das ações de segurança pública ao modelo de rápida execução de ação, é o agravamento do “enclave de significado” (Machado da Silva: 2010) que entende a linguagem dos direitos apartada da manutenção da ordem. Em nossa análise, os inúmeros comentários pautados no “vivemos numa guerra” ou na noção dos “soldados numa guerra”, “guerra contra os bandidos”, “na guerra é assim” ou “O Rio está numa verdadeira guerra” conforma menos um regime em que a humanidade é posta em jogo, e mais um regime em que as disposições quanto ao que combater e como combater já estão dadas a priori, tornando o canal da crítica ainda mais reduzido.

A guerra é tida como um novo repertório, que toma para si o “repertório da morte” e o modula segundo a justificação de medidas extraordinárias (Agamben; 2004) que passam a ser tidas como o protocolo de combate ao crime. Disso, temos que diferentemente de uma gramática onde os agentes concorrem e imputam repertórios diametralmente opostos no julgamento das ações violentas (inclusão cidadã x morte de um periférico), o que presenciamos é uma gramática conformada por um regime que toma a morte ora como legitimada por circunstâncias – viver em guerra contra a violência; ora como único resultado cabível de um modo de se engajar – se engajar na guerra é, invariavelmente, ser violento. Pode-se dizer que se constroem justificativas que não abrem mão do conteúdo moral de julgamento de sujeitos suspeitos, mas que também imputa um contexto específico de ação de combate.

Nesse cenário, a negociação de uma humanidade comum, a forma legal de se agir enquanto força policial, ou a maneira de cobrar deveres e exercer direitos surtem cada vez menos

efeitos. Ora, pode-se justificar a construção ativa de inimigos internos da cidade sob a temporalidade da guerra, que aloca a violência num patamar em que atos atrozes passam a ser justificados como sequelas, excessos, imprecisões ou equívocos (Sarjurjo; Feltran: 2015) num contexto calamitoso, quase de perda da capacidade de resposta do Estado. Isso, como averiguamos, colhe muito bem os efeitos por parte da população, que torna a ação violenta legítima mobilizando duas considerações a seu favor: A exclusão do bandido enquanto humano digno, e o tom das circunstâncias que a cidade vive. A complementação destes, enquanto operando sobre os significados da violência, torna a violência incontestada, como forma única de solução.

Tal como Leite (2012) aponta, o repertório da guerra é acionado pelo aparato das políticas públicas no intuito de estruturar um campo discursivo que permita ações excepcionais para a contenção do conflito existente em uma cidade bipartida. Há nesse caso os cidadãos – pessoas de bem para quem a segurança é condição primordial; e os inimigos da favela – “categoria que não distingue moradores e criminosos”. Nas palavras da autora

Essa perspectiva desdobrou-se em uma forte demanda por ordem pública, simultaneamente exigindo garantias do direito à vida e à segurança para as camadas médias e altas e tolerando a supressão de sua condição de prerrogativas fundamentais para os favelados. Demanda que foi respondida pelo Estado por meio da atualização de dispositivos que continham (e implementavam) uma leitura particularista da cidadania e uma dimensão de segregação socioespacial, que se materializaram em uma solução violenta para o problema da violência no campo das políticas de segurança pública.” (Leite; 2012: 379)

O que sugiro é uma complementação dessa ideia, que visa, entretanto, não o entendimento da alocação entre os atores criadas a partir de um repertório institucionalizado, mas, principalmente, a forma como a noção de guerra pode servir de elemento mobilizado em prol de justificações no engajamento dos atores, nos níveis mais ordinários de convivência. Não só a “gestão diferencial dos ilegalismos” (Foucault, 1976) - que busca delimitar e organizar o território segundo os ditames da violência – é o que organiza nossa vida em sociedade, mas também a conformação de gramáticas morais [5] (fruto de qualificações, categorizações e justificativas dos próprios atores) que ordenam nossas ações e julgamentos.

O que se constrói a partir daí é uma forma de se engajar que apoia a ação policial segundo interpretações que a definem como heróica e razoável, a medida que a circunstância em que ela se desenrola é interpretada segundo a metáfora da guerra. Faz-se pensar a ação legal como não fazendo parte da realidade dos fatos vivenciada pelos internautas, e a ação violenta descabida e analisada no vídeo pelos internautas não é, assim, considerada um desvio, mas um instrumento de garantia de ordem que não tem porquê levar em conta a universalidade da noção de direitos. Fundamenta-se essa posição seja pelas narrativas que visam denegrir a imagem dos moradores de territórios “a margem da cidade”, ou pelo suposto momento pelo qual passa a cidade, reforçando a letalidade como método de resolução de conflitos.

3. A guisa de conclusão: as consequências de se pensar na guerra

Observar os comentários dos internautas fora constatar a veracidade de inúmeras teorias sobre a representação social da violência. Em muitos momentos, me deparei com a sensação de que as pessoas que comentavam o faziam lendo as mesmas coisas que eu, dado a forma como os argumentos eram postos em questão.

Acredito que minha principal contribuição aqui fora não só o exercício de constatação, mas também o de pensar os caminhos da justificação da violência: A metáfora da guerra, viva e presente nos accounts dos atores, conforma um mundo em que a violência se legitima para além dos caminhos de uma desumanização do suspeito, ou do simples enfrentamento de forças num cenário composto pelo discurso estatal. Temos aí um repertório acionado sobre uma gramática cujo efeito não apenas torna legítima a extração da humanidade comum, mas que a toma inquestionavelmente. Ao que parece aos atores, a violência no Rio é figurada pelo fato de que vivemos numa eterna circunstância (a guerra e o estado de calamidade) e por isso, num mesmo proceder (a violência para com o desumanizado, e por isso, justa).

Temos aí que a raiz do problema não é apenas institucional, como já aponta grande parte da literatura sociológica, mas também pragmática, envolvendo a forma como o cidadão é ensinado a pensar e como o que ele pensa é definitivo em suas consequências, seja quanto a imagem policial ou quanto o que se pensa da cidade e da resolução dos seus problemas. Chamamos a atenção para a importância de sempre correlacionar e enfatizar a coexistência entre ordem institucional-legal e intersubjetividades, buscando refletir sobre a atuação do Estado assim como dos cidadãos, alertando quanto aos efeitos do posicionamento político de cada um. 🚫

NOTAS

* O autor, à época da submissão do artigo, cursava o 5º período do curso de Ciências Sociais, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: igor_perrut@hotmail.com.

[1] O vídeo em questão é referente ao caso de Maria Eduarda Alves, de 13 anos, morta na Escola Municipal Daniel Piza, em Costa Barros, subúrbio do da cidade do Rio. Ocorrido no dia 30/03, um confronto entre traficantes e policiais resultou na execução de dois suspeitos, na investigação dessa ação policial e em uma série de protestos de moradores revoltados com a morte da jovem. Os links referentes ao percurso de nossa análise são encontrados aqui: Uol Notícias: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/03/31/pms-flagrados-atirando-em-suspeitos-desarmados-no-chao-sao-presos-no-rio.htm#comentarios>>; G1: <<https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/pms-suspeitos-de-executar-homens-no-rio-sao-presos.ghtml>>; Jornal Nacional: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/03/video-mostra-suposta-execucao-por-pms-em-costa-barros-no-rio.html>>; Youtube: <<https://www.youtube.com/watch?v=QzNNohyGovk>> (Todos acessados nos dias 18 e 22/11/2017 e 8, 9 e 10/12/2017)

[2] Segundo levantamento realizado pelo Ipea (Instituto de pesquisa econômica aplicada), este ano é o marco no que se refere a crise de segurança pública no Estado do Rio de Janeiro. Podemos citar também o “Monitor da violência” do portal G1 de notícias em parceria com o Núcleo de Estudos da Violência da USP, iniciativa que visa registrar dados sobre homicídios, latrocínio, feminicídio, morte por intervenção policial e suicídio no país durante o ano. Para maiores informações acessar <<http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/2/2017>>.

[3] Não nos é permitido aqui estimativas ou apontamentos quanto ao perfil dos internautas, dado que a maior parte dos comentários analisados não permitem uma análise aprofundada dos perfis individuais. É também importante frisar que operar tal análise foge do escopo desse artigo, que busca mais a identificação de categorizações e suas operacionalizações do que uma análise dos grupos que as mobilizam.

[4] O modelo de cités (Boltanski; Thevenot; 1999) é entendido como um “mundo comum” bem fundamentado, uma construção histórica das práticas contemporâneas que é mobilizada pelos atores como dispositivo de fixação de valor ao se travar relações sociais. Ou seja, são modelos que buscam objetivar o fundamento das relações sociais travadas segundo os ditames do justo quanto ao bem comum circunscrito. Sendo assim, existem uma pluralidade de mundos de onde os atores podem se posicionar para criticar ou justificar seus pressupostos, sendo desenhada pelos atores 6 tipos de cités. Vale lembrar que estas são tidas como aproximações entre o concreto (corpo social) e o abstrato (utopia da ordem), que podem ser melhor compreendidas em Werneck (2012; 2014), Boltanski, Thevenot (1991; 1999) e também em Corrêa (2010;2014).

[5] Segundo Freire (2013) gramática designa um conjunto de regras a serem seguidas devido a necessidade de ajustamento entre um princípio de ação e o contexto da interação, sendo o reflexo do trabalho de definição de situação dos atores.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. **De la justification: Les économies de la grandeur**. Paris, Gallimard, 1991
- BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. “**The Sociology of Critical Capacity**”. *European Journal of Social Theory*, vol. 2, n. 3, 1999, pp. 359-377
- BRETAS, Marcos L; PONCIONI, Paula. **A cultura policial e o policial civil carioca**. In: PANDOLFI et al. (orgs.). **Cidadania, justiça e violência**. Rio de Janeiro: FGV, 1999. pp. 117-178,
- COELHO, Edmundo Campos. **Criminalização da marginalidade e marginalização da criminalidade**. In: **A oficina do diabo e outros estudos sobre criminalidade**. Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Record, 2005.
- CORRÊA, Diogo. **De Luc Boltanski, De la Critique: Précis de Sociologie de l'émancipation**. *Revista Sociedade e Estado - Volume 25 Número 3 Setembro/Dezembro 2010*
- CORRÊA, Diogo. **DO PROBLEMA DO SOCIAL AO SOCIAL COMO PROBLEMA: elementos para uma leitura da sociologia pragmática francesa**. *POLÍTICA & TRABALHO Revista de Ciências Sociais*, n. 40, Abril, pp. 35-62. 2014
- FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. Petrópolis; Vozes. 1976
- FREIRE; Jussara. **Agir no regime de desumanização: Esboço de um modelo para análise da sociabilidade urbana na cidade do Rio de Janeiro**. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social - Vol. 3 - no 10 - OUT/NOV/DEZ 2010 - pp. 119-142*
- FREIRE; Jussara. **Sociologia da moral, ação coletiva e espaço público**. In: WERNECK, Alexandre; CARDOSO DE OLIVEIRA, Luis Roberto (ogs). **Pensando bem: Estudos de sociologia e antropologia da moral**. Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2014
- FREIRE, Jussara. **Uma caixa de ferramentas para a compreensão de públicos possíveis: um arranjo de sociologias pragmatistas**. *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 12, n. 36, pp. 720-736, Dezembro de 2013.
- FREIRE, Jussara; TEIXEIRA, César. **Humanidade disputada: sobre as (des)qualificações dos seres no contexto de “violência urbana” do Rio de Janeiro**. *Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política* Volume 6, número 1, janeiro a junho de 2016
- GOFFMAN. **La mise en scène de la vie quotidienne**. Paris, Minuit.1991
- GROSSI PORTO; Maria S. **Crenças, valores e representações sociais da violência**. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez. p. 250-273, 2006

- KANT DE LIMA, Roberto. **Cultura jurídica e práticas policiais: a tradição inquisitorial**. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.10, n.4. 1989
- LEITE, Marcia Pereira. **Da “metáfora da guerra” ao projeto de “pacificação”: favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro**. Rev. bras. segur. Pública, São Paulo v. 6, n. 2, 374-389 Ago/Set 2012
- LUHMANN, Niklas. **A realidade dos meios de comunicação**. São Paulo: Paulus, 2005.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. **Sociabilidade Violenta: Por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano**. Sociedade e Estado, Brasília, v. 19, n. 1, p. 53-84, jan./jun. 2004
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. **Violência urbana, segurança pública e favelas**. In: Caderno CRH, Salvador, v. 23, n. 59, p. 283-300, Maio/Ago. 2010.
- MISSE, Michel (1995). **Cinco teses equivocadas sobre a criminalidade urbana no Brasil**. In: **Violência e participação política no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Iuperj, Série Estudos n.91, agosto 1995
- MISSE, Michel. **Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro**. Civitas, Porto Alegre, v.8, n.3. 2008
- MISSE, Michel & WERNECK, Alexandre (org.). **Conflitos de (grande) interesse: estudos sobre crimes, violências e outras disputas conflituosas**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2012.
- MISSE, Michel; GRILLO, Carolina & NERI, Natasha. **Letalidade policial e indiferença legal: a apuração jurídica dos autos de resistência no Rio de Janeiro**. In: DILEMAS: Revista de estudos do Conflito e Controle social. Edição especial n1. 2015
- MISSE, Michel. **Violência e teoria social**. DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social – Vol.9 – no 1 – JAN-ABR 2016 – pp. 45-63. 2016
- PAIXÃO, A. L. (1988), **Crime, controle social e consolidação da democracia: as metáforas da cidadania**, in Fábio W. Reis e Guillermo O’Donnell (orgs.), **A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas**, São Paulo, Vértice/Editora dos Tribunais
- RIBEIRO, Ludmila & MONTANDON, Ana (2014). **O que os policiais querem dizer com ‘policiamento comunitário’? Uma análise dos discursos dos oficiais da PMERJ**. In: DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v.7, n.2, abr.-jun. 2014.
- SANJURJO, Liliana; FELTRAN, Gabriel. **Sobre lutos e lutas: Violência De estado, humanidade e morte em Dois contextos etnográficos**. Cienc. Cult. Vol 67, n.2. pp 40-45. 2015
- TEIXEIRA, César Pinheiro. **O problema do bandido: subjetividade e violência urbana no Rio de Janeiro**. In: WERNECK, Alexandre; CARDOSO DE OLIVEIRA, Luis Roberto (ogs). **Pensando bem: Estudos de sociologia e antropologia da moral**. Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2014
- THÉVENOT, L. **L’action au pluriel: Sociologie des régimes d’engagement**. Paris, La Découverte. 2006
- WEBER, Max. **Economia e sociedade – Vol. 1**. Brasília, UnB, 1992
- WERNECK, Alexandre. **“Sociologia da moral, agência social e criatividade”**. In: WERNECK, Alexandre; CARDOSO DE OLIVEIRA, Luis Roberto (ogs). **Pensando bem: Estudos de sociologia e antropologia da moral**. Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2014, pp. 25-48
- WERNECK, Alexandre. **A força das circunstâncias: sobre a metapragmática das situações**. In: Vandenbergh, F; Jean-François, V. **Além do Habitus: Teoria social pós-bourdiesiana**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2016
- ZALUAR, Alba (1985). **A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2000.

Recebido: 23/12/2017

Aprovado: 25/05/2018

PROTEÇÃO AO EMPREGO E RENDA EM TEMPOS DE CRISE: O PPE NA MAN LATIN AMERICA

PROTECTION OF EMPLOYMENT AND INCOME DURING CRISIS: THE PPE AT MAN LATIN AMERICA

*Lucas Lemos da Silva Walmrath Reis**

Cite este artigo: REIS, L. L. S. W. Proteção ao emprego e renda em tempos de crise: o PPE na Man Latin America. **Revista Habitus:** Revista da Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 42 – 61. 2018. Semestral. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/habitus>>. Acesso em: março, 2019.

Resumo: O artigo analisa as relações Estado-mercado na indústria automotiva brasileira a partir do estudo de caso da implementação do Programa de Proteção ao Emprego (PPE) na MAN Latin America, montadora de caminhões e ônibus sediada em Resende (RJ). Metodologicamente, o artigo revisa as mudanças na negociação coletiva entre os trabalhadores e a empresa em questão entre os anos de 2009 a 2016, com foco no PPE. Analisa qualitativa e quantitativamente os Acordos Coletivos de Trabalho (ACT) e os Termos Aditivos ao Acordo Coletivo de Trabalho (TAAC) firmados entre a empresa e o Sindicato dos Metalúrgicos do Sul Fluminense (SINDMETALSUF). Os resultados apontam que o PPE se apresenta como uma alternativa “nova” e intermediária – dentre as alternativas usualmente escolhidas – à disposição da(s) empresa(s) e do Estado para contornar a crise e regular o conflito capital-trabalho. Embora formulado como política ‘horizontal’, dirigindo-se a todas as empresas que comprovassem dificuldades econômicas durante a recessão, fora utilizado principalmente por empresas automobilísticas. A especificidade do caso diz respeito ao fato de que nesta empresa o PPE foi mobilizado em conjunto com outros mecanismos comumente utilizados, como os planos de demissão voluntária (PDV) e os *layoffs*, demonstrando natureza complementar. Há indícios que a origem institucional da empresa ajude a entender o motivo pelo qual o PPE foi adotado e considerado exitoso pela empresa. Sociologicamente, o PPE atua na manutenção das relações sociais desenvolvidas pelos trabalhadores em suas diversas redes sociais.

Palavras-chave: Relações Estado-mercado; Políticas públicas; Emprego e renda; Indústria automobilística; Volkswagen; MAN Latin America.

Abstract: This paper analyzes the State-market relations in the Brazilian automotive industry, on the basis of a case study about the implementation of the Employment Protection Program (PPE) at MAN Latin America, a truck and bus company headquartered in Resende, Brazil. The methodology comprised reviewing the changes in collective bargaining between workers and the company between 2009 and 2016, with a focus on the PPE. A qualitative and quantitative analysis of the Collective Bargaining Agreements (ACT) and the Additives to the Collective Bargaining Agreements (TAAC) between the company and the Union of Metalworkers of the Southern

Fluminense (SINDMETALSF) was also provided. Empirical findings point to the fact that the PPE was both a 'new' and intermediate level mechanism at disposal of companies and the State in order to overcome the current economic crisis while maintaining both employment and income of workers as well as the company productivity. While set as an 'horizontal' policy, aimed at all companies which proved to be struggling during the crisis, it was mainly used by auto companies. The specific features of the present case relate to the fact that PPE worked together with other commonly used mechanisms, such as voluntary dismissal plans and layoffs. The PPE, proposed for all companies that proved to be struggling during the crisis, was mainly used by auto companies, such as the one studied. Evidence suggests that the company's institutional origin may be helpful in understanding why the PPE was adopted and thereafter considered successful by the company. Sociologically, the PPE acts in maintaining the social relations developed by the workers in their various social networks.

Keywords: State-market relations; Public policy; Work and income; Auto industry; Volkswagen; MAN Latin America.

O presente artigo apresenta um estudo de caso da implementação do Programa de Proteção ao Emprego (PPE) na MAN Latin America, fabricante de ônibus e caminhões das marcas MAN e Volkswagen estabelecida em Resende (RJ). O trabalho mobiliza os aportes da Sociologia do Trabalho (SANTANA; RAMALHO, 2004; SORJ, 2000) e da Sociologia Econômica (SWEDBERG, 2004; GRANOVETTER, 2007) para melhor entender tal evento recente para além das questões propriamente teóricas restritas ao *desenho* do PPE. O objeto da investigação diz respeito à relação entre a implementação do PPE (no âmbito de um conjunto amplo de mecanismos à disposição da(s) empresa(s) e do Estado com vistas à regulação do conflito capital-trabalho) e o ciclo econômico enfrentado pelo setor no Sul Fluminense.

A mesorregião Sul Fluminense, que abriga a empresa em questão, é uma região do estado do Rio de Janeiro fronteira aos estados de Minas Gerais e São Paulo, composta pelos seguintes municípios: Angra dos Reis, Barra do Piraí, Barra Mansa, Itatiaia, Paraty, Pinheiral, Piraí, Porto Real, Quatis, Resende, Rio Claro, Rio das Flores, Valença e Volta Redonda. Tradicionalmente associada à dinâmica da indústria siderúrgica, em razão da presença da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em Volta Redonda, a região observa desde meados dos anos 1990 a implementação de um conjunto de investimentos automotivos.

Desde então, as dinâmicas econômicas e do mercado de trabalho regionais vêm progressivamente se tornando mais dependentes desse setor, de maneira que a adoção de políticas públicas e outros mecanismos – públicos e privados – voltados ao ajuste das empresas ao ciclo econômico têm sido particularmente relevantes neste setor. Dessa forma, a implementação do PPE e seus efeitos se relaciona, de modo importante, à dinâmica macroestrutural da indústria automotiva.

Assim, o desenvolvimento mundial dessa indústria e o processo recente de instalação na região também importam para a interpretação do objeto:

Considerando de modo panorâmico a conjuntura internacional do setor automobilístico – expressivo destas alterações paradigmáticas –, centrada no período entre 1979 e 1994, observa-se uma tendência bastante acentuada de redução do número absoluto de empregos na França, no Japão, na Itália, nos EUA e no Brasil. Especificamente, neste último, podem ser observadas, a partir de 1980, tendências concomitantes de aumento da produção e das taxas de produtividade e lucratividade [...] (SANTOS, 2007, p. 92).

Dessa forma, as decisões de investimentos de montadoras globais a partir dos anos 1990 encontraram um cenário fértil no Brasil. No caso específico do Sul Fluminense, cabe lembrar que redes sociais bem estruturadas e condições políticas favoráveis foram decisivas na atração dos investimentos automotivos, e impulsionaram uma corrida pelo desenvolvimento econômico estadual e do Sul Fluminense – não coincidentemente relacionados à “implosão” do ABC paulista, à guerra fiscal dos anos 1990 e à consequente profusão de incentivos fiscais e infraestruturais por parte dos governos estaduais.

Assim sendo, no que diz respeito aos efeitos do setor sobre a mesorregião, é possível segmentá-los em duas fases: 1996-2010 e 2011-presente. A primeira fase corresponde à

implementação propriamente dita da indústria automobilística, ao passo que a presente década testemunhou o adensamento da mesma neste espaço. Dessa forma, a instalação da atual MAN Latin America, em 1996, constitui o marco da primeira onda de implantação de empresas automotivas, que hoje compõem um *cluster* automotivo na região. Ao longo das duas fases, mudanças significativas foram observadas em termos de investimentos econômicos e seus impactos espaciais, ambientais e socioeconômicos.

O *cluster* automotivo [1] em questão é atualmente formado pelas seguintes empresas, além da MAN Latin America: Grupo PSA, fabricante de automóveis Peugeot e Citroën, instalada em 2001 no município de Porto Real; a unidade da Aliança Renault-Nissan-Mitsubishi, instalada no município de Resende em 2014; e Jaguar-Land Rover, instalada em 2016 no município de Itatiaia. Em resumo, para os fins pretendidos neste artigo, basta ressaltar que “Os anos 1990 representaram, nesse sentido, uma reorientação do setor para novos investimentos em regiões com pouca ou nenhuma tradição produtiva automotiva” (SANTOS, 2007, p. 93).

Quanto ao programa em questão, ainda em termos introdutórios, é preciso dizer que o PPE “foi resultado de negociação das centrais sindicais, indústria e o Planalto” (FOLHA DE S.PAULO, 2015) durante o contexto da recessão econômica vivenciada entre 2014 e 2015, tendo entrado em vigência no dia 7 de julho de 2015. Quanto aos objetivos mais gerais, a seção de perguntas frequentes feitas ao Portal do Fundo de Amparo ao Trabalhador do Ministério do Trabalho nos oferece uma resposta sintética: “O Plano de Proteção ao Emprego – PPE é um programa que visa preservar os empregos dos trabalhadores de empresas que se encontram temporariamente em situação de dificuldade econômico-financeira.” (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2016).

Em um último recuo introdutório, julgamos ser preciso ainda considerar a conjuntura econômica nacional na década de 2000. Diferentemente das principais economias do mundo, o impacto econômico da crise econômica de fins dos anos 2000 no setor automotivo brasileiro foi sentido de forma mais amena [2]:

[...] a crise financeira começou a ser observada no país no segundo semestre de 2008. Entre julho e novembro de 2008, as vendas internas de automóveis e comerciais leves declinaram cerca de 49%. Apesar disso, 2008 foi considerado o melhor ano da indústria automotiva no país até então, com recordes de produção e vendas. Os níveis de produção de março de 2009 já eram similares aos observados no mesmo mês do ano anterior (BARROS; PEDRO, 2011, p. 183).

Quanto a metodologia empregada, o artigo faz uso de fontes secundárias, advindas de pesquisa bibliográfica sobre a produção acadêmica na área de políticas públicas acerca do PPE, assim como de documentos oficiais, sintetizando uma análise de dados quantitativos (estatística descritiva) e, principalmente, qualitativos. No caso dos últimos, foram analisados os Acordos Coletivos de Trabalho (ACT) e os Termos Aditivos ao Acordo Coletivo de Trabalho (TAAC) produzidos pelo Sindicato dos Metalúrgicos do Sul Fluminense (SINDMETALSF), sindicato representante dos trabalhadores da MAN Latin America e demais empresas automotivas instaladas na região; e pelas empresas que fazem parte do consórcio modular da MAN Latin

America, durante o período de 2009 a 2016, totalizando 45 documentos. Os documentos foram então codificados tematicamente e analisados com o auxílio do *software* Nvivo9. Finalmente, para analisar os dados e as demais fontes secundárias, se deu ênfase nos campos das sociologias econômica e do trabalho, ao setor automotivo, à região em estudo e à natureza deste tipo de política pública específica.

Além desta seção introdutória ao tema e à metodologia, o artigo está dividido em mais três seções. Na seção acerca do Sul Fluminense, MAN Latin America e PPE, discutimos a literatura consultada acerca destes itens, fazendo uso de estudos sociológicos e econômicos que detalham o objeto e o campo com dados e características relativas a cada um dos tópicos. Apresentamos, ao final desta, nossa contribuição para uma interpretação sociológica do PPE na MAN Latin America. Na sequência, a seção de discussão retoma o cenário econômico recente, este que compreende os impactos da crise econômica do final dos anos 2000 e a recessão nacional da década de 2010, em relação ao setor automotivo estudado. É nesta seção que discutimos os achados da análise dos dispositivos legais consultados em contraste com o contexto apresentado, assim como demais detalhes acerca da situação econômica da empresa e o posicionamento dos agentes estudados sobre o PPE. Por fim, a seção de conclusão sintetiza a discussão elaborada, apontando para os principais resultados empíricos, dadas as limitações deste estudo de caso.

1. O Sul Fluminense, a MAN Latin America e o PPE

A seguir, discutiremos brevemente algumas das principais contribuições acadêmicas acerca da empresa, da indústria e da região, com ênfase nas áreas da Sociologia do Trabalho e Sociologia Econômica, assim como o debate acadêmico acerca do PPE, abrangendo outras áreas de investigação.

Primeiramente, muito da literatura dedicada à mesorregião Sul Fluminense buscou entender as particularidades e as mudanças de ordem econômica, social e ambiental decorrentes da reestruturação produtiva encabeçada pela industrialização automotiva recente. Santos (2007, p. 92) propõe sinteticamente que, para entender a mesorregião, a indústria para lá movida e, conseqüentemente, qualquer empresa que lá se instale, é preciso ter em mente tanto o aspecto estrutural da reespecialização mundial da indústria automotiva; quanto a agência de atores que compõem as relações de força no plano local, uma vez que a implantação e operação dessa indústria no Sul Fluminense depende do “imbricamento entre estrutura econômica e conjuntura política”.

De um lado, a escolha da MAN Latin America pelo Sul Fluminense atraiu a atenção de sociólogos do trabalho, inicialmente, pela dimensão organizacional – e não tecnológica – inovadora do processo de trabalho que propunha, sintetizada pelo conceito de consórcio modular. Neste consórcio, a MAN Latin America organizava a produção de seus ônibus e caminhões de modo a deixar a cadeia de empresas associadas conduzirem as operações fabris em seus diversos segmentos: chassis, motores, eletrônica, pintura, etc. À empresa, de fato, cabia a responsabilidade pelas vendas e revendas, o setor de *marketing* e a organização das demais empresas do consórcio (ABREU; BEYNON; RAMALHO, 2006). Assim, a MAN Latin America se encaixa no perfil das

empresas “[...] que já se iniciam nos parâmetros da chamada produção enxuta [...]” (RODRIGUES *et al*, 2007, p. 69).

De outro lado, quanto às relações entre a empresa e seu modo produção nesta unidade fabril e a região estudada, a literatura vinha enfatizando o papel das relações sociopolíticas em escala regional como “[...] a argamassa que enraíza[va] atores globais como a Volkswagen [...]” (SANTOS, 2007, p. 114). Assim,

[...] acredita-se que o Sul fluminense tem sido ao longo dos últimos quinze anos um laboratório de ações de reconfiguração institucional, que envolvem a conjunção sincrônica de uma estrutura econômica do tipo central-radial, [e] uma conformação produtiva territorial atípica – uma região *greenfield* que caminha para o amadurecimento econômico, político e social [...] (SANTOS, 2007, p. 115)

As transformações nesses dois planos convergiam, em particular, no que diz respeito ao perfil dos “novos” trabalhadores recrutados pela empresa na região, fato que também chamara atenção à época de sua instalação, por favorecer a nova configuração produtiva do consórcio:

O grupo operário oriundo do Sul fluminense, diferentemente dos trabalhadores do ABC [Paulista], tem as características da nova fase de investimento da indústria automotiva, a saber: são majoritariamente jovens, com pouca experiência fabril, com salários mais baixos, com boa escolarização e formação técnica já adaptada às novas estratégias produtivas e com escassa participação sindical (RODRIGUES *et al*, 2007, p. 69).

Tal configuração atentou para possíveis diferenças nas relações de trabalho, uma vez que a MAN Latin America, enquanto consórcio modular, compreendia as demandas e a organização de diversos trabalhadores das respectivas empresas consorciadas na cadeia produtiva (FRANCISCO, 2007, p. 189-191).

Dessa forma, desde o início, essa literatura enfocou o papel dos agentes não econômicos (políticos e sociais) na atração dos investimentos automotivos e na influência exercida sobre o comportamento das empresas. Tais agentes mobilizaram recursos econômicos, políticos e sociais relevantes para alavancar o movimento de implantação da indústria que, *a priori*, privado e fruto de tomada de decisão de uma corporação multinacional, muito se relaciona com a interface pública-estatal (SANTOS, 2007, p. 94-95).

Análises mais recentes também ponderam que “A chegada da indústria automobilística delineou mudanças na vocação econômica da região, mas não se pode afirmar que essa transição trouxe consigo mudanças estruturais do ponto de vista da relação dos agentes econômicos mais importantes com os atores locais” (MONTEIRO; LIMA, 2015, p. 112).

Não obstante a crescente produção sobre as relações de trabalho na região, nenhum estudo focalizou a recente questão do Programa de Proteção ao Emprego (PPE), enquanto outros dispositivos de ajuste empresarial e regulação das relações de produção – como as férias coletivas e os *layoffs* [3] – permanecem pouco investigados. Essa lacuna na literatura especializada é digna

de investigação própria, bem como pode ser mensurada para se entender os efeitos de sua implementação de modo mais abrangente.

Em paralelo, muitas das análises iniciais sobre o PPE não se debruçaram sobre os efeitos e desdobramentos de sua implementação. Dessa forma, tais estudos ponderavam situações hipotéticas de custo-benefício de sua adoção para empresas e Governo Federal, especialmente os de Pires & Lima (2015) e Anze *et al.* (2015).

Em seu conteúdo, o PPE pode ser resumido nos seguintes elementos-chave: (i) redução de jornada e salários em até 30%; (ii) compensação de 50% da perda da remuneração por meio dos recursos do FAT; (iii) exigência de acordo coletivo aprovado entre sindicato e empresas; (iv) estabilidade empregatícia durante o PPE e por mais tempo após o fim do mesmo na empresa; (v) exigência de comprovação de dificuldade econômica por parte da empresa; (vi) duração máxima de dois anos; (vii) não isenção do recolhimento de impostos a serem pagos pela empresa sobre a parcela de complementação do PPE; (viii) adesão livre para todo tipo de empresa (DIEESE; MTE, 2016, p. 2).

Como política pública, o desenho do PPE compreende ainda obrigações de comprovação de dificuldade financeira e contribuições para a seguridade dos trabalhadores por parte das empresas (ANZE *et al.*, 2015, p. 49). Uma simulação do programa se mostra bem-vinda para ilustrar os efeitos práticos do mesmo, como visto na Tabela 1 a seguir:

Tabela 1 – Impacto simulado da redução de jornada e salário com o PPE

	SITUAÇÃO SEM REDUÇÃO DE JORNADA (EM R\$)	SITUAÇÃO COM REDUÇÃO DE JORNADA DE 30% (EM R\$)	VARIAÇÃO (EM %)
SALÁRIO PAGO PELA EMPRESA	2.500	1.750	-30
SUBSÍDIO GOVERNAMENTAL	0	375	N/A
REMUNERAÇÃO TOTAL DO TRABALHADOR	2500	2.125	-15

Fonte: Elaboração e adaptação própria da tabela 1 “Decomposição dos encargos trabalhistas com e sem redução de jornada de trabalho” In: PIRES; LIMA, 2015, p.54

Na literatura especializada sobre o programa, pode-se dizer que a maior parte da recepção foi positiva quanto à proposta e fase de implementação. Deve-se ressaltar que tais análises foram feitas ainda no estágio inicial do programa, com modelos simulando os efeitos dedutivamente, ainda que baseados em evidências de estudos referentes às experiências internacionais (PIRES;

LIMA, 2015). No campo de discussão jurídica, por sua vez, o PPE também recebeu aprovação inicial (MENEQUIN, 2015, p. 7).

Exemplarmente, o estudo conduzido pelo DIEESE em convênio com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) destacou a posição geral das empresas e trabalhadores que aderiram ao programa:

A incerteza quanto à profundidade e duração da crise e o cenário político indefinido, no momento da realização das entrevistas, dificultou aos entrevistados emitir uma opinião firme quanto à efetividade do PPE. Mesmo assim, as avaliações de momento consideraram-no positivo, devido à forma como mitigou o desemprego, para um programa em estágio inicial (DIEESE; MTE, 2016, p. 5).

Entretanto, o PPE também recebeu críticas, especialmente no tocante à jurisdição flexibilizadora dos direitos trabalhistas, entrando em contradição/violação com os pressupostos do direito do trabalho brasileiro em um cenário anterior à reforma trabalhista do final de 2017 (OLIVEIRA; SOUZA, 2016).

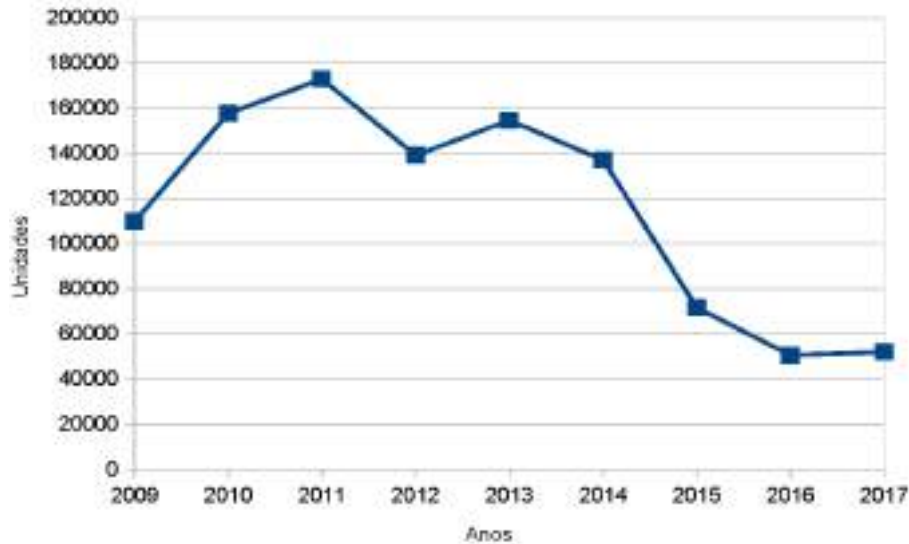
Em termos sociológicos, o PPE se relaciona à manutenção das relações sociais centradas no trabalho em períodos de crise econômica, atuando como um contrapeso à desocupação e à potencial desfiliação social dos trabalhadores em tempos de crise econômica. Assim, para além da manutenção do emprego e da renda, como abordado até aqui em termos formais da legislação e da subsequente justificativa econômica, o PPE garante a continuidade de toda uma rede de relações sociais construídas em paralelo ao emprego. Dentre estas, poderíamos destacar a identidade coletiva dos trabalhadores e a relação destes com a região e com o tipo de emprego exercido. Além destas, deslocando a análise para fora da esfera imediata do emprego e da economia, o programa proporciona a continuidade do reconhecimento social dos trabalhadores que aderiram ao programa em relação às suas famílias e demais esferas sociais aos quais os indivíduos participam e ajudam a constituir. Alguns trabalhadores entrevistados em veículos midiáticos, por exemplo, reportaram tais efeitos socialmente positivos (OLMOS, 2017). Ressaltamos, assim, que o PPE apresenta um impacto no todo social que compreende a vida dos trabalhadores.

2. Discussão

A compreensão do comportamento de vendas do setor de caminhões é vital para entendermos a discussão acerca do PPE. Se a crise de 2008 não afetou imediatamente e consideravelmente o setor automotivo nacional, efeitos mais notáveis passaram a ser sentidos a partir de 2011, com uma queda nas vendas mais duradoura, se comparada com a recuperação do setor automotivo global no pós-crise. Este foi o padrão observado também para o nicho de caminhões referente à empresa estudada. Tal constatação é verificada a partir do comportamento comparado dos números de licenciamentos de caminhões no Brasil (Gráfico 1), em contraste com as vendas deste nicho do setor automotivo no restante do mundo (Gráfico 2). Notamos que a

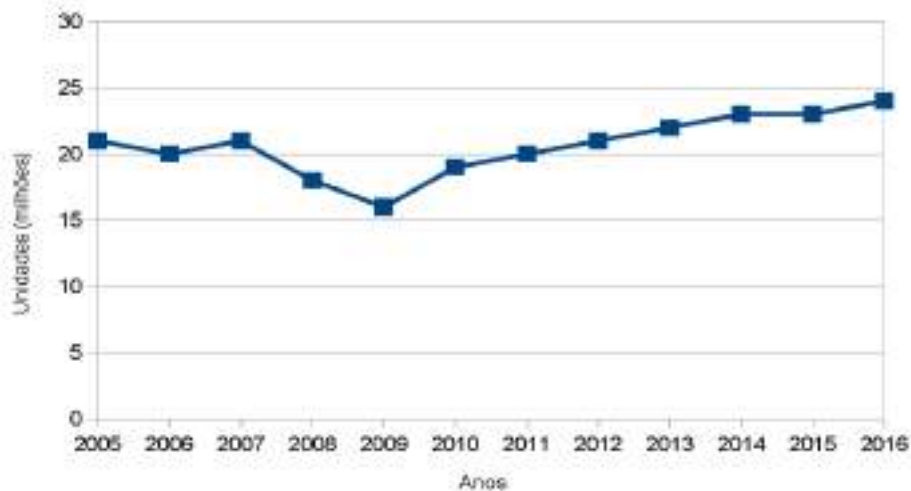
escala temporal do primeiro gráfico foi escolhida de acordo com o período selecionado de análise dos ACTs e TAACs:

Gráfico 1 – Licenciamento total (nacional e importados) de caminhões por milhares de unidade produzidas no Brasil, 2009-2017



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da série histórica da ANFAVEA.

Gráfico 2 – Vendas de veículos comerciais em milhões de unidades no mundo entre 2005-2016



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da OICA.

Conectando este cenário com a discussão do PPE no setor, em uma avaliação panorâmica, podemos ver como diferentes estratégias foram mobilizadas pelas diversas empresas e sindicatos envolvidos nas negociações que se seguiram à crise no setor automotivo. Se no Sul Fluminense apenas a MAN-Latin America veio a aderir ao programa, a Volkswagen, maior acionista da empresa em questão, também aderiu inicialmente ao programa para suas plantas de automóveis populares em São José dos Pinhais, Região Metropolitana de Curitiba, assim como em São Bernardo do Campo e Taubaté (SP) (G1 PR; RPC, 2015). Considerando apenas as produtoras de caminhões como a MAN Latin America, observamos que, para a Mercedes-Benz, a orientação

estratégica das relações de trabalho foi direcionada para o PDV, combinada a um acordo de PPE de baixa adesão e duração, seguido de demissões (AGÊNCIA O GLOBO, 2016).

A Ford, por sua vez, buscou unir equipes de produção diferentes para melhor alocar sua mão de obra excedente ao mesmo passo que mantinha o PDV e os *layoffs*. A empresa foi a segunda a abrir mão do PPE, logo após a Mercedes-Benz (ESTADO DE SÃO PAULO, 2016). Outras montadoras anunciaram demissões antes de concluídas as negociações para a implementação das alternativas citadas, como ilustrado pela Volvo (SANT'ANA, 2016). Ainda em 2015 era possível ver como a maioria das empresas cogitou a adesão, e posteriormente vieram de fato a aderir ao PPE. Não era o caso da Scania: “A montadora é a única da região do ABC que não negociou redução salarial e da jornada e adesão ao PPE (Programa de Proteção ao Emprego). As demais fabricantes de veículos – Mercedes-Benz, Volkswagen e Ford – fecharam acordo com o sindicato que prevê essas medidas.” (ROLLI, 2015).

Tendo em mente a discussão e os dados acima apresentados, remetendo diretamente à dimensão cíclica das vendas do setor, nos deteremos na análise propriamente dita das negociações acordadas entre o SINDMETALSF e a MAN Latin America.

Antes de adentrarmos a discussão dos achados, cabe uma rápida e necessária caracterização do sindicato em questão. Fundado em 1945, o SINDMETALSF representa aproximadamente 60 mil metalúrgicos, distribuídos entre os municípios de Volta Redonda, Barra Mansa, Resende, Itatiaia, Quatis, Porto Real e Pinheiral (SINDMETALSF, 2018). A organização define sua linha de atuação atual como centrada na “luta pela recuperação dos salários e da dignidade desses trabalhadores” (SINDMETALSF, 2018). Para tal, o SINDMETALSF é responsável pela negociação coletiva com as empresas automobilísticas na mesorregião, realizando campanhas salariais, assim como firmando acordos em nome dos trabalhadores. Particularmente em situações de crise, o SINDMETALSF mobiliza os temas-chave da contenção de perdas de direitos e de ganhos reais e benefícios na negociação coletiva como lemas de sua atuação. Por fim, o sindicato também firma convênios com demais empresas para oferecer demais serviços aos seus associados (SINDMETAL-SF, 2018). Entretanto, cabe mencionar que se trata de um sindicato atuante comumente para com as demandas e particularidades do setor metalúrgico devido à presença e relevância da CSN na região, sendo relativamente recente e delicada a proximidade com as questões relativas à indústria automotiva na região.

Utilizando as Cláusulas do Sistema de Negociação Coletiva do Trabalho do MTE como códigos temáticos de base, seguindo a análise proposta por Santos e Ramalho (2015, p. 5), analisamos os 45 ACTs e TAACs separando-os nos respectivos nós: Salários, reajustes e pagamento; Gratificações, adicionais e outros; Contrato de trabalho – admissão, demissão e modalidades; Relações de trabalho – condições de trabalho, normas de pessoal e estabilidade; Jornada de trabalho – duração, distribuição, controle e faltas; Férias e licenças; Saúde e segurança do trabalhador; Relações sindicais; Treinamento e qualificação. Os nós foram construídos por marcações feitas nos textos de cada ACT e TAAC, sobrepondo mais de uma temática quando necessário fosse ao categorizar certa temática padronizada.

Assim sendo, excluindo como filtro o nó genérico de Relações Sindicais – que na maior parte do tempo correspondia a detalhes técnicos e reconhecimento mútuo das partes nos acordos, portanto não havendo conteúdo negociado de fato – os temas mais discutidos nos ACTs da MAN Latin America de 2009 a 2016 diziam respeito às cláusulas Gratificações, adicionais e outros; e Jornada de trabalho – sua duração, distribuição, controle e faltas.

Dentre os principais achados que nos ajudam a entender a adesão do PPE pela empresa e sindicato, podemos ver como a situação interna já vinha se deteriorando, seguindo o ritmo da indústria nacional como mostrado no Gráfico 1.

De início, observamos os reajustes com vigência bienal/trienal, com correção baseada no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Concretamente, o acordo de salários-base tinha validade de dois anos. O reajuste programado para o terceiro ano, no entanto, dizia respeito apenas ao segundo ano, e não ao acumulado nos dois anos de vigência. Dessa forma, o reajuste inflacionário bienal implicava, por definição, em perda acumulada de salários no período. Além disto, houve um biênio da série em que, de fato, não se reajustaram os salários: 2015-2016. Os biênios de reajuste foram: 2010-2012, 2013-2015, 2014-2015 e 2016-2017.

Ademais, foi constatado que a flexibilização de jornada e contrato com planos de demissão voluntária (PDV) e suspensão do contrato de trabalho, salários (sem reajustes e ganho real) e gratificações (perdas nas horas-extras) já ocorriam nos anos anteriores ao PPE (MTE, 2013, 2014, 2015). Tal constatação foi confirmada pelo CEO da empresa, Roberto Cortes, ao comentar o fim do programa no ano de 2017: “Desde janeiro de 2015 firmamos acordos para a redução da jornada, primeiro em acordo coletivo com o sindicato, depois por adesão ao PSE. No último mês de abril, a redução de 20% passou a 10%, e para o restante do ano o turno de produção será normal, de cinco dias por semana” (MAN LATIN AMERICA, 2017).

Em um dos boletins, o SINDMETAL-SF explicitava as alternativas apresentadas ao sindicato no contexto de crise, de modo que o PPE constituía uma alternativa potencial ao PDV e à suspensão do contrato de trabalho:

“Veja as alternativas que serão aplicadas conforme acordo com o sindicato:

PDV

- Pagamento das verbas rescisórias legais
- Incentivo financeiro: 80% de um salário nominal por ano de empresa com garantia de pagamento mínimo de 10 salários
- Opção pelo plano de saúde por 5 meses = R\$ 2.000 (este valor será descontado do pacote)
- Pagamento do pacote em 30/3/16
- Período de adesão ao PDV: 29/2 a 3/3
- Haverá cotas por empresa e por função.

Suspensão de Contrato de Trabalho (FAT):

- Complemento da empresa: a diferença para atingir 100% do salário líquido entre o valor do governo e da empresa
- Ressarcimento do INSS e FGTS pago no final do prazo da suspensão
- Manutenção do Cartão alimentação, Plano de Saúde e valor da PLR/16
- Período: 5 meses de 14/03/16 a 13/08/16, prorrogada automaticamente até 30 de Abril de 2017 caso não haja reação do

mercado • Participação obrigatória no curso de qualificação.” (Boletim 9 de Novembro, 2016a, p. 1).

No caso da MAN Latin America, o PPE foi operacionalizado com redução de jornada e salários acordada em 20%, mantendo o padrão de redução que já havia sido implementado antes da adesão ao programa (MTE, 2015b). Como era de se esperar, também foi verificada uma leve queda nas metas de produção entre 2009 e 2016, de acordo com o ritmo de produção verificado no setor no Gráfico 1. A análise ainda revelou ser 2015 o ano-chave de maiores negociações na série histórica, sendo o ano que viu também a implementação do PPE. Por fim, após revisar as negociações entre as partes, notou-se que a maioria das alternativas comumente utilizadas para lidar com recessões de fato fora utilizada antes do PPE aparecer como uma nova alternativa, a saber: a flexibilização de jornada e contrato; planos de demissão voluntária (PDV) e suspensão do contrato de trabalho; salários sem reajustes e ganho real; além de perda de algumas gratificações.

Nesta análise, não seria menos importante explicitar os interesses manifestados dos principais atores sociais e institucionais envolvidos nas negociações, desenvolvimento e implementação do PPE na MAN Latin America. Por conseguinte, ainda que não seja possível inferir o posicionamento preciso dos trabalhadores pela ausência de trabalho de campo, por exemplo, constatou-se que, pelo menos de acordo com a posição oficial do sindicato, o PPE fora reconhecido como uma medida necessária por parte dos trabalhadores: “Nossa política, neste momento de crise, é evitar as demissões nas fábricas. Os trabalhadores não podem ‘pagar o pato’ sozinhos”, afirma Silvio Campos, presidente do sindicato” (Boletim 9 de Novembro, 2015, p. 1).

A aceitação do PPE também não fora feita sem algum grau de ceticismo, especialmente quanto aos cortes que também deveriam ser feitos, por justiça, em outros setores da empresa:

As empresas do Consórcio Modular estão reduzindo os custos neste momento de crise. OK. No entanto, a redução tem que ser feita em toda empresa, inclusive nas mordomias dos executivos. Não aceitaremos a retirada de direitos conquistados pelos trabalhadores. Estamos de olho (Boletim 9 de Novembro, 2016a, p. 2).

A postura do SINDMETALSF se manteve no decorrer do tempo, com as consecutivas renovações do programa entre 2015 e 2017 (Boletim 9 de Novembro, 2016c). Opiniões vindas do ABC também ressoavam e apontavam um parecer positivo para o PPE:

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Wagner Santana, diz que esses instrumentos ajudaram a evitar demissões. "Defendemos até que o PSE e o 'layoff' se transformem em política de Estado", diz. Santana prevê que os afastamentos de pessoal tendem a diminuir. Ele teme, porém, que isso traga mais demissões (OLMOS, 2017).

3. Conclusão

Nossas conclusões iniciam-se com uma advertência: tendo em vista o enfoque da pesquisa nos ACTs, não foi possível ter acesso aos números e dados precisos de trabalhadores aderentes ao PPE e em demais situações, nem quanto à situação financeira da empresa e outras informações

relevantes para uma análise mais detalhada. Os ACTs indicam apenas a trajetória geral firmada pelas partes, não determinando nem mesmo a agência individual de cada trabalhador em termos de salário, benefício e situação quanto ao vínculo empregatício atual, seja o PPE ou *layoff*. É preciso ter em mente esta limitação inerente ao acesso disponível ao objeto de pesquisa e aos limites deste artigo.

Em primeiro lugar, o PPE se apresenta como uma “nova alternativa” à disposição da empresa e do Estado, com o consentimento do sindicato, para contornar a crise e regular o conflito capital-trabalho em relação a mecanismos mais comumente utilizados, e também considerados mais danosos, tais como os PDVs e o *layoff*. Nesse sentido, apenas reiteramos o que já havia sido observado anteriormente em outras análises sobre o PPE (DIEESE, 2016, p. 2). Em síntese, o PPE é apenas mais uma forma, não inteiramente nova – nem mesmo no Brasil – tendo em vista a proximidade com Lei nº 4.923/1965 [4], de lidar com a questão da crise e das alternativas à demissão e demais mecanismos de ajuste na relação tripartite. Concluímos também, como exposto anteriormente, que, em termos sociológicos, o PPE atua direta e indiretamente para a manutenção das diversas relações sociais experimentadas pelos trabalhadores a partir de sua vinculação com o trabalho.

Em segundo lugar, o PPE é um tipo de programa supostamente desenhado para atender às especificidades da economia em tempos de recessão, como demonstra a seguinte passagem:

A MP no 680, de 2015, não delimita os setores que podem ter acesso ao PPE. Portanto, o programa é universal, ou seja, todos os setores podem acessá-lo. Em contrapartida, o Artigo 2º da referida MP determina que só poderão ser habilitadas as empresas que se encontrarem em situação de dificuldade econômico-financeira, nas condições e forma estabelecidas em ato do Poder Executivo Federal (PIRES; LIMA, 2015, p. 56).

Isto é, embora não tenha sido possível identificar ou não qualquer tipo de vínculo setorial em seu processo de formulação, o PPE consistentemente atende mais às empresas do perfil da MAN Latin America: grandes firmas.

Contudo, ainda nas discussões anteriores à implementação e ao sancionamento da lei do PPE, juristas questionavam se o programa teria sido pensado de forma a atender todas as empresas que necessitassem de ajuda, isto é, se o PPE fora desenhado sem ter em mente um setor econômico específico a ser ajudado:

Não houve também a apresentação de estudo para saber quais empresas se beneficiarão do PPE. Será que tal política pública não está configurada somente para determinado setor? Será que os benefícios para um setor não serão pagos por uma espécie de subsídio cruzado? (MENEZES, 2015, p. 9-10).

Em sentido prático: “As empresas aderentes ao PPE, hoje, são das indústrias automobilística e da metalurgia”, como constatava Anze *et al* (2015, p. 51). Dessa forma, tendo sido desenhado como uma política pública abrangente, mas atendendo especialmente a um tipo

específico de ator econômico em tempos de crise, a MAN Latin America constituiu um bom ponto de partida empírico para se verificar os efeitos da implementação do programa.

Finalmente, o comportamento relativo à adoção do PPE se mostrou congruente com a origem institucional da empresa em estudo. Um dos boletins do sindicato, por exemplo, exaltava os acordos com a empresa, ao comentar brevemente como outras fabricantes de caminhões, que não atuam na região, tais como IVECO e Mercedes-Benz, demitiam milhares de trabalhadores durante o mesmo período de relativa estabilidade e alternativas para os trabalhadores amparados pelo PPE e demais alternativas (Boletim 9 de Novembro, 2016b).

De volta à discussão acerca MAN Latin America, em uma das poucas fontes disponíveis que detalhavam um pouco mais a realidade prática a qual estavam submetidos os trabalhadores da empresa, tomamos ciência, com esta declaração do CEO da MAN, dos números relativos ao *layoff*:

“— Hoje, além de jornada reduzida, temos uma turma de 700 pessoas em lay-off (suspensão temporária do contrato de trabalho). Mas, esses empregados retornam no final de novembro. Pelos nossos cálculos, temos um excedente de 1,2 mil pessoas e não queremos demitir esses funcionários, por isso, a opção pelo PPE que deve durar por um ano em nossa fábrica —, disse [Roberto] Cortes” (MACHADO, 2015).

Em outra fonte especializada, obtivemos uma estimativa de trabalhadores sob outro mecanismo: “A MAN também fechou 450 vagas por meio de PDV” (OLMOS, 2017). O próprio acordo coletivo que selou a adesão do PPE pelas partes indicava que tal fora feito devido ao esgotamento das alternativas comumente utilizadas:

Considerando o objetivo de minimizar os fortes impactos negativos no quadro de empregados da EMPRESA decorrente da acentuada queda no volume de vendas no mercado nacional e de exportação de caminhões e ônibus, que reduziu drasticamente a produção; Considerando que a EMPRESA e SINDICATO, nos últimos 12 meses, negociaram várias medidas para evitar demissão face a queda do volume de produção da EMPRESA, tendo esgotado os recursos de férias individuais, férias coletivas, suspensões do contrato de trabalho por meio do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e programas de demissão voluntária; Considerando que tais medidas adotadas em comum acordo entre EMPRESA e SINDICATO não foram suficientes para administrar o excedente de mão de obra, uma vez que não há perspectivas de retomada do volume de produção no curto prazo; Considerando que a redução da jornada de trabalho e salários evitará excedente de mão-de-obra, assegurando a manutenção do quadro de profissionais qualificados [...] (MTE, 2015b)[5].

Assim, por meio da análise dos ACTs e TAACs, assim como pelas fontes secundárias analisadas, propomos uma sequência (que não lógica, linear ou necessária) de situações e suas respectivas respostas observadas na MAN Latin America entre 2009 e 2016. Este quadro, porque desenhado tendo em vista a MAN Latin America, assume que se trata de uma empresa de grande porte econômico, mobilizando um grande contingente de trabalhadores amparados por um sindicato da categoria. O esquema visa incluir e posicionar o PPE em função de necessidades de ajuste ao ciclo econômico por parte da empresa.

Concluimos, dadas as evidências disponíveis neste estudo de caso, que o PPE se situa entre os “extremos”, sejam estes os tempos de crescimento econômico e do emprego, de um lado, e o das crises e recessões, de outro. Com “extremos” queremos dizer em relação aos impactos negativos e positivos possíveis para com os trabalhadores e empresas. Como demonstrado, o PPE parece ter sido acionado como último recurso, mas assim o foi pois esta foi a primeira vez a qual tal política esteve disposta para uso efetivo de empresas e sindicatos uma vez que estas já haviam usado dos demais mecanismos. Por isso, não se deve encarar tal uso inicial e emergencial deste caso como a única forma a que se recorrerá ao programa em tempos futuros: acreditamos que o programa poderá ser acionado futuramente em detrimento de demissões, *layoffs* e PDV's caso seja a intenção da empresa a manutenção dos empregados.

Advertimos que nenhuma destas alternativas e mecanismos foi escolhida e/ou implementada de maneira exclusiva: empresas manejam o quadro de funcionários e a alteração deste de forma a combinar mais de uma estratégia concomitantemente, mesmo que os trabalhadores, por meio sindicato, também pressionem de certa forma, posto que o PPE para ser aceito requisita aprovação em assembleia. Este quadro também fora elaborado tendo em vista o problema de como alocar o PPE, enquanto “nova” alternativa, dentro dos mecanismos já existentes e comumente praticados. Por fim, evidentemente, pode-se discutir o quanto o PPE deveria ser classificado como atuante em recessões ou em crises, dependendo da conceituação adotada para cada momento econômico.

Segue, portanto, uma tipificação dos mecanismos de ajuste ao ciclo à disposição de grandes empresas que visa alocar o PPE em uma gama de alternativas, tendo em vista aquelas observadas no estudo de caso da MAN Latin America:

Quadro 1 – Estratégias e alternativas para a resolução do conflito capital-trabalho por período econômico na MAN Latin America, 2009-2016

AUMENTOS APÓS GREVES/ BOM DESEMPENHO DA INDÚSTRIA: GANHO REAL DE SALÁRIO E BENEFÍCIOS	CORREÇÃO SALARIAL DA PERDA INFLACIONÁRIA	USO DAS HORAS RESTANTES NO BANCO DE HORAS	FÉRIAS COLETIVAS	PPE/PSE	LAYOFF/ BOLSA QUALIFICAÇÃO: SUSPENSÃO DO CONTRATO DE TRABALHO/SEGURO-DESEMPREGO	DEMISSÃO VOLUNTÁRIA E PDV'S	DEMISSÃO INDIVIDUAL OU COLETIVA
CRESCIMENTO ECONÔMICO/ESTABILIDADE ECONÔMICA		RECESSÃO			CRISE ECONÔMICA/REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA		

Fonte: elaboração própria

Tendo em conta a análise empreendida, algumas questões permanecem em aberto, demandando investigação futura. Será o PPE o novo modelo de alternativa padrão para o conflito trabalhista em grandes firmas em momentos de recessão, a partir de agora? Por que um programa supostamente universal foi abraçado por um setor industrial específico como a indústria automotiva, esta que, historicamente, goza de forte *lobby* com o governo em garantias e incentivos? Outros setores da economia, compostos por grandes firmas, adotarão o PPE futuramente? Estas indagações permanecerão e, com certeza, serão avaliadas pela comunidade acadêmica especializada na área para dar cabo destes percalços no futuro que se avizinha. 🌐

NOTAS

*O autor, à época da submissão do artigo, cursava o 7º período do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: lucaslemos_22@hotmail.com.

[1] Por cluster deve-se entender tanto um conceito analítico relativo à organização de empresas – “[...] uma aglomeração de empresas que podem ou não pertencer ao mesmo setor e não necessariamente apresentam interações entre elas e com as instituições locais” (LA ROVERE; SHEHATA, 2006 APUD PAULA, 2015, p. 5) – quanto uma ação coletiva promovida pelas mesmas em prol de seus interesses diante da conjuntura político-econômica regional.

[2] Não obstante, o país vivenciou sua própria recessão interna, com implicações mais notáveis a partir de 2011, especialmente no setor automotivo, donde se torna relevante o estudo da implementação do PPE.

[3] De acordo com a advogada Hangra Leite (2015), “O “lay-off” se revela sob dois aspectos de regimes jurídicos distintos, a saber: 1. Redução temporária de jornada de trabalho e salários, nos moldes do artigo 2º da Lei 4.923/65 e; 2. Suspensão de contratos de trabalho para requalificação de mão de obra, consoante o art. 476-A da CLT c/c lei 7.998/90 e resolução 591 do Ministério do Trabalho”. De modo geral, “O layoff, conhecido como bolsa qualificação no Brasil, também é

considerado uma medida alternativa à demissão do trabalhador. Mais precisamente, é uma modalidade do seguro-desemprego, em que se prevê a suspensão do contrato de trabalho.” (PIRES; LIMA, 2015, p. 57).

[4] A Lei Nº 4.923, de 23 de dezembro de 1965, instituiu o “Cadastro Permanente das Admissões e Dispensas de Empregados”, atual Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED); e estabelecia “Medidas Contra o Desemprego e de Assistência aos Desempregados, e [...] outras Providências.”, estas que se aproximam da proposta atual do PPE-PSE, especialmente no artigo 2º: “A empresa que, em face de conjuntura econômica, devidamente comprovada, se encontrar em condições que recomendem, transitoriamente, a redução da jornada normal ou do número de dias do trabalho, poderá fazê-lo, mediante prévio acordo com a entidade sindical representativa dos seus empregados, homologado pela Delegacia Regional do Trabalho, por prazo certo, não excedente de 3 (três) meses, prorrogável, nas mesmas condições, se ainda indispensável, e sempre de modo que a redução do salário mensal resultante não seja superior a 25% (vinte e cinco por cento) do salário contratual, respeitado o salário-mínimo regional e reduzidas proporcionalmente a remuneração e as gratificações de gerentes e diretores.” (BRASIL, 1965). No entanto, “Ao contrário do PPE, a lei dá margem para que a redução de jornada e de salário ocorra sem a anuência do sindicato e dos trabalhadores, e também não garante o emprego dos trabalhadores afetados pela medida. Acima de tudo, a Lei nº 4.923 não prevê subsídio ao trabalhador que mitigue a perda de rendimentos durante o período de redução da jornada.” (LÚCIO; SCHERER, 2015, p. 66)

[5] Cabe ressaltar por último que o PPE se direcionou aos empregados das empresas que compunham o Consórcio Modular, mas não os terceirizados contratados por estas empresas. Como explicado pelo Ministério do Trabalho, “Os trabalhadores terceirizados não fazem parte do quadro de pessoal das empresas aderentes. Portanto, não estão relacionadas no Acordo Coletivo de Trabalho Específico.” (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2016).

REFERÊNCIAS

ABREU, Alice Rangel de Paiva; BEYNON, Huw; RAMALHO, José Ricardo. “**A fábrica dos sonhos**” da Volkswagen. In: RAMALHO, José Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio (Org.). Trabalho e Desenvolvimento Regional: Efeitos sociais da indústria automobilística no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Mauad, 2006. Cap. 3. p. 71-90.

AGÊNCIA O GLOBO. Mercedes-Benz anuncia demissão de 1.800 a partir de setembro. *Época Negócios*, 4 ago. 2016. Disponível em: <<https://epocanegocios.globo.com/Empresa/noticia/2016/08/mercedes-benz-anuncia-demissao-de-1800-partir-de-setembro.html>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

ANZE, Viviani R. et al. Programa de Proteção ao Emprego. 2015. **Boletim Mercado de Trabalho** – Conjuntura e Análise nº 59. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/bmt_59_politica-em-foco-1.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2018.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS FABRICANTES DE VEÍCULOS AUTOMOTORES (ANFAVEA) (Brasil). Séries históricas. 2018. Disponível em: <<http://anfavea.com.br/estatisticas.html>>. Acesso em: 24 jan. 2018.

BARROS, Daniel Chiari; PEDRO, Luciana Silvestre. As mudanças estruturais do setor automotivo, os impactos da crise e as perspectivas para o Brasil. **BNDÉS Setorial**, Automotivo. v. 34, p. 173–202, set. 2011.

BRASIL. LEI Nº 4.923, DE 25 DE DEZEMBRO DE 1965. Brasília, DF, dez 1965. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4923.htm>. Acesso em: 14 jun. 2018.

Consórcio Modular: Na luta para evitar demissões. Boletim 9 de Novembro: Resende (RJ), 19 out. 2015. Boletim nº 1262, p.1-1. Disponível em: <http://www.sindmetalsf.org.br/fotos/boletins12111.pdf>. Acesso em: 26/01/2018

De olho. **Boletim 9 de Novembro**: Resende (RJ), 02 fev. 2016a. Boletim nº 1293, p.2-2. Disponível em: <http://www.sindmetalsf.org.br/fotos/boletins12711.pdf>. Acesso em: 29/01/2018

DIEESE; MTE. Avaliação do Programa de Proteção ao Emprego – PPE: Resumo Executivo. In: **SEMINÁRIO DE APRESENTAÇÃO DO ESTUDO DE AVALIAÇÃO DO PPE**. 2016, Brasília. Disponível em: <<http://www.fecep.org.br/Uploads/conteudosarquivos/05cc09cf497cc4a81400b4311ae8b753.pdf>>. Acesso em: 7 out. 2017.

ESTADO DE SÃO PAULO. Ford unirá linhas de produção para cortar ociosidade. *Época Negócios*, 29 jun. 2016. Disponível em: <<https://epocanegocios.globo.com/Empresa/noticia/2016/06/epoca-negocios-ford-unira-linhas-de-producao-para-cortar-ociosidade.html>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

FOLHA DE S. PAULO. Entenda o plano de proteção ao emprego, lançado por Dilma. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 6 jul. 2015. Mercado. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/asmais/2015/07/1652432-entenda-o-plano-de-protecao-ao-emprego.shtml>>. Acesso em: 21 jun. 2018.

FRANCISCO, Elaine Marlova Venzon. Organização dos trabalhadores na fábrica contemporânea: o caso do consórcio modular. **Trabalho e sindicato em antigos e novos territórios produtivos: Comparações entre o ABC paulista e o Sul Fluminense**. São Paulo: Annablume, 2007. Cap. 7. p. 167-194. (Coleção Trabalho e Contemporaneidade).

G1 PR; RPC. *Funcionários aceitam que Volks entre no Plano de Proteção ao Emprego*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2015/10/funcionarios-aceitam-que-volks-entre-no-plano-de-protecao-ao-emprego.html>>. Acesso em: 21 jun. 2018.

GRANOVETTER, Mark. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. **RAE-eletrônica**, v. 6, n. 1, 2007.

LEITE, Hangra. *“Lay-Off”: Uma alternativa para as empresas em tempos de crise*. Disponível em: <<http://hangraleite.jusbrasil.com.br/artigos/192963819/lay-off-uma-alternativa-para-as-empresas-em-tempos-de-crise>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

LÚCIO, Clemente Ganz; SCHERER, Clóvis. O PROGRAMA DE PROTEÇÃO AO EMPREGO. *Boletim Mercado de Trabalho – Conjuntura e Análise*, POLÍTICA EM FOCO. n. 59, 9 pp., 26 out. 2015.

MACHADO, Ana Paula. Mais uma montadora deve aderir ao PPE: MAN propôs redução de jornada e salário de 20% aos seus metalúrgicos. O GLOBO, São Paulo, 17 out. 2015. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/mais-uma-montadora-deve-aderir-ao-ppe-17718021>>. Acesso em: 30 jan. 2018.

MAN – Crise persiste e sindicato resiste: Sindicato mantém a luta pelos direitos trabalhistas dos metalúrgicos. **Boletim 9 de Novembro**: Volta Redonda (RJ), 11 nov. 2016b. Boletim nº 1361, p.1-1. Disponível em: <http://www.sindmetalsf.org.br/fotos/boletins13491.pdf>. Acesso em: 30/01/2018

MAN – ACORDO COLETIVO 2016/2017: Metalúrgicos da MAN aprovam o ACT. **Boletim 9 de Novembro**: Resende (RJ), 11 nov. 2016c. Boletim nº 1391, p.1-1. Disponível em: <http://www.sindmetalsf.org.br/fotos/boletins14201.pdf>. Acesso em: 29/01/2018

MAN LATIN AMERICA (Brasil). MAN Latin America deixa o Programa Seguro-Emprego e fábrica de Resende volta a funcionar cinco dias da semana: A empresa mantinha reduzida a jornada de trabalho desde janeiro de 2015. 2017. *Release de imprensa oficial da empresa*. Disponível em: <<https://www.man-la.com/sala-de-imprensa/noticias/man-latin-america-deixa-o-programa-seguro-emprego-e-fabrica-de-resende-volta-a-funcionar-cinco-dias-da-semana-381>>. Acesso em: 24 jan. 2018.

MENEGUIN, F. B. Proteção ao Emprego – uma Avaliação de Impacto Legislativo da Medida Provisória nº 680, de 2015. Brasília: **Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado**, setembro/2015 (Boletim do Legislativo nº 34, de 2015). Disponível em: www.senado.leg.br/estudos. Acesso em 25 de setembro de 2017.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. *Programa de Proteção do Emprego (PPE) - Perguntas Frequentes*. Disponível em: <<http://portalfat.mte.gov.br/programas-e-acoas-2/programa-de-protecao-do-emprego-ppe/perguntas-frequentes/>>. Acesso em: 21 jun. 2018.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (2013). Acordo Coletivo do Trabalho nº RJ001259-2013, de 27 de junho de 2013. Acordo Coletivo do Trabalho. Rio de Janeiro, Disponível em: <<http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/ConsultarInstColetivo>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

_____. (2014). Acordo Coletivo do Trabalho nº RJ000670-2014, de 30 de abril de 2014. Acordo Coletivo do Trabalho. Rio de Janeiro, Disponível em: <<http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/ConsultarInstColetivo>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

_____. (2015a). Acordo Coletivo do Trabalho nº RJ000183-2015, de 05 de fevereiro de 2015. Acordo Coletivo do Trabalho. Rio de Janeiro, Disponível em: <<http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/ConsultarInstColetivo>>. Acesso em: 12 ago. 2017.

_____. (2015b). Acordo Coletivo do Trabalho nº SRT00480-2015, de 17 de dezembro de 2015. Acordo Coletivo do Trabalho. Rio de Janeiro, Disponível em: <<http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/ConsultarInstColetivo>>. Acesso em: 12 ago. 2017.

MONTEIRO, Cristiano Fonseca; LIMA, Raphael Jonathas da Costa. Entidades empresariais e desenvolvimento no Sul fluminense: governança, estratégia e estrutura. **Revista Pós Ciências Sociais**/ Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, v. 12, n. 24, p.101-116, São Luís: EDUFMA, 2015. Semestral, 314 p.

OLIVEIRA, Lourival José de; SOUZA, Oreonnilda de. A (in) constitucionalidade da redução salarial prevista pelo programa de proteção ao emprego (lei n. 13.189/2015). **Scientia Iuris**, Londrina, v. 20, n. 3, p.201-236, nov. 2016. DOI: 10.5433/2178-8189.2016v20n3p201. ISSN: 2178-8189.

OLMOS, Marli. MAN suspende redução de jornada. Valor Econômico: São Paulo, 26 jun. 2017. Valor Empresas. Disponível em: <http://www.valor.com.br/empresas/5016354/man-suspende-reducao-de-jornada>. Acesso em: 29 jan. 2018.

ORGANISATION INTERNATIONALE DES CONSTRUCTEURS D'AUTOMOBILES (OICA). (França). 2005-2016 Sales Statistics. 2016. Disponível em: <<http://www.oica.net/category/sales-statistics/>>. Acesso em: 24 jan. 2018.

PAULA, Esdras Kênia de. Pólo Automotivo Sul Fluminense: novos rumos para o desenvolvimento econômico da região. Rio de Janeiro, 2015. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas, Estratégia e Desenvolvimento) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

PIRES, Manoel; LIMA Arnaldo. Uma análise do Programa de Proteção ao Emprego (PPE) à luz da experiência internacional. 2015. **Boletim Mercado de Trabalho** – Conjuntura e Análise nº 59. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/bmt_59_politica-em-foco-2.pdf. Acesso em: 24 jan. 2018.

RODRIGUES, Iram Jácome et al. Velhos e novos operários da indústria automobilística: o ABC paulista e o Sul fluminense. In: RODRIGUES, Iram Jácome; RAMALHO, José Ricardo (Org.). **Trabalho e sindicato em antigos e novos territórios produtivos: Comparações entre o ABC paulista e o Sul Fluminense**. São Paulo: Annablume, 2007. Cap. 2. p. 45-70. (Coleção Trabalho e Contemporaneidade).

ROLLI, Claudia. Scania faz acordo com reajuste, abono e estabilidade até 2016. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 22 set. 2015. Mercado. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/09/1685121-scania-faz-acordo-com-reajuste-abono-e-estabilidade-ate-2016.shtml>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

SANT'ANA, Jéssica. Volvo comunica 400 demissões em Curitiba e trabalhadores param atividades. *Gazeta do Povo*, 11 maio 2016. Economia Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/economia/volvo-comunica-400-demissoes-em-curitiba-e-trabalhadores-param-atividades-1jqdsq13qjjmyg5kjjwuny25hi>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

SANTANA, Marco Aurélio. Do aço aos automóveis: o sindicalismo metalúrgico no Sul Fluminense dos anos 1980/2000. In: RODRIGUES, Iram Jácome; RAMALHO, José Ricardo (Org.). **Trabalho e sindicato em antigos e novos territórios produtivos: Comparações entre o ABC paulista e o Sul Fluminense**. São Paulo: Annablume, 2007. Cap. 4. p. 89-118. (Coleção Trabalho e Contemporaneidade).

_____; RAMALHO, José Ricardo. **Sociologia do Trabalho no mundo contemporâneo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2004. 64 p. (Passo-a-Passo Ciências Sociais).

SANTOS, Rodrigo Salles Pereira. O Sul Fluminense em questão: o papel das redes sociopolíticas na promoção do desenvolvimento regional. In: RODRIGUES, Iram Jácome; RAMALHO, José Ricardo (Org.). **Trabalho e sindicato em antigos e novos territórios produtivos: Comparações entre o ABC paulista e o Sul Fluminense**. São Paulo: Annablume, 2007. Cap. 4. p. 89-118. (Coleção Trabalho e Contemporaneidade).

_____; RAMALHO, José Ricardo. ESTRATÉGIAS CORPORATIVAS E DE RELAÇÕES DE TRABALHO NO BRASIL: UMA ANÁLISE PRELIMINAR DE 4 GRUPOS MULTINACIONAIS. In: ENCONTRO NACIONAL DA ABET, 14., 2015, Campinas. **GT2 – Desenvolvimento, Territórios e Trabalho**. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/282367971_Estrategias_Corporativas_e_de_Relacoes_de_Trabalho_no_Brasil_uma_analise_preliminar_de_4_grupos_multinacionais>. Acesso em: 08 abr. 2018.

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO SUL FLUMINENSE (Rio de Janeiro). O Sindicato. 2018. Disponível em: <http://sindmetalsf.org.br/sind_sindicato.asp?menu=sindicato>. Acesso em: 07 abr. 2018.

SORJ, Bila. Sociologia e trabalho: mutações, encontros e desencontros. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 25-34, June 2000. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092000000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 25 Mar. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092000000200002>.

SWEDBERG, Richard. Sociologia econômica: hoje e amanhã. **Tempo Social**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 7-34, nov. 2004. ISSN 1809-4554. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12434>>. Acesso em: 25 mar. 2018. doi:<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702004000200001>.

Recebido: 09/05/2018

Aprovado: 22/06/2018

REBOLANDO PARA ENTENDER OS MEMES: PERFORMATIVIDADE MASCULINA E DISPUTAS IDENTITÁRIAS EM FESTAS GAYS E LINGUAGEM DA INTERNET

SWISHING TO UNDERSTAND THE MEME: MASCULINE PERFORMATIVITY AND IDENTITY DISPUTES
WITHIN GAY PARTIES AND THE INTERNET LANGUAGE

*Fabricio Campos Longo da Silva**

Cite este artigo: DA SILVA, Fabricio Campos Longo. Rebolando para entender os memes: performatividade masculina e disputas identitárias em festas gays e linguagem da internet. **Revista Habitus:** Revista da Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 62 – 76. 2018. Semestral. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/habitus>>. Acesso em: março, 2019.

Resumo: Neste trabalho, analiso as imagens e as conversas entre os frequentadores de festas voltadas para o público gay da cidade do Rio de Janeiro, trocadas em “eventos de divulgação” nas redes sociais. Para tal, realizo uma “netnografia” (Fragoso, Recuero e Amaral, 2011), a fim de investigar a rediferenciação (Braga, 2018) entre os grupos que circulam pelas festas, nas disputas identitárias que se retroalimentam nos espaços *online/offline*. Durante a pesquisa de campo, deparei-me com esses recursos visuais e, em última instância, o que ouvia e observava junto aos meus interlocutores revelava-se nessas imagéticas. Considerando o acionamento de uma “performatividade de gênero” (Butler, 2015) hipermasculina como “capital erótico” (Hakim, 2012), mesclo entre apresentar essas imagens e dialogar com os dados de campo e com teorias para analisar as “identidades gays” e o universo de disputa que marcam o movimento LGBT em sua contemporaneidade. Assim, o artigo privilegia temas antropológicos, quais sejam: sexualidade, gênero, identidades sociais e performatividades que são produzidos em um contexto informal, diferente daquele dos movimentos de direitos civis, levando em conta o “eu-espetacular” (Sibilia, 2016) apresentado na internet.

Palavras-chave: Memes; Identidades; Festas Gays.

Abstract: In this paper, I analyze the images and conversations exchanged between attendees of gay parties from the city of Rio de Janeiro at “promotional events” in social networks. To do so, I do a “netnography” (Fragoso, Recuero & Amaral, 2011), in order to investigate the redifferentiation (Braga, 2018) among the groups that navigate the parties, and the identity disputes that feedback between online and offline spaces. During the field research, I came across these visual aids and, ultimately, what I heard and observed with my interlocutors was revealed in these images. Considering the use of a hipermasculine “gender performativity” (Butler, 2015) as an “erotic capital” (Hakim, 2012), I mix between presenting these images and dialoguing with the field data and with theories to analyze the “gay identities” and the universe of dispute that marks the LGBT movement in its contemporaneity. An so, the paper privileges the anthropological themes of sexuality, gender, social identities and performativity that are produced at an informal context, different than that of the civil rights movement, taking into account the “spectacular-self” (Sibilia, 2016) presented on the internet.

Keywords: Memes; Identities; Gay parties.

“ Ela é incrível, é icônica, é a internet!” [1]. Foi assim que a cantora norte americana Katy Perry definiu Maria Odete Brito de Miranda Marques, a artista brasileira que ficou famosa como “rainha do bumbum” com o nome artístico de Gretchen. A declaração foi um comentário sobre a parceria entre as duas, já que Gretchen foi a escolhida para protagonizar o *lyric video* – videoclipe que apresenta a letra de uma música, geralmente sem a participação do cantor – de “*Swish, Swish*”, que foi lançado pela estrela pop em julho de 2017. O *status* de Gretchen como “rainha dos memes da internet” – as imagens, geralmente acompanhadas de textos humorísticos ou de denúncia/informação que circulam na rede - é um ponto central para o que se propõe este artigo.

Segundo Fragoso, Recuero e Amaral (2011), a etnografia aplicada à internet considera “conversações, práticas e negociações simbólicas cuja observação sistemática e a investigação interpretativa nos ajudam a decompor e desvendar padrões de comportamento social e cultural” (: 168). Assim, não é de espantar que as técnicas de pesquisa etnográficas sejam aplicáveis ao estudo das culturas e das comunidades agregadas via internet, sejam grupos sociais já existentes ou que são compostos apenas pelas interações *online*. Daí o termo “netnografia”, que demarca as diferenças que o método etnográfico sofre em sua adaptação para o espaço digital. Considerando-se as adaptações e os limites do método em relação à coleta e à análise dos dados, ele é muito utilizado para pesquisas de comportamento de mercado. Entretanto, sua complexidade teórico-epistemológica não é limitada a isso porque o método permite “o entendimento das práticas comunicacionais num sentido mais amplo, e dos aspectos protocolares culturais e comportamentais de cada grupo ou comunidade a serem observados” (: 176).

No campo das Ciências Sociais no Brasil, o recurso visual tem cada vez mais recebido credibilidade. Contudo, isso não exclui o fato de que seja uma arena também de disputa acerca de sua validade quanto a sua potência como ferramenta etnográfica. Essa “tensão”, sobretudo no presente século, foi amplamente discutida em uma edição dos “Cadernos de Antropologia e Imagem”, intitulada “Estratégias da pesquisa com imagem” (2006) – inserem-se como autores expoentes deste campo, Peixoto (1999) e Koury (1999). Por outro lado, as imagens estão presentes no próprio desenvolvimento da Antropologia como disciplina, seja para demonstrar relatos da vida social descrita (MEAD e BATESON, 1942; BATESON, 2008), seja operando como um “frontispício antropológico”, naquilo que Clifford (2014) denominou ser a estratégia adotada por Malinowski para atestar a validade de suas descrições à medida que este se valia das fotografias junto aos Trobriandeses.

Reconhecendo esse potencial, antes visto como recurso à parte, é que podemos situar os memes e as diversas e possíveis nuances que estes revelam sobre os espaços em que a etnografia foi tecida. Em um campo próximo, a partir do recurso de imagens e descrições de perfis *online* em aplicativos de “pegação” para o público gay, Bonfante (2016) demonstrou que as performances “íntimo-espetaculares de si”, performatizam desejos em um efusivo universo semiótico, que possibilita, entre outras coisas, modos de subjetivação na contemporaneidade. Neste sentido, com as discussões feitas através dos memes e os processos de significação das identidades então elucidados, o gênero, o sexo e suas performatividades (BUTLER, 2015) anunciam-se nos convites para as festas, bem como os significados atribuídos a elas por seus frequentadores.

A discussão sobre “identidade sexual” gira em torno de um conjunto de subjetividades e sua classificação em nossa cultura, e também de como essas classificações produzem eixos identitários aos quais os indivíduos sentem pertencer ou não. O papel hegemônico da dita “cultura ocidental” e dos poderes dos saberes biomédico, do direito, da religião e da psicanálise são a via através das quais o desejo passa a ser

compreendido como agente definidor de um indivíduo, na construção mais ampla daquilo que foi denominado por “dispositivo da sexualidade” (FOUCAULT, 2014). Não obstante, sabemos que desde o referido conceito a sexualidade é um dos pilares em que se conforma o sujeito moderno. Com o desenvolvimento das sociedades ocidentais, e os regimes modernos capitalistas, o Ocidente excitou o sexo a se manifestar. Opondo-se à hipótese repressiva, Foucault localiza o seu primeiro volume de a “História da Sexualidade”, na chave analítica acerca da discursividade do sexo e da sexualidade. Assim, os “prazeres” e “desejos”, ou seja, a ordem fiscalista e moralmente subjetiva, algo próximo do que Duarte (1999) denominou por “Império dos Sentidos”, opera-se como próprio do indivíduo a partir do regime da “vontade de saber” sobre o sexo [2].

É nesse contexto de uma formulação mais geral do sujeito moderno que os homossexuais podem ser entendidos aqui, também, como uma “comunidade imaginada” (ANDERSON, 2008), o que faz com que os inúmeros dissensos políticos e ideológicos dentro da comunidade sejam invisibilizados. Na busca por uma compreensão da relação entre os hábitos de consumo e a produção e manutenção de fronteiras de diferenciação entre os grupos frequentadores, as festas “open bar” [3] voltadas para o público gay configuraram-se como um campo ideal para a pesquisa. Esta, circunscrita à cidade do Rio de Janeiro, iniciou-se em novembro de 2016 e foi até maio de 2017, e além da observação participante nas festas, expandiu-se para os “eventos” das mesmas, que são suas extensões *online* nas redes sociais. Durante a pesquisa, nas conversas com diversos interlocutores, a importância do “memês” – a linguagem imagética contemporânea da internet – e o acionamento de valores difundidos em sua grande maioria através de redes sociais como o *Facebook* e o *Twitter* revelaram-se como caminhos fundamentais para o entendimento e análise crítica das relações de disputa que reverberam, ao fim, a heterogeneidade de uma identidade que seria supostamente unificada pela orientação sexual.

Essas “disputas” [4], considerando o “capital erótico” (HAKIM, 2012) da masculinidade em sua construção e valorização através da “performatividade de gênero” (BUTLER, 2015), revelam hierarquias, performances e identidades nas imagens de promoção dos eventos e naquelas trocadas pelos próprios públicos frequentadores. Estes utilizam a imagem não apenas para comunicar alegrias e decepções com os eventos, mas também para reforçar posicionamentos políticos e limites de pertencimento. Desse modo, friso a importância do material imagético como um tipo de possibilidade de recurso narrativo em um texto sócio-antropológico à luz de seu potencial etnográfico (PEIXOTO, 1999). Como se verá, a partir dele uma série de questões identitárias, em suma, de conformação do “eu” [5], bem como da construção dos próprios lugares etnografados, ganham enredos e posições sociais. O artigo estrutura-se em três partes, seguidas de uma consideração final. Primeiro, uma breve descrição do surgimento de festas e ambientes voltados para o público gay no Rio de Janeiro conduz àquelas em que ocorreu a observação participante. Em seguida, o enfoque foi em duas das festas, a *Pipper* e a *The Week*, em análise do material promocional que reflete os “padrões” estabelecidos que, em última instância, contornam-se por tons de raça, comportamento de gênero e classe. Por fim, a análise chega aos memes utilizados pelos frequentadores, seja para anunciar o significado da bebida, seja para produzir disputas de segmento social existentes em dias ora de superlotação, ora de filas incansáveis na porta da entrada. Analiticamente, o recurso visual é central para os fins deste artigo, uma vez que tanto nos folhetos de divulgação dos eventos quanto nos memes o que está em evidência é o potencial com o qual o recurso imagético está carregado de valores hegemônicos na sociedade, que se configuram e se reconfiguram nas imagens, produzindo pessoas e expressando “padrões” e fronteiras.

1. “Na pista para o negócio”: a boate como espaço de realização da identidade gay

Com a revitalização da zona boêmia da Lapa e a expansão imobiliária da Barra da Tijuca a partir dos anos 1990, o cenário das festas e boates no Rio de Janeiro foi transformado. Espaços tradicionais da Zona Sul carioca fecharam as portas enquanto o Centro da cidade era redescoberto, com festas de rua e a utilização de sobrados antigos como espaços para eventos crescendo. Uma transformação que parece mais fácil de notar em segmentos especiais, como é o LGBT.

A única casa a resistir como uma “boate gay tradicional”, com agenda própria, foi a famosa Le Boy – que fechou as portas em abril de 2016 – em Copacabana. No Centro da cidade proliferaram os espaços de evento, que são alugados para festas de públicos variados e que, portanto, podem abrigar uma festa LGBT em um dia e outra com uma proposta completamente diversa na noite seguinte. Assim, as boates que restaram foram a Papa G e a 1140, nas Zonas Norte e Oeste, respectivamente. Essas boates, com programação fixa, apresentavam shows de *Drag Queens* e promoções de bebidas, bem como a opção *open bar*. Desse modo, esse modelo de entretenimento começou a ser associado a um público consumidor diferente daquele do eixo Centro-Zona Sul, que é geralmente percebido como mais afinado ao “estilo de vida gay” popularizado pela mídia no início dos anos 2000.

Uma representação frequente na mídia do homem homossexual exemplar é um reflexo do pensamento que guiou sua construção: ele é intelectualizado, branco, de classe média ou alta, geralmente sensível à arte, um grande consumidor, de gostos refinados, jovem e de boa aparência. O contrário desta imagem-modelo é personificado por um homem efeminado, não necessariamente jovem, com traços que se aproximam do ridículo, cujas roupas ou delatam seu pouco capital econômico, ou são de mau gosto e com preocupações banais. (DÍAZ-BENÍTEZ, 2008: 135).

O público mais elitizado ganhou um novo espaço em julho de 2007, quando a boate paulistana The Week – então estabelecida como a “a maior boate gay da América Latina” – inaugurou sua filial carioca na Zona Portuária, que começava o processo de revitalização que atingiu o auge nos Jogos Olímpicos de 2016. Com esse novo ponto de referência, as festas *open bar* e com atrações associadas ao “público popular e mais afeminado” espalharam-se pela cidade, com a escolha dos locais sendo determinada pela quantidade de pessoas esperada, e pela popularidade das atrações contratadas.

As boates ganharam importância como espaço de realização da identidade gay, porque enquanto a esfera de debate político dos círculos militantes se restringia aquilo que conhecemos como “movimento LGBT”, os espaços de sociabilidade erótica como saunas, cinemas pornográficos, banheiros públicos e parques permanecem como parte de um “submundo”. Logo, é nas boates e festas que a expressão da sexualidade como uma identidade “positiva” ganha representação nos contextos urbanos (DÍAZ-BENITEZ, 2008). Entretanto, politicamente, cresceu a noção da diferença entre o público LGBT negro, afeminado e periférico e o público LGBT branco, de classe média e, particularmente no caso da The Week, hipermasculinizado (FRANÇA, 2012). Esta questão é frequentemente tema de discussão nas redes sociais, o que permite observar sua construção na relação *online/offline* através dos memes que aqui serão analisados.

Para este artigo, foram privilegiados os dados colhidos na Pipper – festa *open bar* itinerante que ocorre em espaços alugados – e os da The Week – boate com três pistas de dança e ampla infra-estrutura,

localizada na Zona Portuária – por sua oposição conceitual. Além disso, como a Pimper eventualmente aluga o espaço que a The Week ocupava antes da construção da sua sede e que é diretamente em frente à boate hoje, quando a festa acontece por lá essa oposição fica ainda mais evidente, já que apenas a rua separa os dois eventos. Por fim, as imagens do evento de divulgação da festa Super Mara – que segue o mesmo modelo e tem o mesmo público da Pimper – no Facebook serviram de suporte, já que a falta de organização na edição ocorrida em abril de 2017 gerou reclamações.

Dois comentários foram recorrentes durante o trabalho de campo. O primeiro colocava a bebida liberada como o grande atrativo das festas pesquisadas, já que consumir bebidas alcoólicas nos estabelecimentos que cobram individualmente cada dose é muito caro. O outro foi sobre o *clima positivo* – inclusivo, “pra todo mundo”, onde “se vê de tudo” – dos lugares, quase sempre em comparação com a The Week e seu clima “pesado”, com alto consumo de drogas e o público “padrãozinho” – referido como: branco, musculoso, aparentemente de classe média/alta.

Em um livro influente sobre o tema de festas, consumo e subjetividade, a etnógrafa Isadora Lins França (2012) já havia afirmado que “o significado adquirido por um lugar sempre é produzido a partir das relações com outros lugares e com outras pessoas” (: 50). Uma vez que a nossa metodologia e os objetos de pesquisa são semelhantes, cabe destacar o que ela relata sobre a The Week:

Produzem-se aparentes *consensos* em torno dos estilos associados aos *gays* e que se materializam nos espaços de lazer noturno (...) articulando também conteúdos relacionados a marcadores de classe social, idade, cor/raça, gênero e sexualidade. Entre os lugares da pesquisa, a *The Week* aparece como a realização desses *consensos*: ali, haveria maior sintonia com as modas associadas aos *gays* e à reprodução de imagens que reforçam certos padrões de consumo. (...) Tanta exposição, além do volume do empreendimento, levou a boate a ser a mais citada em todas as entrevistas, como se houvesse selado um padrão ao qual fosse necessário remeter quando o assunto se referia aos lugares relacionados à homossexualidade, fosse para criticar ou afirmar esse padrão. Assim, os significados associados à *The Week* estavam sempre relacionados a um padrão de excelência no setor de serviços voltado para o público *gay* e à melhor realização do formato de boate de que se tem notícia, por um lado, e à produção de normatividades que geram adesão ou recusa, por outro lado. (FRANÇA, 2012: 60-61).

Braga (2018), falando sobre a cena gay, argumenta que “festas e clubes que se dirigem a um público específico (...) seriam exemplos de rediferenciação interna dentro do que se poderia chamar de *noite gay*” (: 16) e também que “festas que enfatizam certo compartilhamento estilístico e de gostos musicais, de moda e de arte, mais do que uma modalidade de interação erótica específica, e em que a diversidade de tais interações é vista como um valor, seriam exemplos de desdiferenciação externa” (: 17). Assim, temos o movimento de diferenciação dentro da própria comunidade gay e também uma tensão relacional com o “mundo hétero”, em que pesem os posicionamentos políticos “acerca dos usos da cidade, do corpo e do prazer, presente no discurso e nas práticas de muitos participantes” (Ibidem).

Durante a pesquisa, na porta da The Week, duas passagens merecem destaque. O relato de Felipe [5] – homem negro, estudante de jornalismo e morador da zona norte –, apresenta a disputa entre “afeminados” e “padrãozinhos” que parece nortear a divisão de público e o abismo ideológico de que trata esse artigo.

A galera fala muito em padrão por causa dos bombados, como se isso fosse opressivo por si só, mas esse estilo *afeminado-empoderado-V de viadão* [6] é o novo padrão. Por que esse pessoal é universitário, zona sul, fala de negros e de periferia, mas não vive isso. Então é diferente do público da Papa G ou da Fênix. Aí se alguém não é

como eles, acaba sendo apontado como opressor, mas isso também é uma forma de opressão. Eu venho aqui porque gosto da música, inclusive da parte eletrônica. Nunca fui destrutado pelos caras. (Felipe, material de campo, abril de 2017)

Por outro lado, a fala de Thiago, um jovem branco e musculoso que frequenta as duas festas e, na ocasião, estava indo para a The Week, coloca a categoria *êmica* “padrão” – usada para definir homens brancos, musculosos e de comportamento masculinizado que, portanto, seriam mais atraentes – para discutir o capital erótico da performance masculina e a tensão de classe:

O público (das festas) não se comunica principalmente por causa da questão do padrão. Lá o pessoal é mais feminino, mais solto, aqui eles imprimem mais o hétero, gente muito forte e tal. A diferença total entre a Pipper e a The Week é beleza por causa do padrão. Pipper é como se fosse o Brasil e a The Week é os Estados Unidos. (Thiago, material de campo, maio de 2017).

As duas falas conduzem à discussão da segunda parte deste artigo, mas antes de passar a ela cabe a comparação entre as imagens utilizadas para divulgar a Pipper – carregadas de humor e com ênfase nas bebidas – e as utilizadas pela The Week, destacando DJs e homens musculosos [7]:



Foto 1: Imagens de divulgação da Pipper na página da festa.



Foto 2: Imagens dos eventos da The Week.

2. O custo de ser padrão: performatividade masculina e o mercado erótico

O que significa dizer que aquilo que separa os públicos de duas festas é a “beleza por causa do padrão”? Sem procurar uma relação de causa e efeito, pode-se entender as imagens publicitárias da Pimper e as da The Week como ilustrações relacionais do imaginário do público. As imagens servem para vender as festas apelando àquilo que os organizadores desejam e, principalmente, entendem que vai repercutir positivamente com seu alvo. Isso significa que o clima “descontraído e inclusivo” da Pimper é parte da sua identidade, da mesma forma que o clima de “exclusividade padrão” é parte da identidade da The Week. E é assim que “padrão” torna-se uma categoria cobiçada ou rejeitada, dependendo de como cada indivíduo está posicionado em relação a esse padrão econômico, racial e de performatividade masculina e como analisa criticamente sua posição. No “microcosmo gay” da rua que separa as duas festas não existem grupos isolados fisicamente, mas a afirmação de que eles “não se comunicam” permite enxergar as tensões de identificação que transformam a faixa de asfalto em um abismo. Metaforicamente, ela é uma fronteira que tem seus trânsitos controlados pela diferenciação.

A cientista social Catherine Hakim criou o conceito de “capital erótico”, complementando a ideia de Bourdieu (1979) de que o sucesso na profissão e na sociedade dependeria de três atributos fundamentais (capital econômico, capital social e capital cultural). Ela o define como:

Uma obscura, embora crucial, combinação de beleza, *sex appeal*, capacidade de apresentação pessoal e habilidades pessoais – uma união de atrativos físicos e sociais que torna homens e mulheres companhias agradáveis e bons colegas, atraentes para todos os membros de sua sociedade e especialmente, para o sexo oposto. (HAKIM, 2012: 7).

É evidente que a ênfase em “tornar-se atraente para o sexo oposto” deve ser compreendida, no caso dos espaços de sociabilidade homossexual, como a potencialidade dos indivíduos em atrair parceiros do mesmo sexo. Contudo, colocar a performatividade de gênero, termo cunhado por Judith Butler (2015) para compreender sujeitos sociais, na narrativa, ilumina os extremos que fazem com que a (esperada) relação de complementaridade entre “masculino” e “feminino” seja transformada numa relação de disputa entre pessoas homossexuais.

Peter Fry (1982) discute as categorias de “homem” e “bicha” em termos de comportamento social e sexual, com a masculinidade e o papel de ativo na penetração sendo atribuído ao homem/bofe e o papel passivo e afeminado à bicha. Em que pese o fato de que muita coisa mudou desde a pesquisa de Fry, e que no espaço categorizado como “padrão” exista uma simetria entre parceiros sexuais que é entendida como uma conquista dos movimentos homossexuais das grandes cidades, a busca por uma categorização dos relacionamentos dentro do modelo “bicha/bofe” ainda aparece através de perguntas como “quem come quem?” ou “quem é a mulher?”. Assim, exercer o papel sexual de passivo pode até não representar uma perda de *status* se o restante do comportamento de gênero for masculino, mas a situacionalidade das classificações e a transitoriedade do desejo – como apontados nos trabalhos de Perlongher (1987) e Braga (2013) – permanece.

Em seu trabalho sobre o Buraco da Lacreia [8], Díaz-Benítez (2008) observa que quanto menos elitizado é um local, mais clientes negros ele possui. A autora argumenta que é em oposição a uma imagem dominante do gay branco que o Buraco, como é comumente chamado, é visto como um lugar “feio” e “trash” porque são gays negros e/ou pobres que frequentam. Entretanto, essa lógica racista do mercado erótico valoriza os homossexuais negros em papéis fetichizados de hipermasculinidade, inclusive no tocante à pobreza. É nesse contexto que homossexuais pobres e afeminados são chamados de “bichinha pão com ovo” e menosprezados – ainda mais se forem negros e/ou gordos – enquanto aqueles que, *apesar* de pobres, se comportam de maneira masculinizada são cobiçados como “mavambo” e “cafuçu”.

Butler (2015) analisa a concepção ocidental de sexo e de gênero partindo da crítica de que o sexo é o meio discursivo/cultural pelo qual a ideia de gênero também é construída, sem representar uma “superfície politicamente neutra *sobre a qual age a cultura*” (: 27). Ela entende que a controvérsia sobre o significado de *construção* transita entre os limites do livre-arbítrio e do determinismo, e que nessa ótica o corpo seria o meio passivo sobre o qual significados culturais são escritos. Entretanto, “o gênero pode ser compreendido como um significado assumido por um corpo (já) diferenciado sexualmente” (: 31) em relação a um *outro* significante. Assim, a discussão sobre uma identidade de gênero e a pressuposição de que as identidades são idênticas, persistentes ao longo do tempo e internamente coerentes transforma em “inteligíveis” os gêneros que “mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo” (: 43). Logo, as “práticas reguladoras” de formação e divisão do gênero são também constitutivas da construção e do reconhecimento de identidades.

Ela argumenta ainda que uma “verdade do sexo”, como denominada por Foucault, só “é produzida precisamente pelas práticas reguladoras que geram identidades coerentes por via de uma matriz de normas de gênero coerentes” (: 44).

Para Foucault, o corpo não é *sexuado* em nenhum sentido significativo antes de sua determinação num discurso pelo qual ele é investido de uma *ideia* de sexo natural ou essencial. O corpo só ganha significado no discurso no contexto das relações de poder. A sexualidade é uma organização historicamente específica de poder, do discurso, dos corpos e da afetividade. Como tal, Foucault compreende que a sexualidade produz o *sexo* como um conceito artificial que efetivamente amplia e mascara as relações de poder responsáveis por sua gênese. (BUTLER, 2015: 162).

Em outras palavras, a natureza opressora do discurso que hierarquiza “afeminados” e “boys padrão”, perceptível nas imagens trazidas até aqui, é análoga àquela que marginaliza todas as práticas e vivências “não-hétero” em relação ao modelo ideal da heterossexualidade. “O discurso torna-se opressivo quando exige que,

para falar, o sujeito falante participe dos próprios termos dessa opressão” (: 201), Butler ainda discorre. A opressão é internalizada, inscrita nos corpos daqueles cujas subjetividades tornam-se inteligíveis através de uma identidade sexual não heterossexual. A coerência de gênero é desejada e performada através de palavras, atos e gestos, produzindo na superfície do corpo a organização da identidade.

Esses atos, gestos e atuações, entendidos em termos gerais, são *performativos*, no sentido de que a essência ou identidade que por outro lado pretendem expressar são *fabricações* manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos. O fato de o corpo gênero ser marcado pelo *performativo* sugere que ele não tem *status* ontológico separado dos vários atos que constituem sua realidade. Isso também sugere que, se a realidade é fabricada como uma essência interna, essa própria interioridade é efeito e função de um discurso decididamente social e público, da regulação pública da fantasia pela política de superfície do corpo, do controle da fronteira do gênero que diferencia interno de externo e, assim, institui a *integridade* do sujeito. (BUTLER, 2015: 235).

O que a autora diz é que se os gêneros são uma fantasia inscrita sobre os corpos, então eles são “efeitos da verdade de um discurso sobre a identidade primária e estável” (: 236). O que conduz à subversão dos limites do modelo expressivo de gênero e da ideia de uma verdadeira identidade de gênero que é representada pela travestilidade, pelas apresentações de *drag queens* e pela estilização sexual das identidades lésbicas (ou gays) de *butch/femme* (masculinizada/feminilizada).

Assim, é possível entender o que Thiago quis dizer com “beleza por causa do padrão” como o valor atribuído a um ideal de masculinidade – e ainda de branquitude e poder econômico – que representa uma alegoria do gênero masculino. Algo que serve de capital erótico para os frequentadores da The Week – ou ainda como um valor anunciado nas propagandas da casa – e que, quando é rejeitado, o é não pela efetiva desvalorização do “padrão”, mas pela percepção da própria inadequação a ele de quem olha criticamente.

3. Memes: o eu-lírico feminino

Plataformas *online*, como o *Facebook*, priorizam o uso de imagens, então a utilização delas permite destacar o que está escrito como legenda, fazendo com que os memes sirvam para dar avisos, fazer denúncias, demarcar posições e ironizar, tanto nas postagens quanto nos comentários. No caso da Pippa e das festas afins, existe grande interação do público nos “eventos do Facebook” – ferramenta da plataforma para organizar e convidar pessoas para eventos –, o que faz do espaço virtual uma extensão do espaço físico das festas. Sendo assim, a postagem de memes vem como resposta às postagens de divulgação e revelam as expectativas do público, além das opiniões sobre a disputa “afeminado x padrão”, comentários sobre o comportamento dos frequentadores e o custo e brincadeiras sobre o ato de beber em grande quantidade.

Embora outras artistas apareçam com frequência, o posto de Gretchen como a “rainha dos memes” pareceu imbatível ao longo da pesquisa. O convite para participar do clipe de Katy Perry veio justamente do fato de que a imagem de Gretchen é tão difundida que ultrapassa a barreira da língua, uma vez que imagens sem texto embutido permitem que qualquer pessoa atribua a legenda que quiser.

Essas figuras também são utilizadas, no que tange às festas, para cobrir o evento em tempo real, já que com os *smartphones* as pessoas conseguem fazer publicações a qualquer hora. Por isso, são comuns os avisos “saindo de casa” e “tô chegando”, assim como alertas sobre o tamanho das filas e problemas na organização. E quando esses problemas são muito grandes as postagens viram denúncias, e entre acusadores

e defensores aparecem aqueles que estão ali apenas “para assistir ao barraco” e por isso irão “pegar a pipoca”. É geralmente quando acontece alguma discussão que as questões de classe são acionadas através de textos preconceituosos que atribuem à falta de educação ou a desonestidade a “favelados”, “povinho” ou através da citação de bairros mais distantes do centro da cidade, como Campo Grande e Santa Cruz, na zona oeste. A expressão “falta de educação” foi muito utilizada como categoria acusatória na hora de denunciar atitudes desrespeitosas do público em relação às filas, utilização dos banheiros e disputa pelas bebidas do bar. Entretanto, ainda que essa “falta de educação” possa ser reconhecida, quase sempre as pessoas afirmam que prever esse tipo de problema é parte das funções dos organizadores e que, portanto, culpar o público ou sua classe social não é uma justificativa válida.



Fotos 3, 4, 5, 6, 7 e 8: Imagens publicadas no evento da festa Super Mara (30/04/2017).

Fato curioso é que embora a The Week seja apontada como um universo à parte, aos sábados acontece na casa uma festa de música pop chamada Wallpaper, que apesar de não ser *open bar* e, portanto, ter a barreira do custo, é mais afinada com as referências do universo LGBT e afeminado do qual a casa parece se afastar. Por isso, foi nessa festa que um evento recebeu a Gretchen em setembro de 2016, e a divulgação frisava justamente a popularidade dela como “rainha dos memes”:



Foto 11: Um “universo de memes” com Gretchen na The Week. Edição de 24/09/2016.

A predominância de figuras femininas é evidente, o que reflete tanto uma identificação com o universo *afeminado* quanto a homofobia internalizada e a misoginia frequentemente apontadas como problemáticas no segmento *gay*. Afinal, em eventos frequentados majoritariamente por homens, o lugar da mulher é o desse “eu - lírico” da ironia, do escracho, reforçado também pelo uso de expressões no feminino como “morta”, “passada”, “chocada”, etc. E embora se possa argumentar que o hábito de “beber até cair” é socialmente entendido como *masculino*, as disputas identitárias reveladas pela pesquisa, e evidenciadas aqui, demonstram uma reformulação do modelo *bicha/bofe* (FRY, 1982), já há algum tempo debatido nos estudos de sexualidade, e que hoje assume contornos políticos mais definidos devido à popularização desses debates através das redes sociais e dos recursos imagéticos dos memes.

Braga (2013), em sua pesquisa sobre ambientes virtuais de exercício do homoerotismo, define a literalização do discurso afeminofóbico como um paradoxo:

Ao mesmo tempo em que as barreiras entre os gêneros vêm caindo uma a uma, em velocidades nunca dantes vista, certa *gay culture* masculina aferra-se a sinais clássicos da masculinidade, e não raro, chafurda numa misoginia pouco disfarçada. (BRAGA, 2013: 23).

Um movimento que pode ser observado nas redes sociais da The Week, onde o uso de memes e a identificação com “divas” e expressões afeminadas é inexistente justamente pelo desdém com que seriam recebidos naquele espaço que tem o reforço de normatividades como um significado associado.

Sibilia (2016) comenta a explosão dos blogs – os diários “pessoais” da internet – no século XXI e como o fenômeno da exposição da intimidade foi se radicalizando na rede conforme novas tecnologias, como as câmeras dos telefones celulares, avançavam. Uma transformação que para os jovens que hoje são a maioria nas festas pesquisadas é a praxe, uma vez que eles já nasceram tendo amplo acesso à rede e às interações e códigos praticados dentro dela.

Esse fenômeno dá conta da triunfante junção entre visibilidade e conexão, dois recursos que encarnam de modo exemplar nesses dispositivos conhecidos como “telefones inteligentes”. Não é por acaso que esses aparelhos fizeram um sucesso tão estrondoso na segunda década do século XXI, passando a integrar o equipamento básico de quase toda a população mundial: eles conseguiram dar vazão às peculiares demandas e ambições que articulam as subjetividades contemporâneas, bem como ao tipo de sociabilidade por elas alicerçada. A visibilidade e a conexão sem pausa constituem dois vetores fundamentais para modos de ser e estar no mundo mais sintonizados com os ritmos, os prazeres e as exigências da atualidade, pautando as formas de nos relacionarmos conosco, com os outros e com o mundo. (SIBILIA, 2016: 21).

Ela segue perguntando como esse processo influi na criação do modo de ser, já que “a subjetividade não é algo vagamente imaterial que reside dentro de cada um” (: 26) e sim uma relação complexa com uma cultura intersubjetiva. Afinal, uma mudança tão significativa nos modos de se relacionar com os outros altera o próprio campo da experiência que constrói cada um como indivíduo e como parte de “todos”, tais como “brasileiros”, “internautas” ou, no caso, “LGBTs”.

Uma vez que a produção de conteúdo na rede estimula uma espetacularização do self, as postagens parecem ter como objetivo a repercussão e a popularidade ao invés de uma preocupação com o conteúdo. E é nesse contexto que os memes, as denúncias e os comentários nas páginas das festas da pesquisa ocorrem. Seria leviano chamar as postagens de mentirosas, mas algumas certamente são exageradas de acordo com códigos e moralidades que visam gerar mais impacto, repercutindo em compartilhamentos e curtidas que ditam quais comportamentos e opiniões são consideradas apropriadas para cada grupo.

Em um jogo onde a aceitação social está em disputa, a performance de gênero, a raça e a classe são hierarquizadas de maneiras distintas, fazendo com que seja fácil perceber como ser gordo/negro/afeminado/pobre seria demarcado – até mesmo com o uso do humor – como indesejável. Entretanto, a popularidade das figuras escolhidas para esses memes, suas corporalidades, o gênero predominantemente feminino e seu uso como idioma falam também de uma identificação entre subgrupos que são marginalizados mesmo dentro da própria minoria.

4. Conclusão

Como grupo minoritário, os indivíduos LGBT são compreendidos como parte de uma sigla que apaga individualidades e subjetividades, o que é natural em discussões sociológicas. Entretanto, com o avanço de muitas das pautas historicamente associadas ao movimento político LGBT nas últimas três décadas em grande parte do mundo, as diferenças dentro do grupo parecem mais evidentes. Para melhor ilustrar esse argumento, destaco a passagem abaixo:

Essencialmente, a forma em mudança da homossexualidade e da vida gay no Brasil contemporâneo deve ser compreendida como uma interação complexa entre biografias individuais, estruturas sociais locais e processos globais mais amplos. (...) Tanto no Brasil quanto em outras partes do mundo, o capitalismo e a vida gay têm estado

intimamente ligados, embora tenham evoluído de modo distinto a partir de um modelo mais anglo-europeu. É principalmente como resultado dessa interação entre sistemas sociais e culturais locais e forças econômicas e políticas generalizadas ao longo das últimas décadas do século XX que comunidades gays e subculturas homoeróticas diversas e cada vez mais complexas foram estabelecidas nos grandes centros urbanos, como Rio de Janeiro e Fortaleza, bem como em Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e em várias outras grandes cidades brasileiras. (PARKER, 2002: 294-295).

Se opressões estruturais como a homofobia, o machismo e o racismo servem de medida para uma escala de aceitação e rejeição social, é fácil compreender como os comportamentos considerados “fora do padrão” são construídos como indesejáveis.

“Tanto na internet como fora dela, uma característica da sociedade globalizada do século XXI é que a capacidade de criação costuma ser capturada pelos tentáculos do mercado”. (SIBILIA, 2016: 17) Sendo assim, a afirmação através do consumo é outra forma de visibilizar e de legitimar essas subjetividades, e não por acaso Gretchen – que hoje mora na Europa – acaba de realizar a “*Swish, Swish Tour*”, apresentando-se em boates e festas gays pelo Brasil (incluindo a Pipper). O caso dela é exemplar, assim como o da *drag queen* e fenômeno da música pop Pablo Vittar, e os memes e seus usos estão no centro disso. E ainda que essas festas e esses personagens sejam considerados “populares” em um sentido pejorativo que faz chacota da afeminação e da pobreza, a marca de roupas Reserva anunciou a parceria para a comercialização de camisetas – que a R\$ 99,00 a unidade estão longe de ter preços populares – estampadas com “os memes da rainha”.

Assim, como exercício de fixação do que foi mostrado ao longo deste artigo, conclui-se que as imagens de divulgação e os memes compartilhados nos eventos das festas etnografadas são, eles mesmos, produtos dos mundos sociais dos universos da pesquisa. Como Koury (2006) já havia sugerido, as imagens aqui também aparecem como um espaço fundamental para o texto etnográfico, no sentido de revelar nuances acerca do fenômeno estudado em questão. Dito isso, para além de simples recursos visuais, as imagens trazidas desempenham identidades e fronteiras existentes na vida social e especificamente no segmento gay/LGBT. 🌐

NOTAS

* O autor, à época do envio do artigo, cursava o 8º período do Curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: fabulongo@gmail.com

[1] Convenções: Faço uso de aspas para demarcar frases êmicas, ironias, bem como citações de autores. Itálico foi utilizado para demarcar estrangeirismos, bem como obras científicas.

[2] Há aqui uma oposição radical sobre dualidades que formam dicotomias ocidentais. Como, por exemplo, razão x emoção. De um lado, o Ocidente moderno é a era do *Homos Rationalis*, presente em autores como Nietzsche e Kant acerca da formulação das faculdades humanas. Por outro, o *Eros* e a sua manifestação do falar, excitar, agir e sentir como muito bem Fabrício (2016) nos evidencia. Não obstante, não foi a referida obra de Michel Foucault no decorrer do texto que elucida que tudo o quanto é proibido excita, faz falar? Em outras palavras, há uma relação não tanto coerente, mas paradoxal entre as regras e os excessos. Creio que é neste emaranhado de questão que Foucault definiu o “Dispositivo da Sexualidade”.

[3] São festas nas quais o preço da entrada garante o consumo de bebida alcoólica liberada aos frequentadores.

[4] “Disputas” é a forma como tenho pensado sobre o processo de pertencimento, que constrói fronteiras entre os espaços estudados. Todavia, me apoio nos ensinamentos de Carvalho (2017) sobre o termo “tretas”. Segundo o autor, este designa-se uma categoria juvenil, sobretudo a fim de revelar conflitos, tanto ocorridos em espaços *online* quanto *offline*, ou mesmo na co-presença desses espaços.

[5] Como de praxe em antropologia, todos os nomes foram alterados para preservar o anonimato dos envolvidos.

[6] Ao longo do artigo, estarei articulando os dados da etnografia com teorizações antropológicas mais amplas sobre sexo e gênero, sobretudo apoiando-me em Butler (2015), Foucault (2014) e na etnografia de França (2012). Optei pelo termo “identidade”, assumindo que este é comumente utilizado tanto pelos interlocutores quanto pelo debate político dentro do segmento LGBT. Contudo, acredito que a situacionalidade do “eu”, do “espírito humano”, ou seja, a “noção de pessoa”, como ensinado por Mauss (2015), opera-se como pano de fundo. O próprio autor historicizou a forma como o tema da “pessoa” é desenvolvido em distintas sociais e lugares. Assim, formulações contemporâneas como a de Indivíduo, Sujeito, sentimentos como o *ethos* individualista nas sociedades ocidentais modernas, ou mesmo o termo tal qual optei, “Identidade”, são maneiras de conceber o “espírito humano” social e culturalmente localizado. Friso essa questão, demarcado que as fronteiras identitárias e hierárquicas, expressadas nos discursos e nos memes das festas e dos seus frequentadores, são distintas formas de ser “pessoa” e, por isso, o tema da identidade gay insere-se em teorizações antropológicas mais amplas.

[7] A “V de viadão” é uma festa que começou em Copacabana, na Zona Sul carioca, e hoje tem edições que chegam a ocupar enormes galpões na zona portuária. É uma festa politizada, que cresceu com o discurso de valorização dos oprimidos em um contexto no qual esse debate se popularizava na internet.

[8] As imagens foram retiradas do *Facebook* oficial das festas, para a divulgação destas edições.

[9] Tradicional boate do centro do Rio que apesar do apelo popular alcançou o status de *Cult* por ser frequentada por uma elite artística e econômica.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BATESON, Gregory. **Naven: Um exame dos problemas sugeridos por um retrato compósito da cultura de uma tribo da Nova Guiné, desenhado a partir de três perspectivas**. São Paulo: USP, 2008.
- _____; MEAD, Margaret. **Balinese Character: A Photographic Analysis**. New York: The New York Academy of Sciences, 1942.
- BONFANTE, Gleiton Matheus. **Erótica dos signos em aplicativos de pegação: performances íntimo-espetaculares de si**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2016.
- BOURDIEU, Pierre. **O desencantamento do mundo: estruturas econômicas e estruturas temporais**. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- BRAGA, Gibran Teixeira. **“Não Sou nem Curto”: prazer e conflito no universo do homoerotismo virtual**. Rio de Janeiro: UFRJ, IFCS, 2013.
- _____. BRAGA, Gibran Teixeira. **“O fervo e a luta”: políticas do corpo e do prazer em festas de São Paulo e Berlim**. 2018. 292f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- CADERNOS DE ANTROPOLOGIA E IMAGEM. **Estratégias da pesquisa com imagem**. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Núcleo de Antropologia e Imagem. Rio de Janeiro: Contra Capa/UERJ, NAI, 2006.
- CARVALHO, Mário Felipe de L. Nossa esperança é ciborgue? Subalternidade, reconhecimento e “tretas” na internet. Florianópolis: **Revista de Estudos Feministas**, v.25, n.1, p. 347-367, 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2017000100347&>. Acessado em 06 de fevereiro de 2018.
- CLIFFORD, James. Sobre a autoridade etnográfica. In: CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014.
- DÍAZ-BENÍTEZ, Maria E. “Buraco da Lacraia: interação entre raça, classe e gênero”. In: VELHO, Gilberto (Org.) **Rio de Janeiro: cultura, política e conflito**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- DUARTE, Luiz Fernando D. O Império dos Sentidos. In: HEILBORN, Maria Luíza (Org.). **Sexualidade: O olhar das Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

- FABRÍCIO, Branca Falabella. Do signo descorporificado ao signo que incita, agita e excita (Prefácio). In: BONFANTE, Gleiton Matheus. **Erótica dos signos em aplicativos de pegação: performances íntimo-espetaculares de si**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2016.
- FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução, ALBUQUERQUE, M. T. C.; ALBUQUERQUE, J. A. São Paulo: Paz e Terra, 2014.
- FRAGOSO, Suely. **Métodos de pesquisa para internet**/ Suely Fragoso, Raquel Recuero e Adriana Amaral. Porto Alegre: Sulina, 2011.
- FRANÇA, Isadora L. **Consumindo lugares, consumindo nos lugares: Homossexualidade, consumo e subjetividades na cidade de São Paulo**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.
- FRY, Peter. **Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- HAKIM, Catherine. **Capital erótico: pessoas atraentes são mais bem sucedidas – a ciência garante**. Rio de Janeiro: Best Business, 2012.
- KOURY, Mauro Guilherme P. **A imagem nas ciências sociais no Brasil. Um balanço crítico**. BIB. Rio de Janeiro: ANPOCS, n.47, p. 49-63, 1999.
- _____. Os pesquisadores frente a um olhar e ao uso da fotografia nas ciências sociais no Brasil. Rio de Janeiro: **Cadernos de Antropologia e Imagem**, v. 22, n. 1, p. 45-56, 2006.
- MAUSS, Marcel. Uma categoria do espírito humano: A noção de pessoa, a de “eu”. In: MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2015.
- PARKER, Richard. **Abaixo do equador: Culturas do desejo, homossexualidade masculina e comunidade gay no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- PEIXOTO, Clarisse. **Antropologia e filme etnográfico: Um travelling no cenário literário da antropologia visual**. BIB. Rio de Janeiro: ANPOCS, n. 48, p. 91-116, 1999.
- PERLONGHER, Néstor Osvaldo. **O negócio do michê: prostituição viril em São Paulo**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- SIBILIA, Paula. **O show do eu: A intimidade como espetáculo**, Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.

Recebido: 31/10/2017

Aprovado: 15/10/2018

REPRODUÇÃO DE DESIGUALDADES NOS RESULTADOS EDUCACIONAIS: O CASO DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

INEQUALITIES PROPAGATION IN EDUCATIONAL OUTCOMES: THE CASE OF BRAZILIAN HIGHER EDUCATION

*Diego Nunes da Rocha**

Cite este artigo: ROCHA, Diego Nunes Da. Reprodução de Desigualdades nos Resultados Educacionais: O Caso do Ensino Superior Brasileiro. **Revista Habitus:** Revista da Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 77 – 89. 2018. Semestral. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/habitus>>. Acesso em: março, 2019.

Resumo: A partir da primeira década dos anos 2000, o Brasil viveu uma intensificação da expansão do ensino superior, acompanhado de uma tentativa de diversificação do sistema. Entretanto, pesquisas prévias indicam que a ampliação desse nível de ensino não representa necessariamente maior igualdade de acesso para diferentes grupos sociais. Ainda que estudos anteriores sobre o tema no Brasil sejam importantes para entender padrões de ocupação dos cursos, eles não costumam levar em consideração um fator essencial: o desempenho do estudante. Dessa forma, este estudo é sociologicamente relevante porque acrescenta uma variável às características socioeconômicas do aluno, o desempenho, que é fundamental para entender as dinâmicas da ocupação das vagas do ensino superior brasileiro.

Palavras-chave: ensino superior, estratificação horizontal, expansão do ensino, desempenho.

Abstract: Starting from 2000's, Brazil lived an intensification of college expansion, having a grow of vacancies and registration in this educational level. However, previous researches shows that expansion of tertiary education doesn't necessarily means that there is more equality in the access of different social groups. Even that previous researches about this issue in Brazil are important to understand standards of courses occupation, they don't usually use an essential fator: the students performance. Adding performance will give bigger precision to the effects made by socioeconomics factors. In this way, this reseach is important to add an element to students socioeconomics characteristics, the performance, which is fundamental to understand the dynamics of vacancies' occupantion in brazilian college.

Keywords: college, horizontal stratification, expansion, performance.

Desde meados dos anos 90, o ensino superior brasileiro sofreu um processo de expansão que resultou no aumento do número absoluto de vagas e, conseqüentemente, da quantidade de alunos no setor. Esse crescimento foi acompanhado pela diversificação institucional do ensino terciário, com o aumento das vagas disponibilizadas pelas faculdades privadas, o acréscimo da oferta nas regiões nordeste e norte, a multiplicação dos cursos de licenciatura, o surgimento dos cursos tecnológicos, e o crescimento dos cursos noturnos. Tal expansão também foi acompanhada, a partir de meados dos anos 2000, da tentativa de modificação do perfil do alunado que frequenta o setor. Isso ocorreu através do Fies [1], do Proni [2] e da intensificação das cotas econômicas e raciais até que se tornassem lei, em 2012.

A diversificação institucional do ensino superior e a tentativa de abertura do setor para um público diferente do que tradicionalmente frequenta as universidades não garantem a democratização do seu acesso. Mesmo com tais iniciativas, pesquisas anteriores sobre o tema indicam que, em um ensino superior em expansão, estudantes com origens socioeconômicas mais altas mantêm os seus privilégios ao ingressarem em cursos e instituições de maior prestígio, além de compartilharem de gostos e formas de agir com professores e empregadores.

Partindo de tais premissas desenvolvidas pela literatura sociológica, o objetivo dessa pesquisa é identificar a relação do desempenho do estudante com a sua origem socioeconômica e o curso no qual o mesmo está inserido. A análise do desempenho do estudante no debate sobre o ensino superior não é usual nas pesquisas brasileiras e é fundamental para o entendimento do setor, uma vez que a partir dele é possível saber se alunos de origem socioeconômica alta se alocam em cursos competitivos mesmo com notas pouco competitivas. Este artigo está dividido em outras cinco partes, além desta introdução: “o ensino superior”, que revisará a literatura sociológica acerca do ensino terciário no mundo; “a expansão do ensino superior brasileiro”, analisando especificamente o contexto brasileiro na última onda de expansão do setor; “dados e resultados gerais”, apresentando os dados utilizados e as conclusões iniciais da pesquisa; “análise dos cursos competitivos”, que observa especificamente os cursos que apresentaram alunos com desempenho acima da média da distribuição geral e renda alta; “considerações gerais”, revisando os resultados da pesquisa em diálogo com a literatura.

1. O ensino superior

O ensino superior é um tema muito debatido em todo o mundo, por diversas razões. Capaz de impactar a redução de desigualdades econômicas e sociais ou reproduzi-las, este setor é observado com atenção especial por governantes, estudiosos e pela população. O seu caráter historicamente desigual e a variação de sua organização institucional entre diferentes países intriga pesquisadores, tornando comparações inevitáveis (PRATES, 2007).

Apesar de esforços de diversificação do sistema e ampliação do perfil de quem o frequenta em vários lugares do mundo, estudos empíricos confirmam a perpetuação de disparidades dentro do ensino superior. Essa disparidade, chamada de estratificação horizontal (GERBER e CHEUNG, 2008), é resultado da diferença entre grupos que não conseguem e conseguem acessar

determinados cursos ou instituições de prestígio, como estudantes de baixo status socioeconômico em cursos e instituições que tradicionalmente são ocupados por grupos de posição socioeconômica mais alta. Por exemplo, no Brasil, Pedagogia e Serviço Social são historicamente cursos com alunos de perfil socioeconômico baixo, enquanto Medicina é um curso ocupado desproporcionalmente por pessoas de origem socioeconômica alta.

Algumas teorias tentam sistematizar este tipo de evidências. A teoria da desigualdade maximamente mantida (MMI) explica que a expansão atinge primeiramente uma demanda reprimida das classes superiores e, na medida em que existe a saturação dessa demanda por parte das classes mais abastadas, haveria espaço para redução da desigualdade quando as classes baixas entrassem no setor (RATFERY e HOUT, 1993). A teoria da desigualdade efetivamente mantida (EMI), por sua vez, indica que, mesmo com tal saturação, os estudantes das classes superiores perpetuam o seu privilégio de diversas formas (LUCAS, 2001). Uma das estratégias mais comuns mobilizadas é o investimento educacional em carreiras altamente prestigiadas em instituições competitivas (LUCAS, 2001).

A pesquisa feita por PRATES (2007) corrobora a tese de Lucas. Através das PNADs (Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios) de 1973, 82, 88 e 96, Prates mostra que o título do ensino superior brasileiro reforça as origens sociais dos concluintes, ao contrário do que ocorreu em outros países que passaram pelo processo de expansão da educação terciária. Para tentar explicar tais resultados, o autor levanta as hipóteses de que o capital social (BOURDIEU, 1986) e as redes sociais (GRANOVETTER, 1973) são fatores fundamentais para a perpetuação das desigualdades no ensino superior. Ou seja, setores privilegiados da sociedade conseguem manter tais privilégios, mesmo em contextos de diminuição de desigualdades.

AYALON e YOGEV (2005), ao analisarem a expansão do ensino superior de Israel, ilustram a pertinência desta teoria e mostram como as oportunidades de estudar em áreas de prestígio e lucrativas no sistema de ensino superior do país são majoritariamente preenchidas por estudantes com perfil privilegiado – ou seja, de status socioeconômico alto, que fizeram a sua vida acadêmica em escolas da elite acadêmica do país e fizeram a transição ensino médio-ensino superior por volta dos 18 anos. Ao avaliarem a expansão do ensino superior no país, estes estudiosos mostraram que as novas universidades criadas com cursos de maior demanda foram capazes de recrutar alunos do mesmo perfil privilegiado, mas de menor desempenho acadêmico. Estudantes de classes menos abastadas se alocaram em cursos de menor prestígio e de menores retornos no mercado de trabalho israelense.

Em diálogo com esta linha de estudo, a presente pesquisa se esforça para entender o padrão da estratificação horizontal de oportunidades no Brasil. E, diferentemente de outros trabalhos produzidos no país, este estudo utiliza a variável de desempenho acadêmico dos alunos, que é fundamental nas análises sobre desigualdades educacionais. Isso porque quando a variável de posição socioeconômica do aluno é avaliada isoladamente, seu efeito é sobrestimado por não levar em conta o efeito indireto da origem socioeconômica no desempenho acadêmico do aluno. Dessa forma, ao incorporar esta dimensão da análise, além de entender quais cursos recrutam

alunos de melhor desempenho, também é possível mensurar de forma mais precisa qual é o efeito direto do nível socioeconômico escolha de curso.

Dessa forma, em diálogo com os estudos do campo, mobilizo os seguintes questionamentos: I) como alunos economicamente privilegiados entram no sistema mesmo com notas menos competitivas? II) Como os alunos menos privilegiados se inserem no setor com desempenhos competitivos? E com desempenhos menos competitivos? Seria a renda compensatória desses desempenhos menos competitivos?

2. A expansão do ensino superior brasileiro

O Brasil viveu duas grandes ondas de expansão do ensino superior, entre 1960-70, durante a ditadura militar, e durante os anos 1990-2000, nas gestões de Fernando Henrique Cardoso e Lula. No início do regime militar, a ampliação do ensino terciário no país se dava com forte influência do modelo norte-americano, através da lógica da produtividade acadêmica, da ampliação do número de vagas nos cursos já existentes e de estímulo ao crescimento do setor privado (Cunha, 1988).

A expansão do ensino superior durante o século XX pode ser interpretada do ponto de vista econômico, sociológico, político e cultural (JARUSCH, 1983). Da perspectiva econômica, a justificativa para a expansão do terciário estaria na maior demanda das sociedades industriais de força de trabalho especializada; do ponto de vista sociológico, a explicação estaria na nova classe média e seus anseios de ascensão através da educação; do ponto de vista político, há a incorporação das pessoas com status socioeconômico desprivilegiado aos serviços públicos; do cultural, existe a busca pelo aperfeiçoamento do indivíduo, sem necessariamente haver alguma finalidade prática.

Depois da estagnação do setor entre os anos de 1975 e 1995, muito em função da instabilidade econômica que permeava o país, houve a mais recente onda de expansão do ensino superior no Brasil. Iniciada final dos anos 90 e intensificada no século XXI, o aumento do número de vagas no ensino superior teve como um dos objetivos aumentar o número de jovens no setor. A Argentina, por exemplo, em 1997 possuía 36% da população entre 19 e 24 anos no ensino superior, enquanto o Brasil não chegava a 12% (SAVIANI, 2010). Essa expansão também foi atrelada a políticas públicas que visavam reduzir as desigualdades geradas no acesso ao sistema. Dessa forma, ações como a Lei geral de cotas e o Programa Universidade para Todos (Prouni) tiveram papel fundamental na tentativa de atingir tal meta. Alguns desses objetivos de fato foram alcançados, como a diversificação etária dos estudantes que ingressam nas IES [3].

Essa nova onda de expansão, assim como a primeira, teve como grande protagonista o setor privado. SAVIANI (2010) revela que, em 1996, 77% das instituições de ensino superior eram privadas; em 2005, eram 89,3%. Enquanto isso, 60% dos alunos em 1996 estavam em instituições privadas; em 2005, eram 73%. Outra marca da expansão recente foi a diversificação institucional, que pode ser observada no crescimento de novas modalidades de formação, como os cursos tecnológicos e os cursos à distância. Segundo BAETA NEVES (2012), os cursos não-presenciais eram 4,4% do ensino superior em 2006; em 2010 já representava 15%.

3. Dados e resultados gerais

Este estudo utiliza os microdados do Enade (Exame Nacional de Desempenho de Estudantes) dos anos de 2007, 2008 e 2009, apenas com os ingressantes de cada curso. O Enade, que tem o objetivo de avaliar os cursos de ensino superior, nessa época era realizado em triênios par cada curso e, até 2010, o exame abrangia os alunos ingressantes e concluintes. A partir dessa data, somente os ingressantes passaram a ser avaliados. Nos exames do Enade havia uma prova, dividida em conhecimentos gerais e específicos; e um questionário socioeconômico, com perguntas sobre o aluno, o curso e a instituição de ensino. Como esta pesquisa está focada em ingressantes – que cursaram até 20% do curso -, a parte da prova sobre conhecimentos específicos não foi utilizada.

A análise do perfil dos estudantes dos cursos será feita a partir de indicadores socioeconômicos e institucionais presentes no questionário do Enade. As variáveis independentes relacionadas ao aluno são o seu desempenho e a sua renda familiar, enquanto a variável independente do curso é a rede (se é pública ou privada).

Para facilitar a análise e a visualização dos gráficos, alguns cursos foram agrupados obedecendo ao critério de afinidade pragmática. Por exemplo: Letras, História e Filosofia; Arquivologia e Biblioteconomia; e algumas áreas da Engenharia. Nesses casos, assim, não é possível fazer uma análise do curso em si, mas da soma desses cursos.

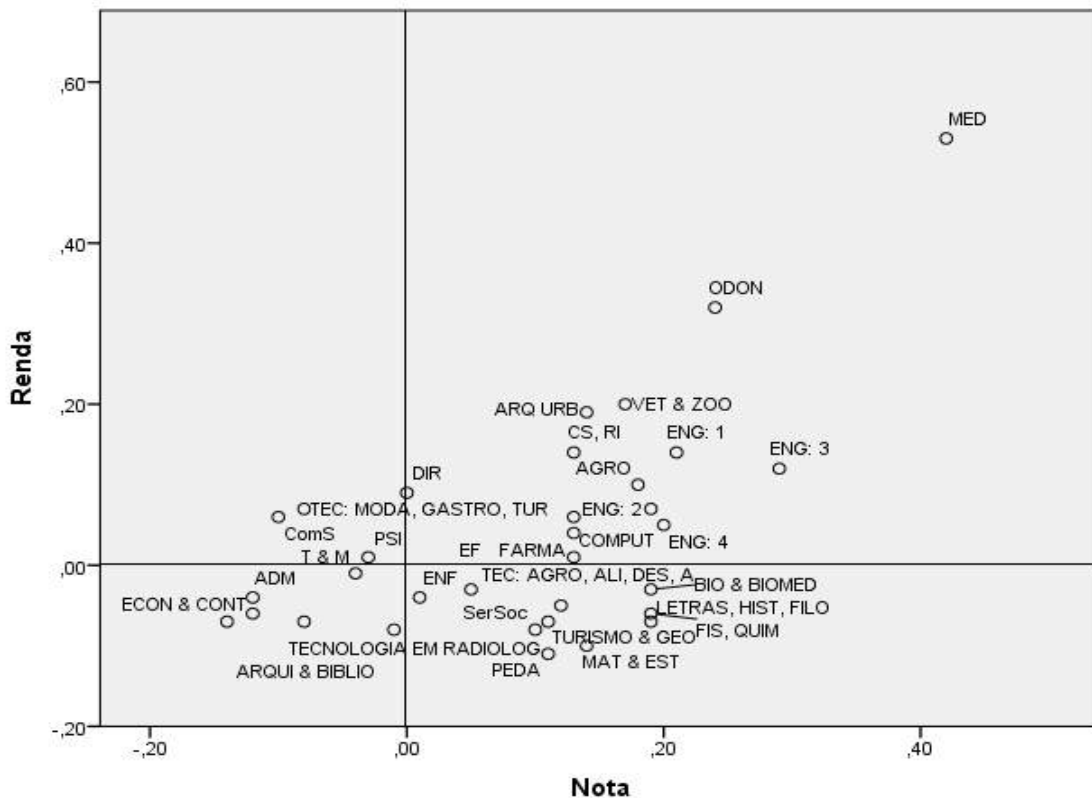
A primeira análise feita foi entre a renda do estudante por curso/agrupamento. A renda da família do discente, neste caso, foi dividida em até 3 salários mínimos, entre 3 e 10, entre 10 e 30, e mais de 30. Este é o principal indicador de posição socioeconômica utilizado na pesquisa. Medicina é o curso com menos pessoas que fazem parte da faixa de renda mais baixa (7,1%), seguido por Odontologia (15,9%). Os cursos com mais estudantes na faixa inferior da distribuição de renda são Serviço Social (63,4%) e Pedagogia (65,8%).

A segunda análise foi feita com o desempenho dos estudantes de cada curso. Para tal, a nota foi classificada em quartis. Dessa forma, o 1/4 de alunos com desempenho mais elevado (que chamarei de nota “alta”) faz parte do primeiro quartil, o 2/4 está classificado como nota “média alta” e assim sucessivamente. Dessa vez, Medicina é o curso com mais pessoas com desempenho classificado como alto (71,5%), com quase de 30 pontos percentuais de vantagem sobre o curso seguinte, Odontologia (42,1%). No extremo oposto, Enfermagem (16,3%) e Tecnologia em Radiologia (14,9) são os cursos com menos estudantes com nota alta.

A Fig. 1 [4] é a junção das duas primeiras análises. O “marco 0” do eixo da Nota é a mediana do desempenho dos alunos. Assim, cursos “positivos” possuem média de desempenho acadêmico maior do que a mediana geral da amostra. O “marco 0” da Renda, por sua vez, representa a soma de 10 salários mínimos e, conseqüentemente, os cursos acima dessa marca possuem médias superiores a esse valor. O curso de Medicina possui renda e nota muito acima dos demais cursos. Na sequência aparecem Odontologia, Arquitetura e Urbanismo, e Veterinária & Zootecnia, que ocupam o quadrante superior direito do gráfico. Os outros quadrantes apontam outros perfis da interseção entre desempenho acadêmico e nível socioeconômico do curso. Como

o objetivo da pesquisa é analisar o impacto do desempenho sobre a renda na alocação dos alunos nos cursos, a partir de agora nos fixaremos nos cursos citados acima, que teoricamente são mais competitivos e têm nível socioeconômico mais alto. Afinal, em teoria, a necessidade de obter uma nota alta não é tão grande para ingressar em cursos menos competitivo. Portanto, possíveis estratégias de ajuste das famílias para alocar os alunos de menor desempenho em cursos menos seletivos deste ponto de vista poderá ser captado com o foco nestes cursos.

Gráfico 1 – Renda e desempenho por curso

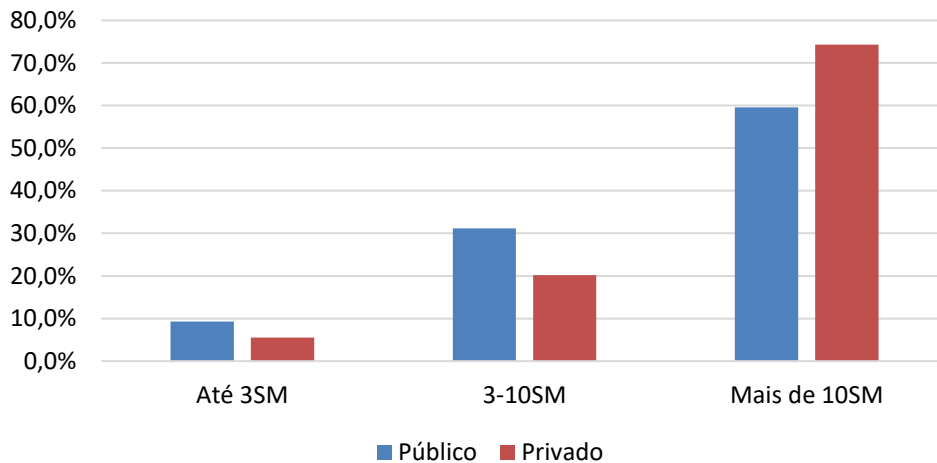


Fonte: Enade 2007, 2008 e 2009

4. Análise dos cursos competitivos

A Fig. 1 nos auxilia na escolha dos cursos para os quais uma análise mais detalhada será feita. Escolhemos os cursos de Medicina, Odontologia, Arquitetura & Urbanismo e Veterinária & Zootecnia por serem os mais competitivos e terem nível socioeconômico mais alto. Para tornar a análise mais fácil, a faixa de renda acima de 30 salários mínimos foi agregada à faixa entre 10 e 30, criando a categoria “Mais de 10sm”. A variável de nota, por sua vez, teve os três quartis inferiores agrupados, representando 75% do total dos estudantes. Assim, os 25% com melhores desempenhos foram classificados como “Alto” e os 75% restantes como “Médio”.

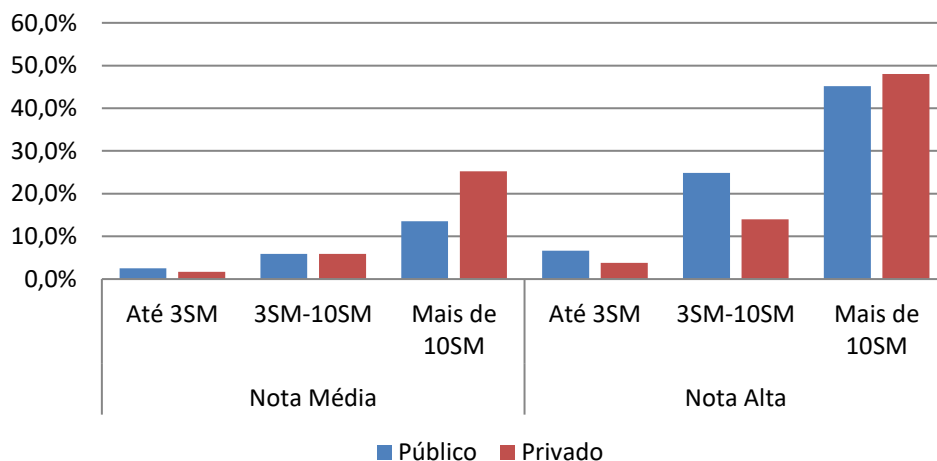
Vemos na Fig. 2 [5] a distribuição entre instituições públicas e privadas dentro de cada faixa de renda no curso de Medicina. Nesse curso observamos que os alunos com até 10 salários mínimos tendem a ir para o setor público, ao contrário de quem possui mais de 10 salários mínimos de renda familiar mensal.

Gráfico 2 - Renda e setor em Medicina

Fonte: Enade 2007, 2008 e 2009

Se acrescentamos a variável de nota, como aparece na Fig. 3 [6], vemos que tal distribuição é mais complexa. Alunos com nota média tendem a ir mais para o setor privado conforme a sua renda aumenta. Alunos com nota alta, por sua vez, tendem a ir mais para o setor público do que os de nota média.

Tal resultado explicita a relação entre desempenho, posição socioeconômica e o setor que o aluno se encontra. Em um curso competitivo como Medicina, a nota é crucial para acessar o ensino público em todos os níveis socioeconômicos. Aqueles que não atingem um nível de desempenho (Nota Média) se alocam no ensino privado, mas essa alocação depende de seu nível socioeconômico.

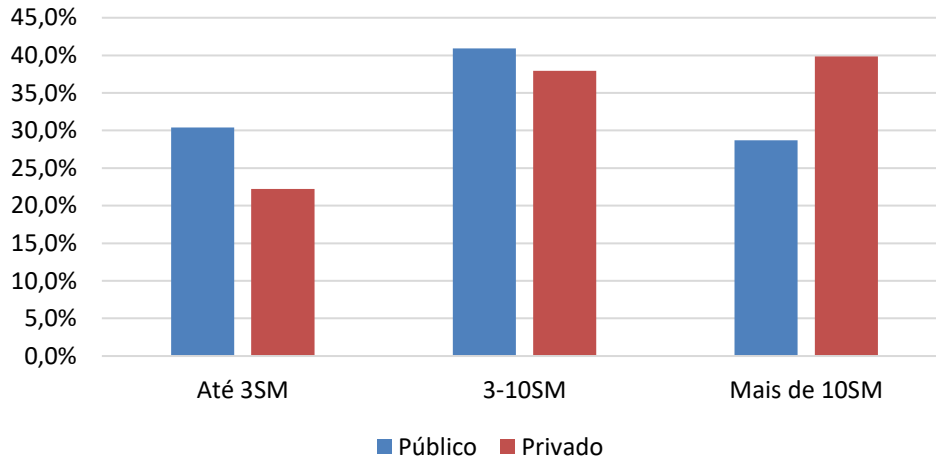
Gráfico 3 - Medicina com desempenho

Fonte: Enade 2007, 2008 e 2009

O agrupamento Veterinária & Zootecnia é analisado na Fig. 4 [7]. A tendência ao observar apenas a distribuição de renda por setor é parecida com Medicina, com alunos até 10 salários mínimos indo proporcionalmente mais para o setor público do que os que ultrapassam esse valor.

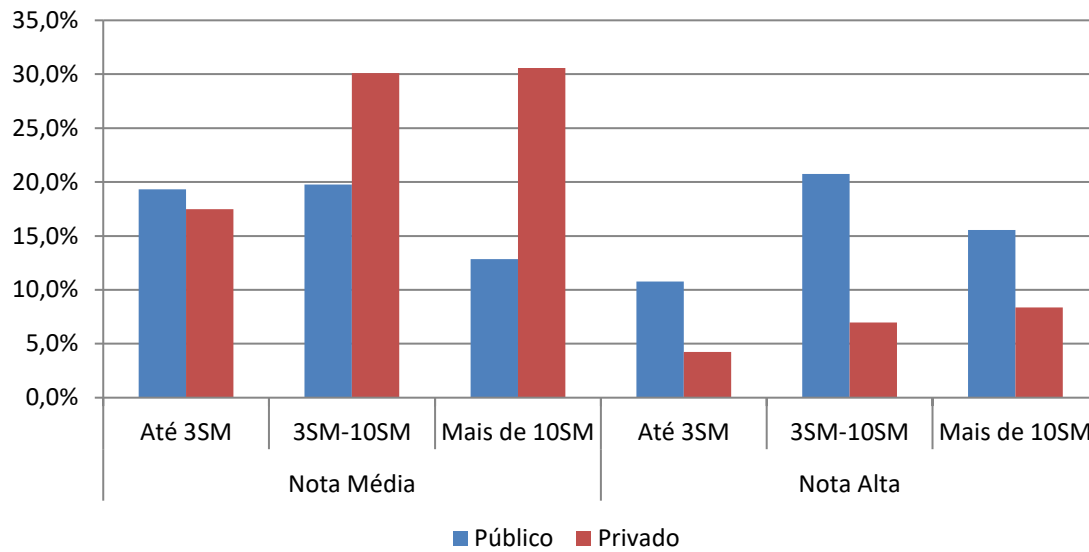
A principal diferença se encontra no tamanho das faixas de renda: enquanto a porcentagem de estudantes de até 3 salários mínimos nos setores público e privado em Veterinária & Zootecnia são de 30% e 23%, respectivamente, em Medicina nenhum dos dois chega a 10%.

Gráfico 4 - Renda e setor em Veterinária & Zootecnia



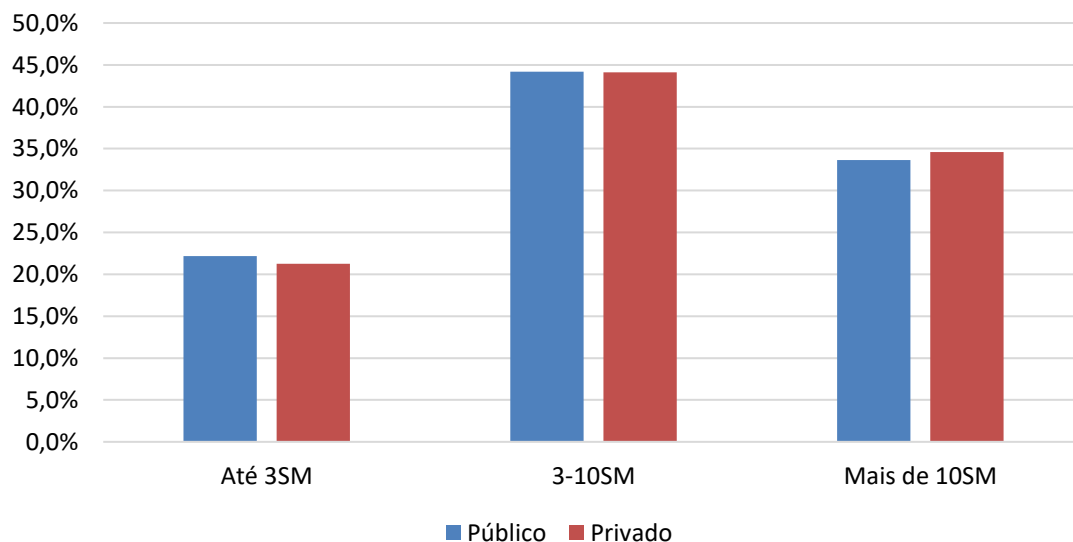
Fonte: Enade 2007, 2008 e 2009

A diferença entre Medicina e Veterinária & Zootecnia fica mais evidente ao observarmos a Fig. 5 [8]. Nesse, os alunos com renda a partir de 3 salários mínimos e com nota média tendem a ingressar no setor privado, enquanto em Medicina isso só acontece na maior faixa de renda. Outra diferença é notada nos alunos com mais de 10 salários mínimos e nota alta: eles tendem a ir mais para o setor público do que os futuros médicos. Aqui se localizam evidências que podem apontar para estratégias compensatórias da falta de desempenho acadêmico por parte de alunos de nível socioeconômico médio e alto. Mesmo não tendo condições de se alocar no ensino público, eles conseguem acessar, desproporcionalmente, o ensino privado. O nível socioeconômico, assim, compensa o desempenho acadêmico, mas apenas para aqueles que vêm de famílias com renda per capita acima de três salários mínimos.

Gráfico 5 - Veterinária & Zootecnia com desempenho

Fonte: Enade 2007, 2008 e 2009

O agrupamento Arquitetura, Urbanismo & Design, visto na Fig. 6 [9], apresenta distribuição de alunos em instituições públicas e privadas muito parecida em todas as faixas de renda, o que não ocorreu nos cursos até então analisados. A maior presença de discentes na faixa intermediária de renda é outra novidade dessa distribuição quando comparada com os cursos anteriores.

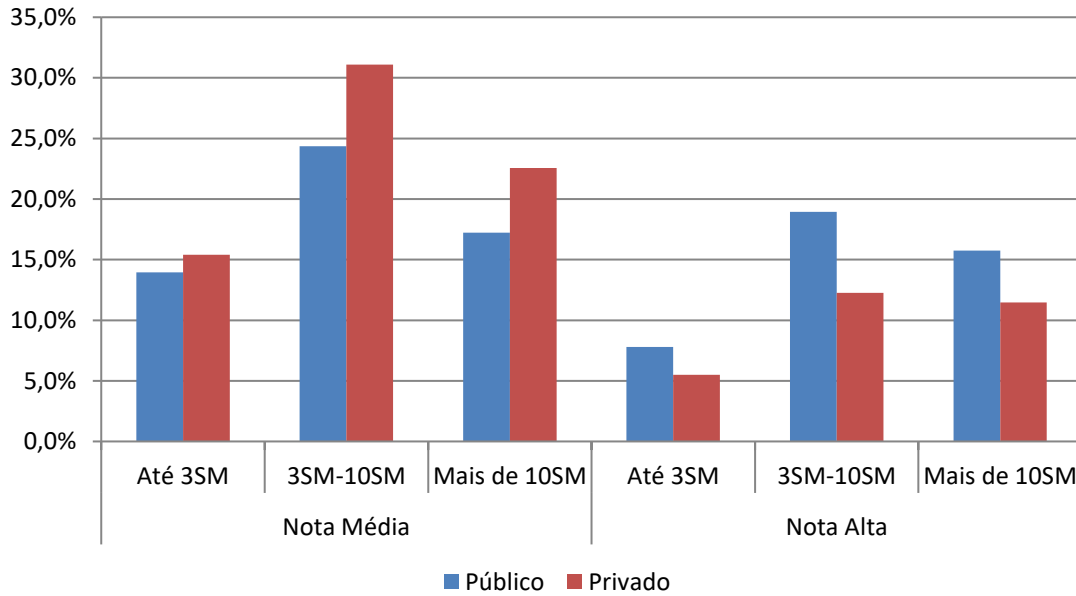
Gráfico 6 - Renda e setor em Arquitetura, Urbanismo & Design

Fonte: Enade 2007, 2008 e 2009

A Fig. 7 [10] explicita a relevância de acrescentar o desempenho nas análises sobre os cursos, uma vez que semelhança observada na ilustração acima se desfaz com a incorporação dessa variável. Vemos que os alunos com nota média, independentemente da renda, tendem a ir para o setor privado, ao passo que os estudantes com nota alta, também em todas as faixas de

rendimento familiar, se encontram no setor público. Aqui, temos um padrão que sugere a mesma tendência identificada acima para os cursos de Veterinária & Zootecnia.

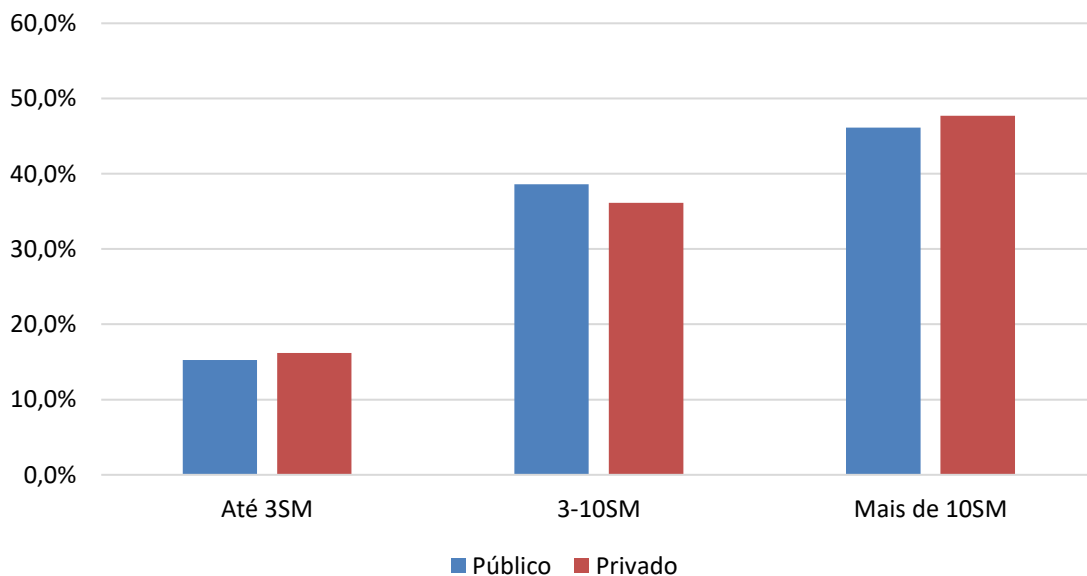
Gráfico 7 - Arquitetura, Urbanismo & Design com desempenho



Fonte: Enade 2007, 2008 e 2009

O curso de Odontologia segue tendência parecida com a observada em Arquitetura, Urbanismo & Design. A principal diferença entre eles está na distribuição dos alunos pelas faixas de renda, já que a divisão com maior quantidade de discentes de Odontologia é a com mais de 10 salários mínimos, enquanto Arquitetura, Urbanismo & Design é entre 3 e 10 salários. **[11]**

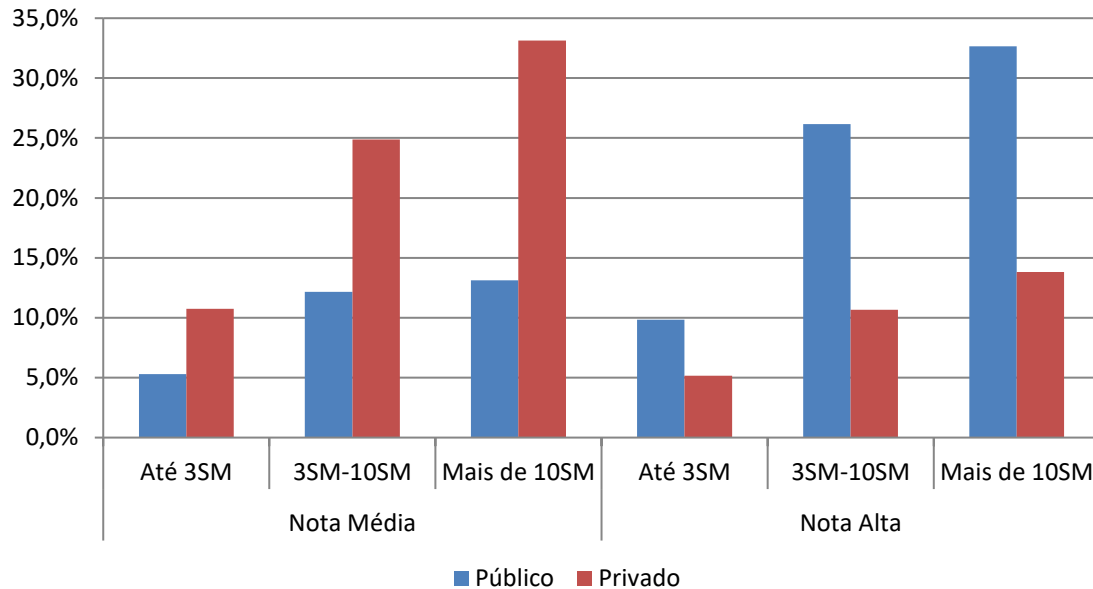
Gráfico 8 - Renda e setor em Odontologia



Fonte: Enade 2007, 2008 e 2009

As semelhanças de Odontologia com Arquitetura, Urbanismo & Design se mantêm quando a variável de desempenho é acrescentada. Assim como neste agrupamento, os alunos daquele curso com nota média apresentam tendência de se inserirem no setor privado, enquanto os estudantes com nota alta se encontram na rede pública de ensino. [12]

Gráfico 9 - Odontologia com desempenho



Fonte: Enade 2007, 2008 e 2009

5. Considerações finais

Esse artigo explicita a relevância da inclusão do desempenho dos estudantes na análise sobre estratificação do ensino superior. Apenas com esse nível de detalhamento é possível compreender as dinâmicas dentro do setor e a alocação dos alunos de diferentes perfis socioeconômicos em cursos de distintos graus de competitividade.

Medicina é um caso bastante específico dentro do contexto de cursos competitivos, devido à excepcionalidade da competição por vagas neste curso. Alunos da faixa de renda mais abastada têm a perspectiva de entrarem tanto no setor público quanto no privado, ao contrário dos estudantes de até 10 salários mínimos. Isso provavelmente acontece pelo alto custo dos cursos de Medicina, fazendo com que este estudante necessite do setor público para fazer a graduação.

Tal tendência não se perpetua nos outros cursos/agrupamentos analisados. Estudantes de nota média e faixa de renda menor do que em Medicina tendem a ir para o ensino privado. Além disso, discentes com nota alta de todas faixas etárias tendem a ir para o ensino público. Essas evidências ocorrem, possivelmente, pelo custo de tais formações na rede privada – que são mais baratas do que Medicina, e pela menor concorrência e notas de corte em vestibulares e, mais recentemente, no Sisu[1].

Os resultados encontrados vão ao encontro dos estudos de Lucas (2001). No Brasil, os estudantes de perfil socioeconômico privilegiado no ensino superior encontram meios de se

perpetuar no setor mesmo com desempenhos menos competitivos através da procura de vagas na rede privada. Se esses não atingem a nota suficiente para ingressarem no setor público, como a maioria dos alunos de alto rendimento faz, há a realocação para as IES privadas. Precisa-se salientar a possibilidade do perfil do alunado ter sido alterado, visto que o Sisu [13] foi ampliado e a Lei Geral de Cotas aprovada depois 2009 – último ano analisado nesse estudo. 🌐

NOTAS

* À época da submissão do artigo, o autor cursava o 8º período do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS-UFRJ). E-mail: diegonunesrocha12@gmail.com.

[1] Fies: Fundo de Financiamento Estudantil

[2] Prouni: Programa Universidade para Todos

[3] Ies: Instituições de Ensino Superior

[4] Gráfico 1: Renda e desempenho por curso

[5] Gráfico 2: Renda e setor em Medicina

[6] Gráfico 3: Medicina com desempenho,

[7] Gráfico 4: Renda e setor em Veterinária & Zootecnia

[8] Gráfico 5: Veterinária & Zootecnia com desempenho

[9] Gráfico 6: Renda e setor em Arquitetura, Urbanismo & Design

[10] Gráfico 7: Arquitetura, Urbanismo & Design com desempenho

[11] Gráfico 8: Renda e setor em Odontologia

[12] Gráfico 9: Odontologia com desempenho

[13] O Sisu (Sistema de Seleção Unificada) é um sistema *online* no qual os estudantes que fizeram o Enem podem se inscrever nas universidades e nos cursos que aderiram ao Exame.

REFERÊNCIAS

AYALON, H.; YOGEV, A. Field of Study and Students' Stratification in an Expanded System of Higher Education: The Case of Israel. **European Sociological Review**, v. 21, n. 3, p. 227-241, 2005.

BAETA NEVES, C. E. Ensino Superior no Brasil: expansão, diversificação e inclusão. **Apresentação no Congresso de 2012 da LASA (Associação de Estudos Latino Americanos)**, em São Francisco, Califórnia, Maio 23 a 26, 2012.

BOURDIEU, P. The forms of capital. In: **Handbook of theory of research for the sociology of education**. Greenworld Press, Nova Iorque, p. 241-258, 1986.

CUNHA, L. A. A Universidade Reformada: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior. **Francisco Alves**, Rio de Janeiro, 1988.

GERBER, T.; CHEUNG, S. Y. Horizontal stratification in Postsecondary Education: Forms, Explanations, and Implications. **Annual Reviews of Sociology**, v. 34, p. 299-318, 2008.

GRANOVETTER, M. The strength of weak ties. **American Journal of Sociology**. v. 78, n. 6. p. 1360-1380, 1973.

JARUSCH, H. K. Higher Education and Social Change: some comparative perspectives. In: **The Transformation of Higher Education 1860-1930**. University of Chicago Press, p. 9-36, 1983.

LUCAS, S. Effectively Maintained Inequality: Education Transitions, Track Mobility, and Social Background Effects. **American Journal of Sociology**, v. 106, n. 6, p. 1642-1690, 2001.

PRATES, A. A. P. Universidades vs terciarização do ensino superior: a lógica da expansão do acesso com manutenção da desigualdade: o caso brasileiro. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 9, n. 17, p. 102-123, 2007.

RATFERY, A.; HOUT, M. Maximally Maintained Inequality: Expansion, Reform, and Opportunity in Irish Education, 1921-75. **Sociology of Education**, v. 66, n. 1, p. 41-62, 1993.

SAVIANI, D. A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades. **Póiesis Pedagógica** – v. 8, n.2, p. 4-17, 2010.

Recebido: 25/05/2017
Aprovado: 04/04/2018

SALVE-SE QUEM PUDER! UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES ENTRE PASSAGEIROS E MOTORISTAS NO ÔNIBUS URBANO

SAVE YOURSELF! AN ANALYSIS OF THE RELATIONSHIP BETWEEN PASSENGERS AND DRIVERS INSIDE A CITY BUS

*Luísa Surerus Junqueira de Oliveira**

Cite este artigo: OLIVEIRA, L. S. J. Salve-se quem puder! Uma análise das relações entre passageiros e motoristas no ônibus urbano. **Revista Habitus:** Revista da Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 90 – 103. 2018. Semestral. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/habitus>>. Acesso em: março, 2019.

Resumo: Baseado em uma observação participante vivenciada dentro de ônibus urbanos no Rio de Janeiro, pretendo analisar as relações que se estabelecem entre os motoristas dos ônibus e os passageiros, buscando identificar se há tentativas de se posicionarem como superiores ou inferiores dentro do ônibus. Obras de Roberto DaMatta (2010), Gilberto Velho (1994), Howard S. Becker (2009) e Max Gluckman (1986) foram fundamentais como base de minha reflexão.

Palavras-chave: ônibus urbano; Rio de Janeiro; motoristas de ônibus; passageiros de ônibus.

Abstract: Based on participant observation inside buses in the city of Rio de Janeiro, I intend to analyze the relations established among the bus drivers and the passengers, with special emphasis on the attempts to position themselves as superior or inferior inside the bus. Authors like Roberto DaMatta (2010), Gilberto Velho (1994), Howard S. Becker (2009) and Max Gluckman (1986) were fundamental for my reflection.

Keywords: city bus; Rio de Janeiro; bus drivers; bus passengers.

A realização deste trabalho veio da riqueza de significados que pude observar pelo período de quatro meses dentro de um dos transportes mais utilizados pelo carioca, o ônibus urbano. No primeiro semestre de 2013, a observação participante no campo possibilitou que eu sistematizasse um material que narra parte significativa do cotidiano do carioca, visto que passamos grande parte do nosso tempo nos transportes, seja ele carro, ônibus, moto, entre outros. [1]

Durante este período pude presenciar diversas situações, sendo selecionadas para este artigo apenas aquelas em que os protagonistas dos acontecimentos eram os motoristas dos ônibus e os passageiros. A partir desta triagem, pretendo analisar a coexistência entre esses dois atores dentro deste espaço – ônibus, a partir da ideia de sistema de hierarquização. Seria esta uma convivência igualitária, sendo assim a relação entre esses atores neutra e horizontal ou existe uma hierarquização? Ou, a depender do contexto vivido por eles, há uma alternância nesta hierarquia?

Por almejar trabalhar com questões sociais que emergem em nosso cotidiano urbano e que acabam por revelar valores em conflito, optei por ter como referencial teórico obras de Roberto DaMatta (2010), Gilberto Velho (1994), Howard S. Becker (2009) e Max Gluckman (1986).

1. Salve-se quem puder!

Embarco e desembarco do ônibus, território deste estudo, com objetivo de chegar a algum lugar - seja na universidade, no trabalho, no retorno para casa, em um local de lazer. Essa rotina não era para causar mais nenhum tipo de estranhamento, mas causa. Percebo no interior dos transportes públicos cariocas valores e características que dizem muito da sociedade em que vivemos.

A priori é necessário delinear alguns conceitos que serão importantes para esta reflexão. Entende-se como ônibus urbano: “transporte público não individual, realizado em áreas urbanas, com características de deslocamento diário dos cidadãos” [2] em função das complexas atividades desenvolvidas na cidade. Sendo que o

sistema de transporte coletivo por ônibus predomina no atendimento de grandes massas por possuir grande flexibilidade para conexão de pontos de origem e destino, custos baixos de implantação e oferta adaptável a incrementos na demanda (ARAÚJO, OLIVEIRA, JESUS et al., 2011).

Os motoristas de ônibus urbanos são aqueles que

conduzem e vistoriam ônibus e trólebus de transporte coletivo de passageiros urbanos, metropolitanos e ônibus rodoviários de longas distâncias; verificam itinerários de viagens; controlam o embarque e desembarque de passageiros e os orientam quanto às tarifas, itinerários, pontos de embarque e desembarque e procedimentos no interior do veículo. [E] executam procedimentos para garantir segurança e o conforto dos passageiros (...) (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2017) [3].

Sendo os passageiros “Aquele que é transportado em qualquer veículo terrestre, marítimo ou aéreo; viajante, viajor” [4], e que se sujeita ao transporte coletivo imbuído de expectativas no que tange aos seus interesses para o deslocamento.

Lembrando que, neste espaço, o grande fluxo de pessoas que desejam chegar sãs e salvas a um destino possuem diferentes interesses e demandas, logo este se mostra como lugar suscetível ao conflito.

todas as vezes em que, a pé ou de carro, ônibus, bicicleta, táxi, carroça, motocicleta ou caminhão, saímos do espaço de nossas moradas para *dar duro, pegar no batente, trabalhar, resolver e ver* alguma coisa na rua – essa esfera que, no Brasil, é concebida como sendo feita de luta, durezas, sofrimentos e de combate (DAMATTA, 2010).

Elisabeth Von Der Weid (1994), em seu artigo *O bonde como elemento de expansão urbana no Rio de Janeiro*, afirma que a primeira cidade da América do Sul a organizar um serviço de transportes coletivos sobre trilhos foi o Rio de Janeiro. Os primeiros bondes começaram a circular em 1859, inaugurados oficialmente pelo Imperador. Durante sua implementação, nas décadas de 1860, 70, 80 e 90, o bonde sofreu inúmeras transformações, passou a ser elétrico e teve seu trajeto por diversos momentos reduzido/ampliado.

DaMatta (2010) faz uma retrospectiva muito interessante do surgimento do meio de locomoção grupal ao mencionar o bonde como

o primeiro e talvez o mais adequado e bem-sucedido meio de transporte urbano e coletivo no Brasil. [...] aberto lateralmente, não tendo corredores internos entre os bancos dos passageiros [...] o bonde se ajustava ecológica e socialmente. (...) [Possibilitava] uma interação constante entre os condutores e os passageiros que estavam sentados ou decidiam viajar no estribo [...]. Gilberto Freyre está correto quando observa o bonde como instrumento de democratização, no sentido de promover o encontro e a intimidade física, absolutamente igualitária, entre pessoas conscientes de seu posicionamento social, mas obrigadas a sentar-se lado a lado.

A evolução do sistema de transportes permite que as diversas regiões se conectem e tornem possível não só o fluxo de pessoas, mas também o de mercadorias e ideias. Com o crescimento dos centros urbanos, o transporte individual não consegue suprir a urgência do trânsito rápido e regular, o que torna a opção pelo transporte de massa mais atrativa. Desta forma, de acordo com DaMatta (2010), o bonde surge enquanto um espaço que possibilita uma maior aproximação no convívio entre as classes sociais nas vias da cidade.

Com o desenvolvimento tecnológico, o bonde foi majoritariamente substituído pelo transporte a combustível, o ônibus como conhecemos atualmente configurando como um dos transportes mais utilizados pelos brasileiros [5] devido a seu custo e eficácia quando se calcula tempo/rota/gasto, principalmente quando comparado aos carros.

É importante ressaltar que a modernização deste transporte não é diretamente proporcional a uma transformação das relações sociais que nele se estabelecem. São esferas diferentes, mesmo que pertencentes a uma mesma sociedade. O desvincular-se das tradições, dos

hábitos, é algo muito mais complexo. Embora haja maior convivência entre as classes e que seja um transporte de massa, ainda assim é possível perceber hábitos anteriores ao surgimento deste território, teoricamente, neutro. É possível notar, por exemplo, a inevitabilidade de nos estabelecermos em relação ao outro, como superiores ou inferiores. Seja relacionado ao conhecimento de determinado assunto, à posse de algum objeto ou ao realizar algum tipo de atividade vista como mais privilegiada. Independentemente de estarmos no campo das ideias ou no campo material, temos a necessidade de nos classificar como acima ou abaixo de alguém e esta constatação se dá de forma tal que, a partir deste diagnóstico, consolidamos junto à classificação quem está com o controle da situação e o que assumirá a posição de subordinado. Essas considerações são importantes para minha análise, pois vou transcrever uma série de acontecimentos que presenciei e que elucidam a existência deste hábito nos nossos deslocamentos cotidianos.

Uma das cenas que mais me chamaram a atenção ocorreu no ponto de ônibus em frente à Estação Leopoldina, no bairro da Praça da Bandeira. Enquanto o ônibus estava parado, um menino com mais ou menos 14 anos de idade entrou sorrateiramente desviando dos passageiros que estavam descendo pela porta de trás (porta de desembarque) e se sentou no último banco do veículo. Na mesma hora, o motorista o viu e, ainda sentado em seu banco, olhando apenas pelo retrovisor de dentro do veículo, esbravejou, exigindo que ele saísse. O garoto, em meio à confusão dos gritos do motorista e das pessoas desembarcando, permaneceu sentado, calado e olhando pela janela. Esta reação foi vista pelo condutor como uma afronta. Este, entendendo que estava sendo ignorado, pegou um pé de cabra que mantinha ao lado esquerdo, embaixo do seu banco e levantou-se de tal modo que parecia que ia pular a roleta e ir até o rapaz em um salto e disse “no meu ônibus, não”. Por fim, antes que o motorista pulasse de fato a roleta, o menino saiu às pressas pela mesma porta por onde entrou e o condutor finalizou: “Com eles não pode dar bobeira não. Se ele fosse aqui na frente pra me pedir, eu poderia até deixar ele subir, mas desse jeito não entra no meu carro não”.

Este cenário mostra como temos a necessidade de nos afirmarmos enquanto superiores ou aceitarmos a inferioridade, mesmo que haja diversas interpretações. Dentro de um grupo social há aqueles que criam as regras com o objetivo de manter o controle e os que trabalham para sua manutenção e legitimação. Para poder usufruir do transporte público, devemos pagar um valor x , regra imposta e calculada pelo Estado junto às empresas de ônibus que possuem o consórcio. A fiscalização sobre a cobrança é realizada por meio de mecanismos como a roleta e o sistema de vigilância dentro dos ônibus (câmeras instaladas em locais estratégicos).

Quando o menino entra sem pagar a tarifa e tenta permanecer no transporte, ele coloca em jogo a sua superioridade no que tange aos outros respeitarem sua decisão. Ao passo que no trecho da fala do motorista “no meu carro, não” é possível notar que considera a posse de um veículo coletivo ou o reconhecimento daquele espaço como território dele. Como afirma Becker (1977) em seu livro *Uma teoria da ação coletiva*, “a pessoa que quebra as regras pode sentir que seus juízes são [os] desviantes” ou seja, por mais que se trate de um transporte coletivo, em meio à possível ameaça de um passageiro que entrou sem pagar, o condutor assume individualmente

uma posição de justiça diante dos demais, que embarcaram e pagaram, justificando sua reação. Para o rapaz, a situação pode ser analisada por outra perspectiva visto ser este um transporte público e, conseqüentemente, direito de todos os cidadãos, logo, sua permanência deveria ser aceita mesmo sem pagar pelo valor exigido no transporte, o que fundamentaria sua ação.

De fato, não deveria existir um dono neste ambiente no sentido de ter que defender seu espaço, sua propriedade, alguém que tenha que se sujeitar a situações de risco em defesa de um bem que, teoricamente, é de uso coletivo, já que a proposta deste meio de locomoção é a de viabilizar um ambiente para todos [6]. Mas nessa relação de posse com este transporte, pude observar em diversas outras situações - valeria aqui um estudo dentro das empresas de ônibus para entender como são estabelecidas as diretrizes de comportamento do funcionário em seu ambiente de trabalho e quais punições são aplicadas quando esse é deteriorado ou notam o deslocamento de passageiros que não pagaram. Os motoristas não decidem diretamente sobre a forma de cobrança ou o valor desta, apesar deste número ser composto por uma série de fatores dentre eles seu salário, assim, superficialmente é possível prever que se não há uma atenção nas cobranças das passagens, ele também pode se prejudicar, mas não esmiuçarei esta hipótese levantada pois mereceria uma maior análise sobre os direitos dos cidadãos e as políticas públicas do Estado do Rio de Janeiro, que não são o foco deste artigo. O que nos importa nesta situação que illustrei acima é que a relação entre motoristas e passageiros é marcada pela superioridade do primeiro para com o segundo.

Há uma flexibilização, porém, quanto à manutenção desta regra (cobrança) e às posições na hierarquia. Como afirma Gluckman (1986), em sua análise sobre a Zululândia moderna, “de acordo com os interesses, valores e motivos que determinam seu comportamento em diferentes circunstâncias, o indivíduo modifica sua participação”. Como quando um motorista [7] não uniformizado entra no ônibus com sacolas de supermercado (assumindo, assim, o papel de passageiro), sem pagar a passagem e o motorista não reage de forma negativa. Não é possível afirmar em sua totalidade que este estava apenas como passageiro, mas o fato de ter descido longe do ponto final dos ônibus, os assuntos conversados e os trajés corroboram para a hipótese de não estar a trabalho. Além de outras atitudes dignas de questionamento como o fato de ter permanecido na escada de embarque, atrapalhando os que desejavam entrar no transporte e de ter conversado durante todo o trajeto com seu colega de trabalho, algo que, além de proibido [8], desviou a atenção do motorista que não percebeu quando acionado o aviso sonoro por outro passageiro que queria descer na próxima parada.

Em outra viagem, presenciei cena parecida, com um passageiro que entrou pela porta de trás acompanhado por mais duas pessoas, uma adolescente e uma mulher que aparentava ter em torno de cinquenta anos. Nenhum deles pagou a passagem. Após um tempo de viagem, o trocador começou a conversar com ele e, entre outras coisas, perguntou quando ia voltar a pilotar [9], dando a entender que este também é (ou era) motorista, mas que naquele momento não estava trabalhando.

Em ambos os relatos, há uma superioridade dos condutores para com os passageiros quanto ao decidir quem vai ou não subir pela porta da frente ou pela porta de trás [10] ou quem

vai ou não pagar a passagem. Mas será que ao retirarem o uniforme os motoristas simultaneamente abandonam seu papel na hierarquia deste território? Os quatro meses de campo me mostraram que os motoristas têm um papel de destaque nas relações que acontecem dentro do ônibus, estando uniformizados ou não. Enquanto passageiros, se distinguem dos demais e, de certa maneira, impõem respeito. A forma como embarcam, se sentam e/ou se posicionam no ônibus, a conversa com os colegas de profissão são ações que demonstram claramente que eles não são apenas mais uns transeuntes a circular naquele espaço [11].

Certa vez, voltando da universidade, o motorista parou no ponto de ônibus para pegar uma pessoa que não fez o sinal solicitando a parada. Este entrou no ônibus falando “E aí, tá largando? Vou começar agora”, ou seja, era um colega de trabalho não uniformizado. Enquanto eles conversavam, outros passageiros tentavam desembarcar, mas o motorista não abria a porta traseira. Após um tempo, este começou a acelerar lentamente até que um dos passageiros, cansado de pedir para que a porta traseira fosse aberta, acionou o sinal. Só após o aviso sonoro ser tocado é que o condutor parou, abriu para o desembarque e disse: “Essa cordinha aí na frente de vocês não é enfeite, não, é para puxar mesmo pra me avisar quando precisa ou não de abrir a porta traseira. Sem sinal eu não abro, cês têm que aprender isso”. Ao lado dele, em pé na escada da porta dianteira, estava o colega que embarcou na parada em que a confusão começou. Ele não esboçou nenhuma palavra ou reação, só quando tudo terminou e o ônibus seguiu que balbuciou algo com gestos de concordância para com a atitude do colega.

Roberto DaMatta (1997), em seu livro *Carnavais, malandros e heróis*, aborda a inversão da realidade através de uma fantasia de carnaval, que aqui identifico com o uso do uniforme pelo condutor. Sem a vestimenta, apesar de reafirmar o laço com seus colegas de trabalho, não ditam totalmente as regras, não se impõem como quando uniformizados para com os demais, como vimos no exemplo anterior dos passageiros que queriam desembarcar e que o colega, apesar de concordar, não se pronunciou durante o conflito. A desigualdade entre eles é pequena, no entanto, no que se refere à decisão das ações dentro do veículo, o uniforme carrega um maior significado de poder dentro do ônibus.

Essa diferença entre pertencentes de um mesmo grupo não é o suficiente para enfraquecer a coesão entre eles. Quando vivenciamos um enfrentamento entre passageiros e motoristas, uniformizados, dirigindo o transporte coletivo, já é notório seu poder de coerção (como no caso do garoto que quis embarcar na Estação Leopoldina), mas quando está associado a mais colegas, esse poder é potencializado.

Norbert Elias e John L. Scotson (2000) no livro *Os Estabelecidos e os outsiders*, ao descreverem sobre a formação das relações de vizinhança demonstram que o grupo dos

aldeões formavam, em muito maior grau, um grupo relativamente fechado. Tinham desenvolvido tradições e padrões próprios. Quem não cumpria essas normas era excluído como sendo de qualidade inferior. (...) E entraram na luta contra os intrusos usando todas as armas características de que dispõem as comunidades bem estabelecidas e razoavelmente unidas, em suas relações com os grupos de recém-chegados que, por uma razão ou por outra, não se adaptam a suas normas e

tradições e (...) ameaçam seu status e sua identidade comunitários.

É o grupo dos motoristas que permite ou não a permanência, local de embarque e desembarque dos passageiros. Grande parte do desequilíbrio entre os grupos está relacionada às características destes: os condutores pertencem a um coletivo com maior coesão e conhecimento do território; e os passageiros formam um conjunto heterogêneo, transitório e disperso, que só em momentos pontuais têm o potencial de consolidar uma união, mas que também não é garantido que seu desejo se realizará.

Ao conversar com um passageiro no ponto de ônibus, enquanto aguardávamos, este associou o embarque com uma luta, ao afirmar que “se você não se joga pra capturar ele no laço ele não para, não” [12]. Ao fazermos o sinal de que queremos nos deslocar com aquele ônibus que está chegando ao ponto (esticar o braço e olhar para o veículo), a expectativa é a de que este pare e que se possa embarcar com tranquilidade, mas nem sempre isso acontece. O mesmo passageiro que me falou sobre a necessidade da luta, disse ter uma teoria do porquê ser assim: “Esse ponto é ruim de sair depois, [referindo-se a localização do ponto na avenida movimentada], demora muito pra conseguir um espaço [para estacionar o ônibus] e geral subir. Não é vantajoso pra ele que cumpre horário” parar para os passageiros embarcarmos. As pessoas que trabalham em linhas de ônibus, assim como em qualquer outra empresa, têm horários a cumprir, mas estas com um fator específico que é o trânsito, algo imprevisível e por si só já muito estressante. Este somado às demandas da empresa, tornam motoristas menos pacientes na espera do deslocamento dos passageiros para embarque e desembarque.

Além da tensão vivida pelos passageiros enquanto aguardam e, ao ver o ônibus desejado, solicitam que o motorista pare no ponto, há também a dúvida de onde este irá estacionar. Os pontos não são bem delimitados em termos espaciais. Além disso, não existe uma divisão por linhas e espaços, sem contar os muitos outros passageiros querendo embarcar em outros tantos transportes. Isso, somado à pressão dos superiores vivida pelos motoristas, possibilita que o ônibus pare no final do ponto ou no meio da rua nos espaços entre outros ônibus que estão próximos à calçada. Neste momento o que resta é correr, junto com outros passageiros que também querem o mesmo que eu e torcer para que o ônibus esteja lá quando chegarmos. Tem-se então mais uma exemplificação da inferioridade nesta relação entre passageiros-motoristas, se não formos até o ônibus, raras são as vezes em que eles vêm até nós, mesmo sendo a posição a correta para embarque e desembarque de passageiros.

Este tipo de situação que utilizei como exemplo no parágrafo anterior ocorre com frequência, pela questão da alta velocidade, que

evidencia um lado mais típico de nossa conduta pública, o familiar *pé na tábua* – sinalizador do desejo individual e do acelerador, que representa tanto a pressa (parte do mundo moderno) quanto à impaciência ao ter o caminho eventualmente obstruído por uma multidão de desconhecidos, denominados por nós como os *outros* [13], que não classificamos como iguais e que são sempre tomados como obstáculos ao nosso trajeto” (DAMATTA, 2010).

A ansiedade de ultrapassá-los logo para ter o caminho livre se dá seja pela necessidade de ultrapassar os vistos como mais lentos ou desconhecidos, seja devido ao cumprir prazos.

Na qualidade de pedestres e de ciclistas, os usuários do espaço público sentem-se agredidos, inferiorizados e subordinados à lógica selvagem e agressiva do trânsito. Tal lógica se manifesta de força bruta, no poder da velocidade (inclusive quando elas obrigam a fugir ou *correr*), no valor, no prestígio e no tamanho dos veículos que, na mentalidade dos brasileiros em geral [...] são verdadeiros *donos* (ou *patrões*) do trânsito” (DAMATTA, 2010).

O sinal de trânsito também é visto como um possível fator de atraso na viagem [14], caso o peguemos fechado. Por isso, quando está próximo ao ponto de ônibus, para que não ocorra um atraso, os condutores optam por parar depois do semáforo. O embarque e o desembarque já tornam mais lento o percurso, ter que ainda aguardar a liberação do sinal de trânsito prejudica ainda mais o tempo do seu percurso, mesmo que para isso tenha que estacionar fora dos limites do ponto de ônibus e longe dos passageiros.

Após embarcar no ônibus, nós, passageiros, deparamo-nos com outro mundo de desafios, como o de conseguir subir as escadas, passar na roleta, caminhar ao longo do ônibus, até finalmente acharmos um local seguro para nos sentar (quando há). Isso ocorre porque os condutores, diante da necessidade de cumprirem seus horários e não pegarem trânsito, arrancam com o ônibus de forma desesperadora para alcançar logo o próximo ponto, e o próximo, e o próximo e assim por diante.

O tempo torna-se então um dos fatores que mais influenciam na qualidade do serviço prestado pelos motoristas. Cada empresa estabelece o tempo necessário para percorrer o trajeto das linhas com que trabalha, então os motoristas sabem o valor ideal e com isso calculam quantas viagens conseguem executar no seu dia de trabalho. No circuito, existem fiscais da própria empresa que anotam a hora que cada condutor passou no ponto em que se encontram. Se o motorista consegue fechar o trajeto no tempo certo e tiver sorte com os passageiros e o trânsito, consegue dobrar e com isso ganhar mais pela sua diária trabalhada [15]. Isso faz com que os condutores sejam estimulados a serem mais ágeis, o que pode ocasionar imprudências e insatisfação, insegurança, entre outros sentimentos negativos por parte dos passageiros.

Testemunhei uma vez o embarque de uma senhora que caiu antes de alcançar a roleta com o arrancar do ônibus. Esse ocorrido causou um transtorno maior do que se o motorista tivesse aguardado com a condução [16] parada até que ela se sentasse. O ônibus parou de circular, teve que esperar a ambulância chegar e dar a confirmação de que não havia ocorrido nada de grave com a senhora. Ela teve que assinar um termo à empresa de transportes coletivos, obedecendo à burocracia implementada, afirmando estar bem. Todos os passageiros tiveram de ser remanejados para outro veículo e o condutor teve de ficar esperando até que todo o processo se concluísse.

Mas não é só a imprudência ao arrancar para seguir a viagem até o próximo ponto de forma rápida. Uma vez, saindo da universidade, por volta de 23h, o condutor do ônibus em que eu estava, ao parar em um sinal, ficou rente a outro ônibus da mesma empresa. Conversaram e

decidiram, já que as ruas estavam praticamente vazias, agilizar o retorno para a garagem. Apostaram quem chegaria mais rápido a um determinado lugar mais à frente. Durante todo o ocorrido os passageiros se entreolharam assustados, mas sem esboçar qualquer reação e o silêncio permaneceu até o meu desembarque.

O desembarque também se torna motivo de reflexão quando o grau de relação entre motoristas e passageiros ou bairro/local em que se encontram ou apenas por gentileza ou falta dela, interferem na decisão dos motoristas sobre onde estacionar o ônibus. Solicitar ao motorista que pare fora do local demarcado como ponto do ônibus ou quando por escolha o condutor decide parar fora deste espaço pré-delimitado é errado, inclusive há avisos no ônibus que nos informam sobre essa proibição. Mas ambas as situações ocorrem, frustrando ou atendendo às expectativas de quem a solicita. Normalmente, quando passageiros desejam descer em um local diferente ao ponto estabelecido, pedem “uma moral para o piloto”. Já os motoristas, quando não querem parar em algum ponto ou preferem parar em um outro local, gritam lá da frente para os passageiros atrás e se ninguém se manifestar, o entendimento é de concordância com o que ele escolheu, o que é um problema quando lidamos, por exemplo, com uma cidade barulhenta e com muitos turistas.

Essa interação entre os passageiros, os pontos de ônibus e os motoristas é algo muito complexo. O simples fato de existirem alguns condutores que param fora dos pontos torna os que não param, para alguns dos passageiros, maus condutores (para não mencionar os adjetivos que escuto). Por diversas vezes, presenciei passageiros inconformados pelo simples fato de motoristas terem optado por seguir as regras e parar somente no ponto de ônibus destinado à sua linha. Assim como já pude ouvir conversas exaltadas após o desembarque de algum transeunte fora do local previsto, afirmando que estes que querem parar em um local específico deveriam ir de táxi e não ônibus, tornando ainda mais clara a não união no grupo de passageiros – reafirmando que essa classificação não é o suficiente para gerar uma solidariedade entre os pares.

Partindo do princípio de que a decisão sobre o posicionamento dos pontos de ônibus obedece a toda uma dinâmica do trânsito e da cidade como um todo, estes estão bem instalados e a necessidade, principalmente por parte dos passageiros, se enquadraria ao que DaMatta (1986) em seu livro *O que faz o Brasil, Brasil?* descreve como “jeitinho brasileiro”, em que há uma regra transgredida que aparentemente não causa grande prejuízo, visto que seria apenas uma rápida parada que não interfere na rota da viagem, apenas no tempo. A regra é clara, parar somente nos pontos devidamente demarcados, mas se o ônibus passa em frente ao local que desejo ir, por que não perguntar ao motorista? Imbuída do jeitinho brasileiro, característica intrínseca e até certo ponto realizada de forma automática, vou até bem próximo ao condutor e, de maneira pacífica, pergunto se seria possível uma rápida parada. Dessa forma, vamos resolvendo nossas questões, mesmo que desobedecendo às regras vigentes e nem sempre conciliando o interesse de todos. O foco maior é naquele que tem o poder de intervenção, no caso o condutor, afinal é ele quem realmente decide onde e quando irá parar.

Mas este é um hábito e quando a ação se torna um hábito, esta fica quase que impossível de ser revertida naturalmente ou por um *insight* no interior de cada um. Já vivi momentos em

que fiquei nervosa quando outro passageiro desceu fora do ponto, mas também já solicitei essa “regalia”. Ao mesmo tempo em que o foco da bajulação são os motoristas quando almejamos algo, eles também são o foco da raiva quando não somos correspondidos. Ao mesmo tempo em que estes ocupam a posição de superiores nesse território e têm todas as vantagens, é também sobre eles que recai toda e qualquer expectativa e frustrações.

Como exemplo disso, tem-se a criação dos corredores BRS (Bus Rapid Service) no Centro do Rio, em Copacabana, Ipanema e Leblon, que buscam não só normatizar os pontos de ônibus, mas também uma distribuição destes de forma mais eficaz, tanto para os que usufruem quanto para os que estão ao redor. Apenas a criação não foi suficiente para que se seguissem as novas regras, foi necessária uma implementação de fiscais e radares eletrônicos para forçar não só os condutores a respeitarem os limites dos pontos de ônibus como também conscientizar a população da nova regra, para não solicitarem o desembarque fora dos locais demarcados, dando um maior respaldo aos motoristas que querem seguir a norma.

Certa vez, por volta de 12h, na ida da universidade para o trabalho, havia vários estudantes dentro do ônibus fazendo algazarra, rindo, brincando e mexendo com quem passava na rua. Até que ao deram o sinal para descer e um pouco antes do ponto, enquanto estávamos parados no sinal, um motoboy começou a buzinar e chamou a atenção do condutor ao segurar parte de um assento do banco que pertencia ao ônibus. O motorista na mesma hora parou e o motoboy disse que um dos meninos havia lançado parte do assento na rua e que por sorte não havia machucado ninguém, inclusive o próprio motoboy, que teve que desviar do objeto. O condutor começou a questionar quem havia feito aquilo, pois alguém tinha que arcar com as consequências não só morais como também financeiras, se não quem ia ter que bancar seria ele. Como ninguém se propôs a falar, o condutor ameaçou dizendo que ninguém ia descer até que o culpado se entregasse. Depois deste anúncio, os meninos se levantaram, uns começaram a pular no ônibus, outros a ameaçar sair pela janela, mas todos falando que não iam delatar e que o motorista tinha que abrir a porta logo, pois estavam com fome. A bagunça foi tomando tal proporção que o motorista acabou por deixar todos irem para que não depredassem ainda mais o ônibus.

Howard S. Becker (1977), em suas análises sobre os desviantes (ou *outsiders*), fala que todos os grupos sociais possuem suas regras e os que as infringem são vistos como os desviantes. Desta forma, o desvio não se refere à qualidade do ato que a pessoa comete, mas a sua consequência perante o outro, ou seja, o ato do desvio depende de como as pessoas reagem a ele, depende da avaliação no processo de julgamento. No caso dos meninos, o que delatasse o autor do vandalismo seria o desviante e para o motorista o grupo era desviante na medida em que não acatou suas ordens enquanto superior. Logo, no momento em que, mesmo que não agregue a todos, há um grupo de passageiros mais coeso, a relação superior/inferior sofre fissuras ou mesmo se inverte. Não é sempre que vimos motoristas reagirem desta forma com os passageiros que fogem do comportamento habitual, assim como não é comum aos pertencentes ao grupo transitório a não obediência.

A probabilidade deste comportamento não se repetir em outros ambientes onde há um

maior apreço ou regras mais rígidas é enorme. Um bordão muito utilizado é o de que “se fosse na casa dela não faria determinada coisa”, ou seja, em casa esses jovens não se comportam desta maneira, não arrancam o assento do sofá e o jogam pela janela. DaMatta (2010) analisa esta distinção de comportamento entre a casa e a rua:

O que se observa nos comportamentos adotados na *rua* é que eles são exato oposto daquilo que ocorre na *casa*, quando essas mesmas pessoas estão juntas dos seus amigos, servidores, parentes. As reações negativas são constantes quando focamos o modo pelo qual pedestres e condutores de veículos confrontam-se e medem-se no trânsito, engendrando aquilo que todos chamam e classificam como incivilidade e violência. Uma violência assustadora, mas tolerada e até mesmo esperada, que aflora na forma de um número infinito de gestos grosseiros e numa epidemia de acidentes cujo fundo tem ligação direta com um estilo específico de construir, ocupar e usar o espaço público, seja como pedestre ou como condutor [...], promovendo um conjunto de atitudes extremamente agressivas – típicas, aliás, do desempenho brasileiro nos espaços públicos”.

A interação que se dá na rua é vinculada ao desconhecido, ao receio do contato com o outro. A nossa “mentalidade hierárquica, que induz a graduar pessoas, objetos e espaços verticalmente ordenados – entre *superiores* e *inferiores* –” passa a conviver com a nossa idealização da igualdade de todos nos espaços públicos. Essa coabitação dentro do ônibus gera uma “combinação de igualdade coercitiva com hierarquia habitual e costumeira, [o que] produz esses surtos de *malcriação* e *agressividade* que tipificam o trânsito no Brasil” (DAMATTA, 2010).

Há, portanto, uma verticalização nas diversas esferas que coexistem neste transporte de massas, inclusive entre pertencentes de um mesmo grupo. O fato de este ato reunir “indivíduos de distintas categorias sociais para participar [...] de um evento específico” [17] (VELHO, 1994) não é o suficiente para garantir uma coesão de pensamentos e juízos de valores enquanto grupo. Como exemplifiquei com o rapaz que tentou entrar sem pedir a permissão e causou estranhamento e temor por parte dos demais passageiros ou como quando os motoristas não uniformizados respeitam as regras impostas pelo uniformizado.

2. Considerações finais

Ao final, quando optamos por nos deslocar de um local ao outro utilizando o ônibus urbano, “existe a necessidade de conformar-se a um grupo frequentemente percebido como *mal-educado* (...) [e que] estão sujeitos a atrasos e uma viagem sobre a qual não têm controle” (DAMATTA, 2010). Assim como “uma pessoa pode pertencer a inúmeros grupos que estão às vezes em oposição entre si ou unidos contra outro grupo. Como muitas relações e interesses podem interseccionar-se em uma pessoa” (GLUCKMAN, 1986). Ao sairmos de casa nos sujeitamos a uma vida intensa e muitas vezes de caos. Na rua, deparamos-nos com um tráfego desordenado não só de meios de transporte como os carros e os ônibus, mas também de pedestres, que por diversas vezes não respeitam a sinalização e muitas vezes invertem seus papéis.

A percepção que temos é a de que “a imprudência, o descaso e a mais chocante e irreconhecível incivilidade brasileira no trânsito decorrem da ausência de uma visão igualitária de mundo” (DAMATTA, 2010). Talvez se houvesse um maior entendimento por parte dos

passageiros da jornada e as metas a serem cumpridas por estes funcionários urbanos, o quão estressante pode ser a luta diária deles contra o relógio e com o trânsito, teríamos menos conflitos no ônibus. E se os motoristas fossem mais sensíveis às limitações de alguns passageiros e os vissem não apenas como clientes de um serviço precário, mas também como seres humanos, talvez não os colocassem em tantas situações de risco. Mas o contexto em que ambos se inserem é movido a tanta pressão (tempo, dinheiro, outros conflitos fora do ambiente ônibus) que quase não há espaço para um se sentir responsável pelo outro.

DaMatta (2010) aponta uma saída propondo uma mudança de hábitos, “esperando, cedendo a vez, aguardando plácida e confiantemente seu momento de trafegar e, acima de tudo, tomando conhecimento e calculando com tranquilidade a presença e o movimento do outro”. Mas, diante da dificuldade de negociar com o outro, como vamos nos despir desse hábito de nos posicionarmos enquanto superior ou inferior a alguém e deste individualismo que cada vez se mostra mais presente em nossa sociedade?

É preciso uma conscientização dos cidadãos enquanto pertencentes e ativos no funcionamento da cidade. No trânsito, torna-se necessária uma reeducação dos condutores e pedestres para se portarem não de maneira agressiva, mas sim cientes do seu espaço e do espaço do outro. E que se reavaliem as condições de trabalho dos condutores dos transportes de massa para que possam ser menos estressantes, para então almejarmos um melhor convívio nos deslocamentos. 🌱

NOTAS

* A autora, à época da submissão do artigo, cursava o 8º período do curso de Ciências Sociais, na Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: luisasurerus@yahoo.com.br.

[1] Notícia “Rio é a cidade onde moradores mais perdem tempo no trajeto casa-trabalho” disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/9/11/trajeto-casa-trabalho-leva-ao-menos-duas-horas-em-oito-capitais-diz-firjan.htm>> Acesso em: 11/9/2015.

[2] Esta definição é operacional e abrangente. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/1720/definicao_transporte_borges.pdf> Acesso em: 1/3/2013.

[3] Definição estabelecida no site do Ministério do Trabalho, código 7824: Motoristas de ônibus urbanos, metropolitanos e rodoviários. Disponível em: <<http://www.mteco.gov.br/cbsite/pages/pesquisas/BuscaPorTituloResultado.jsf>> Acesso em: 7/9/2015. É preciso ressaltar que também chamarei ao longo do trabalho o motorista de ônibus urbano de condutor ou piloto por serem termos utilizados no campo.

[4] Definição dada pelo Dicionário Michaelis. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/passageiro/>>. Acesso em: 2/3/2013.

[5] Notícia “Principal meio de locomoção dos brasileiros é andar de ônibus ou a pé”, disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/10/principal-meio-de-locomocao-dos-brasileiros-e-andar-de-onibus-ou-pe.html>> Acesso em: 14/10/2015.

[6] “Transporte público e coletivo é todo aquele meio de transporte que é proporcionado pelo

poder público e que atende a todos os cidadãos, sem qualquer distinção de classe, gênero, cor, orientação sexual, procedência nacional ou outras formas de discriminação. O Estado tem obrigação de prestar esse serviço e é responsável por ele mesmo quando não o opera diretamente e utiliza a prestação de serviços de empresas privadas. É importante inserir o acesso ao transporte em uma lógica de direito básico: ele não é uma mercadoria, em seu serviço deve haver normas que respeitem a população, seu preço não pode variar de acordo com os interesses de um seletivo grupo de empresas, sejam estas estatais ou privadas, e, principalmente, ele não é um favor prestado à população e sim um direito que deve ser cotidianamente cobrado pela sociedade e aperfeiçoado pelo Estado.” (GUIA DE DIREITOS, 2013).

[7] Reconheci-o de outras viagens realizadas antes e depois do acontecimento.

[8] Dentro do ônibus existe uma placa acima do motorista que diz “Fale com o motorista somente o indispensável”, ou seja, apenas alguma dúvida que o passageiro tenha quanto ao percurso, possíveis problemas com o veículo, entre outras questões que sejam de extrema importância e que apenas o motorista possa solucionar ou auxiliar.

[9] Termo utilizado pelos condutores quando querem dizer “dirigir o ônibus”. O pilotar também está associado às dificuldades enfrentadas no trânsito e às exigências das empresas para com o motorista como, por exemplo, o tempo para percorrer o trajeto exigido pela linha de ônibus, para que possa fazer mais viagens em menos tempo.

[10] Outro exemplo é quando o passageiro está com malas ou sacolas ou qualquer questão que o impossibilite de entrar pela porta dianteira devido à catraca. Primeiramente, ele tem que ir até o motorista para lhe perguntar se é possível abrir a porta traseira para que ele possa embarcar.

[11] Já presenciei situações em que não havia bancos disponíveis e um colega de trabalho do motorista ocupava seu banco e parte do banco do outro para sentar de lado e conseguir manter o diálogo com o trocador, sendo este à distância. Ou então sobem 3 ou 4 e cada um se senta em um banco, ocupando-o todo, conversando alto e de tanto em tanto chamando o motorista para o assunto.

[12] Não como vemos no dicionário, seu sentido literal, mais relacionado à expressão popular de “luta diária”. Definição dada pelo Dicionário Michaelis: “Competição em que dois indivíduos desarmados se enfrentam, corpo a corpo, procurando derrubar um ao outro utilizando golpes que respeitem, rigorosamente, o regulamento”. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=luta>>. Acesso em: 4/3/2013.

[13] Esses outros são os que não estabeleceram uma identidade social no grupo (parentesco, amizade, código de valores, etiqueta), são pessoas em trânsito ou novas, sem clara identidade social (REZENDE, 2004).

[14] Denominação utilizada pelos próprios motoristas ao se referirem ao trajeto que devem percorrer em determinada linha em que trabalham. Linha se refere ao número do ônibus. Ex: Linha 415 faz a viagem que parte do bairro Usina (Zona Norte) e tem seu ponto final no bairro Leblon (Zona Sul). Disponível em: <<http://www.viacaoalpha.com.br/>> Acesso em: 18/2/2013

[15] “Já encontrei mais de uma vez cobrador sonolento que tinha dobrado. Para o motorista parece ainda mais custoso. Em pesquisa com rodoviários no Rio de Janeiro, Ramos também constatou a prática generalizada da dobra. O pagamento é feito logo, muitas vezes no mesmo dia – “é pago na mão”, como disse um motorista da Mosa. É “sequinho” porque vem por fora, antes, íntegra. (...). É a jornada flexibilizada, tornada banco de horas.” (CAIAFA, 2002)

[16] Outra maneira de denominar o ônibus.

[17] Gilberto Velho (1994) faz esta afirmação ao analisar um ajuntamento de pessoas em Copacabana, mas, que também podemos comparar com o ajuntamento de pessoas no interior de um ônibus.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. R. M., OLIVEIRA, J. M., JESUS, M. S., SÁ, N. R., SANTOS, P. A. C., & LIMA, T. C..

Transporte público coletivo: discutindo acessibilidade, mobilidade e qualidade de vida. *Psicologia & Sociedade*, 23(2). Aracaju, 2011, p. 574-582.

Auto Viação Alpha. Disponível em: <<http://www.viacaoalpha.com.br/>> Acesso em: 18/2/2013

BECKER, Howard S. **Uma teoria da ação coletiva**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

_____. **Outsiders:** estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

CAIAFA, Janice. **Jornadas urbanas** Exclusão, trabalho e subjetividade nas viagens de ônibus na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Ed. FGV, 2002.

DAMATTA, Roberto; VASCONCELLOS, João G. M.; PANDOLFI, Ricardo. **Fé em Deus e pé na tábua:** Ou como e por que o trânsito enlouquece no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.

_____. **Carnavais, malandros e heróis** Para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

_____. **O que faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

Definição de Transporte Coletivo Urbano disponível no site da Câmara. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/1720/definicao_transporte_borges.pdf> Acesso em: 1/3/2013.

Dicionário Michaelis. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/>> Acesso em: 25/2/2013.

ELIAS, Norbert; SCOSTON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders:** Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

GLUCKMAN, Max. Análise de uma situação social na Zululândia Moderna. In: BIANCO, Bela Feldman (org.). **Antropologia das sociedades complexas**. São Paulo: Ed. Global, 1986, p. 237-365.

Guia de Direitos. Disponível em: <http://www.guiadedireitos.org/index.php?option=com_content&view=article&id=1248> Acesso em: 1/3/2013.

PRINCIPAL meio de locomoção dos brasileiros é andar de ônibus ou a pé. O Globo, Brasília, 14 out.2015. Disponível em:<<http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/10/principal-meio-de-locomocao-dos-brasileiros-e-andar-de-onibus-ou-pe.html>> Acesso em: 14/10/2015.

RIO é a cidade onde moradores mais perdem tempo no trajeto casa-trabalho. *UOL*, Rio de Janeiro, 11 set.2015. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/09/11/trajeto-casa-trabalho-leva-ao-menos-duas-horas-em-oito-capitais-diz-firjan.htm>> Acesso em: 11/9/2015.

REZENDE FIGUEIRA, Ricardo. **Pisando fora da própria sombra** A escravidão por dívida no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose** Antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

WEID, Elisabeth von der. **O bonde como elemento de expansão urbana no Rio de Janeiro**. Fundação Casa Rui Barbosa, n. 16. Cidade do México, 1994. p. 78-103.

Recebido: 14/12/2016

Aprovado: 31/10/2018

SENTIDOS DO RETRATO: ROSTOS QUE SE EXPRESSAM E SE CALAM

MEANINGS OF THE PORTRAIT: FACES THAT EXPRESS AND SILENCE THEMSELVES

*Vitor Rodrigues Ferreira**

Cite este artigo: FERREIRA, Vitor Rodrigues. Sentidos do retrato: rostos que se exprimem e se calam. **Revista Habitus:** Revista da Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v.16, n. 1, p. 104 – 118. 2018. Semestral. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/habitus>>. Acesso em: março, 2019.

Resumo: No presente trabalho, procuro discutir de forma livre algumas das possibilidades para se pensar os retratos e, invariavelmente, o rosto humano. Destaco um paradoxo levantado por Courtine e Haroche em “História do Rosto”: o mesmo rosto que se cala é aquele que se expressa. Seguindo por exemplos de diversos usos do retrato e do rosto, termino por propor pensá-los ambos enquanto linguagem.

Palavras-chave: Retrato; Rosto; Sociologia; Imagem.

Abstract: In this present paper, I intent to discuss some possibilities to think portraits and, invariably, the human face. I highlight a paradox discussed by Courtine and Haroche in “History of the Face”: the same face that becomes silent is the one who express itself. Following examples of different uses of the portraits and the face, I end this work proposing a way to think both of them as language.

Keywords: Portrait; Face; Sociology; Image.

Não é com grande frequência que encontramos nos estudos clássicos da sociologia discussões acerca da imagem. Ainda assim, a disciplina vem dedicando atenção crescente ao tema nos últimos anos. Grupos de trabalho se formaram com o intuito de promover o debate sobre a visualidade da vida social e refletir sobre as potencialidades e os limites do uso das imagens nas ciências sociais. Mesmo assim, afirmar que as imagens não compõem as nossas pesquisas somente enquanto recursos ilustrativos ainda se faz uma tarefa fundamental. A potencialidade de seu uso é vasta e ainda há muito o quê ser explorado. Parto da premissa de que a imagem é um objeto fundamentalmente caro ao sociólogo, tendo em vista que vivemos em um mundo repleto delas. Muito mais do que um acessório ao texto, ela deve ser entendida enquanto um fenômeno social complexo.

As imagens possuem sentidos. Elas estão sempre integradas a relações sociais: são produzidas, exibidas, trocadas, vendidas, expostas por e para pessoas em relação. Não só isso, as imagens comunicam; elas comportam conteúdos visuais abertos à interpretação que também provocam impressões específicas nos sujeitos que as observam. Diferentes são as possibilidades de se refletir sobre o caráter social das imagens, inclusive porque diferentes são suas formas (fotografia, pintura, desenho, etc.). Bourdieu, por exemplo, as toma enquanto prática social (Bourdieu, 2006). Para o autor, as imagens assumem uma função social específica para determinado grupo que as encomenda e mantém. Já Warburg (2013) as utiliza enquanto recurso para compreender aspectos da organização social da época em que foi produzida, enfatizando o processo de negociação que precede sua execução (no caso, de uma pintura). Lilia Schwartz (2014), por sua vez, reflete sobre o uso de imagens enquanto fontes históricas. Para a autora, as imagens possuem conexões entre si e, dialogando umas com as outras através de uma relação formal, produzem sentido próprio. Técnicas e modos de registrar o real são repetidos e se tornam convenções ou inovam, abrindo portas para novos percursos na História da Arte. Além disso, a autora evidencia que as imagens também produzem (e são produzidas a partir de) um imaginário coletivo sobre a realidade. Schwartz destaca o papel das imagens na criação de uma identidade nacional brasileira durante o Segundo Império, através de fotografias que reproduziam e reconstruíam as percepções sobre o Brasil no final do século XIX: apagamento de negros e elevação da beleza exótica do Brasil natural, suas paisagens e seus índios.

Não é meu intuito aqui discutir profundamente sobre a apropriação das imagens pela Sociologia, mas, antes, atravessar algumas questões pertinentes a um tipo específico de imagens: o retrato. Trata-se de um gênero da pintura, desenho e fotografia definido por representar uma ou mais pessoas – mas será sobre os retratos individuais que me concentrarei neste texto. Quando falamos em retrato, falamos em rosto. Não se reconhece uma pessoa pelo tronco ou membros, mas pelo rosto. Acredito poder dizer que o rosto que define o retrato, na medida em que uma imagem não é um retrato sem um rosto, mas uma imagem cujo conteúdo seja exclusivamente um rosto é reconhecida coletivamente como um retrato. Tal ênfase sobre o rosto humano não se restringe a uma convenção entre artistas. A face humana ocupa uma posição de fundamental importância em toda a cena social. É através dela que reconhecemos uns aos outros e que travamos alguns tipos de interação.

A partir de uma breve história dos modos de interpretar o rosto e de representá-lo em retratos, busco investigar alguns de seus sentidos e suas possíveis transições através da modernidade. Nas seções II e III, procuro pensar sobre as transformações que o rosto atravessa na modernidade e os modos através dos quais, constituindo o paradoxo identificado por Courtine e Haroche (2016), ele se exprime e se cala. As imagens se inserem neste momento do texto como um recurso para ajudar a desvendar a história do rosto. Além disso, elas são também meu objeto de estudo, sobretudo na seção IV, na qual me concentro em abordar os retratos e sua expressividade sobre o sujeito retratado.

5. O rosto como expressão do sujeito moderno

Para Simmel (2016), a importância tamanha atribuída pelos artistas ao rosto é por eles justificada uma vez que, conforme acreditam, seria no rosto que a alma humana se instala e melhor se manifesta. O autor, por sua vez, procura investigar quais propriedades singulares do rosto provocam em nós tamanha inquietação. De acordo com Simmel, o espírito humano tem como função, a partir do caos, agrupar e organizar elementos, produzindo unidades. Numa direção inversa, como mais “espiritual” reconhecemos aquilo que é produto de uma interação viva. Por “interação viva” [*Wechselwirkung*], o autor entende um sistema de relações muito estreitas entre as partes de um sistema, no qual seus diferentes elementos só adquirem sentido quando analisados em conjunto, observando a aparência do todo. O rosto é o exemplo máximo disso e por isso uma aura tão forte o circunda. Suas partes são tão conectadas entre si, de modo que qualquer alteração (tanto de sua morfologia natural, quanto de sua expressão) altera dramaticamente a forma do conjunto. A diversidade tão grande de elementos que compõem o rosto produziria, em contrapartida, uma unidade consistente, capaz de agrupar todos os seus elementos e extrair deles um produto, a expressão de uma individualidade; a alma que por trás dele se esconde.

Nem sempre, contudo, o rosto foi representado da maneira como o é hoje. A representação do rosto assumiu diferentes funções ao longo do tempo, em especial na arte. A arte da pré-história nos fornece estatuetas de mulheres sem rostos, muitas vezes sem qualquer linha, ponto ou fissão que lembre a face humana, apesar das vulvas esculpidas em detalhes (Fig. 1). Se na Idade Média as faces das figuras humanas eram reproduções dos rostos sagrados à Igreja Católica (Fig. 2), foi na transição para a modernidade que os retratos individuais, frontais ou semi-frontais, começaram a aparecer em maior frequência e do culto aos ídolos sagrados, passou-se a representar a singularidade e a beleza do sujeito privado humano. Para os autores de “*A História do Rosto*” (Courtine e Haroche, 2016), esse processo é correlato ao surgimento do indivíduo moderno, fenômeno tematizado por Philippe Ariès[1], Simmel[2] e Sennet[3]. É no princípio desse momento que o rosto se torna o centro das percepções sobre si mesmo e sobre o outro, sendo entendido como a forma através da qual o sujeito se exprime.



FIGURA 1 – *Mulheres sem rosto*. "Venus" de Willendorf c. 24.000-22.000 a.C. Calcário oolítico 11.1 cm de altura (Naturhistorisches Museum, Vienna).



FIGURA 2 – *Os rostos na idade média eram réplicas de ícones sagrados, e não expressão da singularidade humana*. *Vierge au Pavot*. Paolo Veneziano. c. 1325. Painel 98 x184 cm São Pantaleão, Veneza.

Na obra "*História do Rosto*", Courtine e Haroche (2016) reconstituem a relação do homem com os rostos, através de livros de fisiognomonia e manuais de civilidade e retórica. Entre os séculos XVI e XVII, o rosto foi tido como a janela da alma, porta através da qual as paixões interiores melhor se manifestavam. A fisiognomonia era, nesse período, a ciência que se dedicava a estudar essas conexões do corpo com a alma, permitindo assim melhor se compreender as intenções do outro e também desbravar o interior de si próprio. Contudo, muitos foram os caminhos trilhados pela fisiognomonia. Partindo de uma morfologia dos traços naturais, ela se transforma no século XVII em uma ciência das expressões humanas.

No início da Renascença, a fisiognomonia se aproximava da semiologia médica, com a diferença de que, ao invés de buscar explorar o homem doente, procurava trazer a tona o homem

interior, psicológico. Traços naturais indicavam aspectos da alma e o rosto era tido como um resultado dos temperamentos, que, quando seco, úmido, quente ou frio, proporcionavam fenótipos específicos. Ao longo dos anos, entre os séculos XVI e XVIII as duas áreas vão se tornando cada vez mais autônomas uma da outra: a medicina ia se estabelecendo enquanto área legítima do conhecimento e a fisiognomonia enquanto um conhecimento marginal [4]. (ver Fig. 3)

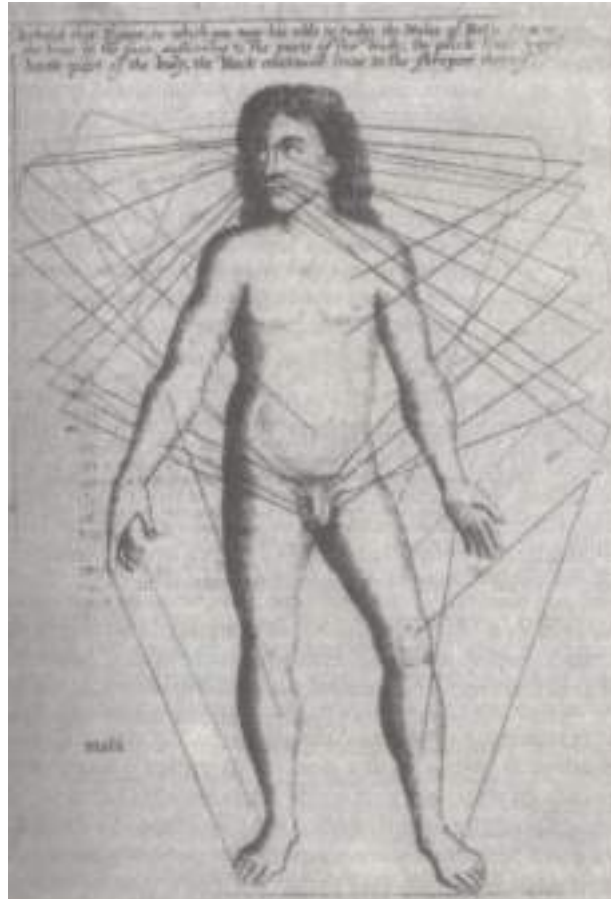


FIGURA 3 – O rosto como uma unidade que reúne em si o macrocosmo, um resumo do próprio corpo. SAUNDERS, R. *Physiognomie and Chiromancie, Metoposcopia, the Symmetrical Proportions and Signal Moles of the Body*. 2. Ed. Londres, 1671. Apud. Courtine, JJ; Haroche, C. *História do rosto: exprimir e calar emoções*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes. 2016 pp. 54 (BnF)

Aliada à fisiognomonia no século XVI, seguia a metoscopia – leitura dos rostos, semelhante à quiromancia. Sua prática e estudos partiam do pressuposto de que o destino dos homens estava marcado na face: um destino traduzido no corpo na forma de uma marca da qual não se pode escapar, um estigma. Manchas, cicatrizes e outros traços identificavam os justos e os injustos, os bem e os mal afortunados. Numa linha semelhante, a fisiognomonia astrológica se dedicou a aferir a influência dos astros na composição do rosto, produzindo imagens de faces desprovidas de qualquer expressão ou singularidade [5].

No final do século, o fisiognomonista G. B. Della Porta buscou mergulhar nas profundezas da natureza humana através de comparações entre a morfologia humana e animal. Em sua obra “*Physionomie humaine*”, traça analogias entre espécies, criando silogismos do tipo: todos os leões têm grandes extremidades; todos os leões são fortes; alguns humanos têm grandes extremidades,

logo alguns humanos são fortes (ver Fig. 4). Apesar da ênfase na zoomorfologia, Porta põe em jogo pela primeira vez, ainda que muito timidamente, um novo elemento: o rosto se move. Para Della Porta os olhos eram, acima de todo o rosto, uma janela direta para a alma e por isso se dedicou a analisá-los com especial atenção. Esses olhos, que sempre se movimentam, trazem consigo a expressão [6].



FIGURA 4 – *Feições do homem e do leão, aproximações da fisiognomonia zoomorfológica.* DELLA PORTA, G. B. Della fisionomia dell'huomo. Livro 6 [1586]. Pádua: Tozzi, 1623. Apud. Ibid.pp. 67 (BnF)

A expressão é trazida de fato à tona somente na segunda metade do século XVII, quando as demais correntes da fisiognomonia antes citadas perdem expressividade, em especial com as proibições da Igreja. As comparações zoomórficas são realocadas para o lugar da sátira e da caricatura. Com a mudança de perspectiva, o rosto não mais apresenta uma linguagem natural que pode ser lida de imediato, mas passa a possuir inscrições que se movimentam através de “regras articuladas em código”[7]. É essa movimentação que precisa ser lida e interpretada. Trata-se do surgimento do rosto expressivo. A obra “*Conférences sur l’expression des passions*” de Le Brun é produzida nesse sentido, trazendo consigo um alfabeto das paixões – raiva, medo, etc. – que afetam o traço morfológico, reconfigurando as expressões do rosto[8]. (Fig. 5)

O rosto então reconfigura suas partes diante das paixões, traduzindo a emoção. Se a fisiognomonia vai, entre os séculos XVI e XVII, da morfologia ao movimento, por uma história semelhante segue o retrato. Para Simmel (2016), o retrato tem como primeira tarefa trazer a aparência humana consigo, mas não é só isso. Há também sob o rosto uma alma escondida que dele não consegue se separar e que à sua forma confere sentido. Na verdade, não é que a alma esteja de fato incrustada na imagem da face, mas elas duas são conectadas pelo espectador, que não consegue se contentar somente com a aparência, justamente porque nos é preciso dar um sentido – conferindo assim uma unidade – às infinitas formas isoladas que compõem o rosto.

De um ideal de universalidade se chega à singularidade através da expressão. A alma humana já estava presente nos retratos do Renascimento, mas eles eram deduzidos de padrões universais (Fig. 6) de beleza ou astrológicos. Nas obras barrocas, por outro lado, o rosto é tomado

pela expressão (Fig. 7 e Fig. 8), assim como a própria composição do retrato é tomada por luzes dramáticas (comentarei sobre no final do artigo). Simmel comenta a mudança em seu livro sobre Rembrandt (1996). Na contemporaneidade, o retrato segue por novos rumos. Se na fotografia a forma do rosto ainda tende a ser preservada, buscando-se manter certos traços da face visíveis na imagem para conseguir, através de pose e iluminação adequadas, reconhecer o fotografado; em tendências da pintura contemporânea que partem do expressionismo, essa mesma forma é superada pela representação da própria alma (Fig. 9 e Fig 10). A forma geral do rosto ainda está lá – e somente é visível graças à força que o rosto, enquanto essa “interação viva”, possui, mas esses retratos são dominados pelas expressões e sentimentos que se manifestam diretamente da alma nas cores e pinceladas e texturas.

É difícil precisar as transformações pelas quais os usos cotidianos do rosto passaram ao longo da modernidade. Contudo, a partir das questões elencadas por Schwartz e comentadas na introdução do artigo– as imagens estão em conexão direta com a realidade social e histórica, elas se produzem uma à outra –, podemos nos perguntar de que modo essas transformações nos discursos sobre o rosto e sobre as formas de representá-lo podem estar associadas a novas formas de mobilizá-lo cotidianamente.



FIGURA 5 – *A expressão começa a ser estudada.* LE BRUN, C. Estudos do olho. Apud. Ibid. pp. 84 (Museu do Louvre)



FIGURA 6 – *Rostos belos, mas genéricos.* Andrea del Sarto, Lucrezia Di Baccio Del Fede, A esposa do Artista. c. 1513-1514. Óleo sobre painel. 56 x 73 cm (Museo del Prado, Madrid)



FIGURA 7 – *O Rosto ganha movimento.* Rembrandt, Autoretrato. c. 1630. (Germanisches Nationalmuseum)



FIGURA 8 – Se comparado às imagens de Cristo da Idade Média, para além das diferenças estéticas, o retrato de Rembrandt é carregado de sentimento e humanidade. Rembrandt, Rosto de Cristo. c. 1650-1652. Óleo sobre a tela. 75,2 x 60 cm. (Gemäldegalerie, Berlim).

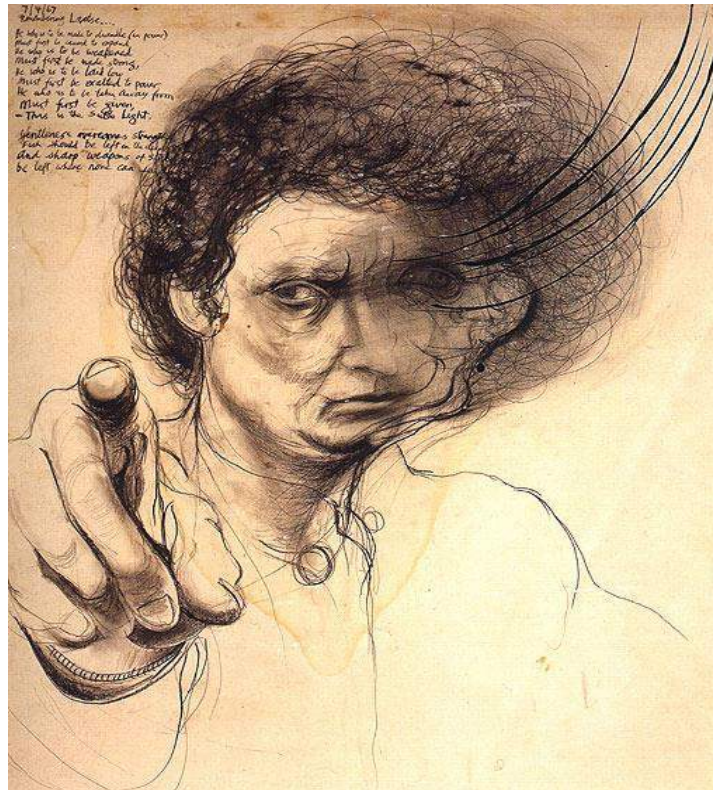


FIGURA 9 - Brett Whiteley, Auto Retrato, Remembering Lao Tse (Shaving off a Second). 1967.



FIGURA 10 – Jaeyeol Han. Passersby, Graze Oil bar on Linen 34x22.1cm 2013

6. O rosto como linguagem

Courtine e Haroche identificam um paradoxo. Quanto mais o rosto se expressa ao longo do século XVII, mais ele se cala. À medida que as percepções coletivas sobre o rosto o identificam como capaz de revelar os segredos mais profundos da alma, os sujeitos não precisam só compreender seus próprios rostos, mas ocultá-los. Com a emergência da expressão, o rosto revela através do movimento e com isso precisa ser domesticado para que não fale demais. Para os autores, com a modernidade se desenvolve uma retórica do rosto, que emerge em termos de civilidade, racionalização e controle: trata-se de um processo individual, ao mesmo tempo em que é uma tecnologia política. Para além da civilidade de corte descrita por Elias, a civilidade erasmiana – uma civilidade da linguagem – teve um papel decisivo nesse processo. Com o fim da Idade Média, as relações sociais pautadas na hierarquia hereditária estamental são superadas, o que provoca a necessidade de se desenvolver uma retórica da linguagem, uma capacidade de se comunicar. Nisso, saber o que se pode dizer em público, como dizer e, especialmente, o que não se deve dizer, torna-se uma habilidade de extremo valor. Dominar a linguagem passa pelo controle de si, entendendo aqui linguagem não somente enquanto o domínio das palavras, mas a expressividade do próprio corpo.

A observação do rosto sistematizada pela fisiognomonia configura-se então como um instrumento para governar e educar a si mesmo, mas também aos outros. O rosto e a linguagem, da qual nada escapa, passaram a ser atravessados por uma moralidade paradoxal, que *“ao passo que segue em busca de uma transparência nas relações sociais, desvendando a intenção do outro pelo rosto, contribui para o desenvolvimento do individualismo dos costumes, codificando as condutas, as tornando mais complexas e opacas”*[9].

Essa obrigação moral disciplina o corpo a se calar e se expressar quando preciso. No texto *“Expressão Obrigatória dos Sentimentos”*, originalmente escrito em 1921, Marcell Mauss identifica a existência de uma obrigação moral de manifestar sentimentos através do corpo, das lágrimas, gritos, das expressões do rosto em mulheres de diferentes sociedades não ocidentais durante ritos funerários. Para Mauss, não é só uma consonância de sentimentos; é um encargo coletivo em momentos específicos. *“A pessoa, portanto, faz mais do que manifestar os seus sentimentos ela os manifesta a outrem, visto que é mister manifestá-los. Ela os manifesta a si mesma exprimindo-os aos outros e por conta dos outros.”*[10]. A finalidade desses ritos é demonstrar de uma parte à outra que os sentimentos são compartilhados dentro de uma relação específica (parental). O riso e o choro, portanto, não são simples expressões dos sentimentos, eles são signos compartilhados coletivamente. O rosto enquanto corpo e “alma” é composto por um conjunto de significantes e significados, produto da relação de suas partes que, quando manipuladas, produzem uma mensagem que é compreendida e compartilhada, adquirindo assim um caráter/sentido coletivo (produzem um sentido que é compreendido e compartilhado.). Assim, o entendo enquanto linguagem.

O rosto é capaz de transmitir mensagens a respeito de seu interlocutor, mas sempre de forma perigosa. O que se expressa nem sempre condiz com aquilo que se verbaliza. Isso confere à

interação face a face uma dinâmica particular, tema amplamente discutido por Goffman. O sociólogo de Chicago é reconhecido na sociologia por evidenciar como as interações humanas, em um jogo de impressões, elaboram a vida social. Para ele, os sujeitos produzem impressões dos outros e tentam produzir impressões específicas de si mesmos nos outros conforme interagem (1983). Goffman destaca a interação face a face como uma categoria de eventos de particular importância, a qual aborda em “*Ritual de Interação*” (2011). Elas são marcadas pelo desafio enfrentado pelo interlocutor de elaborar um padrão coerente entre atos verbais e não verbais. Existe uma espécie de valor social positivo compartilhado entorno daquele que consegue manter uma consistência entre tudo aquilo que diz e expressa (fachada), o que termina por definir os rumos da interação, afirma o autor. Mas fazê-lo não é simples, pois há sempre uma tensão entre essas diferentes formas de se expressar. O rosto enrubescce, estremece, se contrai, se espanta; e tudo isso pode pôr a fachada do sujeito em cheque.

7. O rosto como metalinguagem do rosto

Como vimos, o rosto fala. Não só isso, o rosto é educado a se comunicar, a se expressar, controlando sua própria forma, exprimindo sinais que são reconhecidos e esperados coletivamente. Assim sendo, não poderia ser qualquer imagem do rosto a ser reproduzida na tela ou no papel fotográfico. O retrato registra um rosto específico que não é fiel ao real, mas, do contrário, uma representação da realidade mais ou menos próxima da imagem original do rosto, porém sempre mediada por relações humanas. Partindo da abordagem de Warburg, devemos lembrar que essas imagens são frutos de negociações entre aqueles que encomendam as imagens e aqueles que as executam, sendo o resultado dessa relação determinante para o conteúdo final do retrato. Peter Burke (2017) discursa sobre a tensão entre artificialidade e realidade no retrato. O retratista se vê diante da complexa tarefa de conciliar a atenuação de traços tidos como grosseiros, tornando os rostos de seus clientes mais belos, ao mesmo passo que precisa realizar uma reprodução fiel da face, ao ponto de que o retratado se reconheça e seja reconhecido por seus pares.

Os retratados buscam produzir uma imagem específica de si próprios através do retrato e isso é acordado em alguma medida com o pintor ou fotógrafo, questão tematizada por Miceli (1996). Eles vestem suas melhores roupas e pedem para serem transportados para cenários diferentes dos originais, que em conjunto com o rosto compõem na imagem a sua “alma”. O retrato pode ser definido, como o fizemos, enquanto a imagem do rosto, mas não é só isso. A alma por trás desse rosto se constrói também a partir do cenário, da luz, das cores, dos objetos em cena, da pose e toda uma diversidade de elementos que escapam ao próprio retratado.

Quem desenvolve sobre esse aspecto das imagens é Roland Barthes (1990). Para o autor, a fotografia, o desenho e a pintura são mensagens análogas ao real. Todas essas artes que imitam a realidade através da imagem apresentam duas mensagens: uma denotada e outra conotada. A primeira corresponde àquilo que carregam de semelhante da realidade. A segunda pode constituir o que o autor chama de estilo: uma parte da mensagem que deriva do tratamento dado à imagem pelo artista, que acessa um repertório simbólico universal e transmite uma mensagem

suplementar de significado estético ou ideológico. O desenho e a pintura não conseguem ser completamente analógicos. Nesses dois suportes, há sempre uma estilização, uma alteração na transposição da imagem real para a representada que embute significados diversos. A fotografia, por outro lado, pouco sofre dessa estilização. Ainda assim, segundo o autor, essa classe de imagens não é marcada pela objetividade, como uma analogia perfeita do real, mas comporta também uma mensagem conotada. A conotação reside nos aspectos sociais através dos quais a imagem é produzida e captada pelo expectador. Barthes diz:

Por um lado, uma fotografia de imprensa é um objeto trabalhado, escolhido, composto, construído, tratado segundo as normas profissionais, estéticas ou ideológicas, que são também fatores de conotação; e, por outro lado, essa mesma fotografia não é somente apreendida, recebida; ela é lida, ligada mais ou menos conscientemente, pelo público que a consome, a uma reserva tradicional de signos.

A iluminação, o ângulo, o cenário, a composição, a pose do retratado e muitos outros elementos transformam completamente a cena original em uma nova imagem, que é a registrada através do clique (ou da pincelada) e influenciam a análise do público a respeito da cena – e da pessoa, no caso do retrato – em foco. Os produtores de imagens estudam e refletem sobre a influência da manipulação desses elementos ao realizar seus registros, como é o caso *plongée* e *contra-plongée* na fotografia, por exemplo, enquadramentos que podem tornar o fotografado mais vulnerável ou imponente, respectivamente (Fig. 11).

O ângulo, a iluminação, o cenário, a pose e outros diversos elementos são manipulados pelo autor da imagem de modo a, através de uma linguagem que é própria do retrato, transmitir uma mensagem sobre o sujeito retratado. No retrato, o rosto – que é também uma linguagem, conforme já discutido – não é só replicado, mas manipulado, distorcido. Rosto e retrato se articulam juntos na expressão de uma face oculta do sujeito – sua “alma”. Nesse sentido, defendo o lugar do retrato enquanto uma metalinguagem do rosto, ao tecer uma cadeia de conexões entre significantes e significados, de modo a elaborar um rosto: representando sua morfologia, expressão e a alma que ele contraditoriamente esconde e revela.



FIGURA 11 – Pose ereta, roupa branca impecavelmente limpa, olhar voltado para frente e cenário representando o desenvolvimento da União Soviética. O retrato aqui vai muito além da figura de Stalin.

Fyodor Shurpin, A manhã da mãe-pátria, 1946-1948. (Galeria Estatak Tretyakov, Moscou).

8. Considerações finais

Ao longo do presente texto, tentei argumentar que o rosto se comunica e também o faz o retrato. Ambos produzem e transmitem mensagens dotadas de sentidos socialmente reconhecidos. Os conteúdos dessas mensagens e os sentidos de seus usos são estabelecidos social e historicamente. Procurei trazer alguns desses diferentes sentidos do rosto e do retrato e para isso o uso de imagens enquanto evidências de pesquisa e objeto de reflexão foi de importância decisiva. Esse processo, contudo, está aberto para interpretação e transformação. Rostos e retratos estão cotidianamente sendo mobilizados pelos sujeitos no mundo, cabe a nós entender a vasta diversidade de seus sentidos. 🌐

NOTAS

*O autor, à época da submissão do artigo, cursava o 8º período do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: vitorrff@gmail.com

[1] Processo de privatização geral que emerge com a ascensão da burguesia e do Estado moderno e que transforma dramaticamente os modos de vida e as identidades individuais; prezando então pelo isolamento e intimismo. Os sujeitos passam a se colocar de uma nova forma no mundo (Ariès, P.; Chrtier, R. História da Vida Privada. Livro 3: Da Renascença ao Século das Luzes. São Paulo, Ed. Companhia das Letras. 2009.)

[2] O autor alemão, Geoge Simmel, escreve na virada do século XX sobre a impessoalidade característica das relações sociais travadas na metrópole e sobre o individualismo na vida cotidiana, que para ele seriam modos de agir provocados pela ansiedade desenvolvida diante de um número imenso de estímulos aos quais os sujeitos estão expostos no perímetro urbano. Isso fomenta uma interação sustentada no não dito, silenciando o conflito, mas sem o extinguir. Com isso, as relações de oposição seguem cada vez mais acirradas, sem que o sistema exploda, ainda que dois indivíduos separados por um abismo estejam lado a lado no centro da cidade (Simmel, G. A Metrópole e a vida mental. In: Velho, O. G.(cord.), *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro, Ed. Guanabara, 1987.)

[3] Já Sennet traz também a questão do anonimato no espaço urbano, uniformidade e mistura encontro espacial de sujeitos que ocupam diferentes posições sociais. o declínio da vida pública é fundado a partir de uma tensão entre a valorização de um sujeito particular expressivo e a necessidade de se manter publicamente inexpressivo, produzindo uma confusão entre essas duas categorias. SENNETT, Richard. *O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade*. Tradução: Lygia Araújo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.)

[4] Courtine, JJ; Haroche, C. 2016. pp 39-40.

[5] Ibid, pp 58.

[6] Ibid. pp 65-68

[7] Ibid. p 85.

[8] Ibid. pp79-81.

[9] Ibid. p 33

[10] Mauss, M. 1979. p 8.

REFERÊNCIAS

BARTHES, R. A mensagem fotográfica. In: LIMA, Luiz Costa (org.). **Teoria da cultura de massa**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.

- BOURDIEU, P.; BOURDIEU, M. C. “O Camponês e a Fotografia”. **Revista de Sociologia e Política**, nº 26, 2006, p. 31-39.
- BURKE, P. (2001) **Testemunha ocular: o uso de imagens como evidência histórica**. São Paulo, Editora Unesp. 2017. pp 41-49.
- COURTINE, JJ; HAROCHE, C. **História do rosto: exprimir e calar emoções**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes. 2016
- GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**; Petrópolis: Vozes, 1983.
- GOFFMAN, E. **Ritual de interação: Ensaio sobre o comportamento face a face**. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 2011.
- MAUSS, M. **A expressão obrigatória dos sentimentos**. In: Mauss, M. São Paulo: Ática, 1979 [1921] p. 147-53. (Grandes cientistas sociais, 11)
- MICELI, S. **Imagens Negociadas. Retratos da elite brasileira (1920-40)**. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.
- SCHWARTZ, L. M. “Lendo e Agenciando Imagens: o rei, a natureza e seus belos naturais”. **Sociologia & Antropologia**, vol. 04/02, 2014, p. 391-431.
- SIMMEL, G. *Rembrandt, Ensayo de Filosofia del Arte*. Valencia, Artes Gráficas Soler S.A, 1996.
- SIMMEL, G. “O Significado estético do rosto” e “Estética do Retrato”. In: **Georg Simmel, Arte e Vida. Ensaio de estética sociológica**, Glauca Villas Bôas e Berthold Oelze (orgs), São Paulo, Hucitec, 2016, p 95-100 e 101-111
- WARBURG, A. A arte do retrato e a burguesia florentina. In: **A Renovação da Antiguidade Pagã: contribuições científico-culturais para a história do renascimento europeu**. Rio de Janeiro, Contraponto, 2013.

Recebido: 16/01/2018

Aprovado: 30/06/2018

RESENHA DO LIVRO TÃO LONGE TÃO PERTO. FAMÍLIA E “MOVIMENTOS” NA ILHA DA BOA VISTA DE CABO VERDE

BOOK REVIEW

TÃO LONGE TÃO PERTO. FAMÍLIA E “MOVIMENTOS” NA ILHA DA BOA VISTA DE CABO
VERDE

Vinícius Venancio de Sousa*

Referência da obra completa da obra resenhada: LOBO, Andréa de Souza. *Tão Longe Tão Perto. Famílias e “Movimentos” na Ilha da Boa Vista de Cabo Verde*. 2. Ed. Brasília: ABA Publicações. 2014.

Tendo como base a atualização dos dados apresentados em sua tese de doutorado (2007), Andréa Lobo discorre, na segunda edição do seu livro *Tão Longe Tão Perto, Famílias e “Movimentos” na Ilha da Boa Vista de Cabo Verde*, sobre as formas de fazer família na ilha de Boa Vista, em Cabo Verde. O foco dado ao tema pela autora é justificado pela ocorrência de um fenômeno que destoava a ilha dentro do contexto nacional à época de sua pesquisa: a predominância da emigração feminina frente à masculina. Ao contrário da maioria dos estudos sobre migrações, o eixo principal do trabalho recai na vida dos que permaneceram, analisando os impactos da emigração feminina na organização familiar, assim como a circulação de coisas, pessoas, informações e valores entre os que foram e os que ficaram.

O primeiro ponto apresentado pela autora é a necessidade de reedição dos dados, já que a pesquisa de campo foi realizada entre os anos de 2004 e 2005. Após essa crítica sobre os dados, Andréa Lobo parte para uma das principais argumentações da sua obra, isto é, a ideia de mobilidade, que assume maior visibilidade no âmbito dos fluxos migratórios, embora não se restrinja a eles. A necessidade de estar em movimento é fundante do *ethos* migratório cabo-verdiano, que positiva a sua vida através da negação da monotonia. Além disso, embora a migração possa ser vista como uma negação ou oposição do local, representado na ideia da *casa* – local que marca o pertencimento e que gera relações de parentesco que não se restringem ao sangue –, esse fluxo é complementado por ela, uma vez que a ideia do retorno é uma meta na vida das emigrantes.

Como já apresentado, uma dimensão que perpassa toda a obra de Lobo é a formação familiar. Embora na teoria seja esperado que ela siga a tradição portuguesa católica, a prática é marcada por formas familiares diferentes, o que fez com que os habitantes da ilha apresentassem durante o trabalho de campo pela autora a ideia de ‘família desestruturada’, que, segundo os interlocutores, teria origem, dentre outros fatores, na ausência da mãe que partiu para emigração. A ausência física da mãe, combinada com o fator de que o pai boavistense não exerce a paternidade em conformidade com a forma demandada pelo modelo tradicional euro-americano, transfere a criação das crianças para as demais mulheres da família, cuja figura preferencial é a avó materna, mas podendo ser também a avó paterna, irmãs, primas e/ou mulheres da vizinhança. Todavia, é importante salientar que esse modelo familiar no qual a maternidade encontra-se descentralizada da mãe biológica não pressupõe uma desestrutura, apenas um outro modelo de se fazer família.

Após a contextualização da pesquisa, a autora, no primeiro capítulo, discorre sobre *o arquipélago de Cabo Verde e a ilha de Boa Vista*. A ilha de Boa Vista, local da pesquisa, é a terceira maior ilha da localidade,

porém era a menos habitada durante o estudo, onde a população feminina era ligeiramente menor que a masculina. Mesmo com um passado de glórias, é a ascensão do turismo na última década que tem colocado o arquipélago em posição de destaque. Segundo a autora, foi a baixa densidade demográfica da principal povoação da ilha, a Vila de Sal-Rei, que gerou a configuração familiar atual, dentro da qual a solidariedade ao vizinho é essencial.

Tendo como justificativa a escassez de recursos naturais, a migração está presente em Cabo Verde desde o século XIX, fazendo do cabo-verdiano o “produto” mais exportado pelo país. Isso fez com que, em meados dos anos 1990, houvesse mais cabo-verdianos no exterior do que no próprio país. Todavia, enquanto a heterogeneidade de Cabo Verde não permite generalizações que uniformizem as estruturas migratórias das ilhas, a *saudade* é a característica que une todos que estão emigrados. Assim, a ligação com o país natal permanece ativa, em especial pelo envio de remessas – que movimenta a economia local – e marca a lealdade dos que foram com os que ficaram.

Mesmo que, historicamente, os homens possuíssem mais chances de imigrar na maior parte das ilhas, a emigração feminina deu seus primeiros passos ao final dos anos 50, tendo como destino principal a Itália, para onde iam trabalhar como domésticas. O fluxo de cabo-verdianas para Itália foi iniciado por padres capuchinhos, que começaram o recrutamento na ilha de Sal, seguida por São Vicente e chegando à Boa Vista. Com a ausência da mulher do seio familiar em um projeto migratório que não tinha como objetivo o reagrupamento familiar, lança-se mão da estrutura matricentrada de apoio feminino para possibilitar a emigração das cabo-verdianas. Mesmo com períodos de declínio, como o das severas imposições dos países receptores na década de 1980, a emigração majoritariamente feminina na Boa Vista não cessou.

No segundo capítulo, ao analisar a *casa e família* enquanto ambiente de construção do parentesco, Lobo utiliza o conceito de *relatedness* (Carsten, 2003) a fim de compreender as relações formadas na ilha, já que elas não se esgotam no parentesco sanguíneo, sendo expandidas pela comunidade, que é vista como uma extensão da família. Nesse contexto, os laços familiares não são definidos estritamente pela via biológica, mas sim pela consolidação de laços de solidariedade entre pessoas da mesma localidade, laços estes construídos por signos de proximidade, que seriam as trocas, sejam elas materiais ou emocionais. Assim, a *relacionalidade* entre não sanguíneos é fortalecida pelo uso de palavras próprias do vocabulário do parentesco, tais como *mãezinha* e *irmãos*. Ressalta-se que tal *relacionalidade* pode prevalecer aos laços sanguíneos. Dada a menor rigidez dos laços familiares frente ao modelo biologizante, o pertencimento de uma pessoa é marcado pela casa onde se é criado, que é denominada por *nos casa*, *nha casa* ou apenas *casa*. Os vínculos de pertencimento às casas são tão fortes que, mesmo ao sair da *nha casa*, é ideal que você continue morando perto dela. A casa, além de marcar a pertença, é também o maior indicador de sucesso que as pessoas podem ter, em especial se a casa própria for construída aos poucos, com muito esforço.

A noção de solidariedade mostra-se atrelada à importância da mobilidade, seja pela via da circulação entre as casas, troca de parceiros sexuais, seja pela via da migração. Para exemplificar a primeira situação apontada, Lobo apresenta a ideia de *aguentar* - cuidar, ajudar a criar uma criança, muito presente no contexto boa-vistense, já que é comum que mais de uma mulher se comprometa com a criação das crianças, permitindo que os pequenos possam circular entre várias casas. Intensificando a circulação, as crianças realizam *mandados* - afazeres domésticos pelas e entre as casas. Embora a circulação local seja possível para (quase)

todas, a autora afirma que a mobilidade transnacional não o é, uma vez que não é estratégico para a família viabilizar a emigração de todas as filhas, deixando a mãe já idosa para cuidar de todos os netos.

A necessidade de se manter uma rede de apoio feminina aparece porque, segundo as interlocutoras, os *pais de filho* - termo que designa os homens com quem as mulheres têm filhos, sem a garantia de um relacionamento sério, mas que, ainda assim, pode ser usado para definir o companheiro – raramente ajudam na criação das crianças, tanto afetiva quanto economicamente. Por este motivo, a mulher ganha centralidade na reprodução da vida doméstica/familiar, na qual a divisão dos papéis domésticos se dá através do gênero e da diferença geracional. Assim, não é possível analisar a família boa-vistense exclusivamente pela óptica do contexto nuclear, da mesma forma que a autora afirma que não se deve examinar a matrifocalidade deixando de lado o papel dos homens nesse contexto, visto que a fluída dominação masculina não significa total afastamento do âmbito doméstico.

Dado o afastamento dos pais da vida doméstica, é comum que a relação entre eles e os filhos seja marcada pelo respeito e autoridade, enquanto a relação entre os filhos e suas mães costuma ser caracterizada pela proximidade e carinho. Embora na maioria dos casos analisados pela autora os pais não tivessem relações próximas com seus os filhos, é importante para os homens ter uma prole e manter autoridade sobre ela como forma de (re)afirmação da masculinidade e virilidade. No entanto, ainda que ter filhos seja algo importante para os homens, o reconhecimento de paternidade pode surgir enquanto um momento de fortes tensões, sendo uma atividade costumeiramente destinada às avós, uma vez que receber o sobrenome paterno é um fator importante para a criança, além de ser uma forma de estreitar as relações entre duas famílias. Tendo em vista que é comum para os homens ter mais de uma parceira sexual, mesmo que em casos extraconjugais, torna-se vantajoso para as mulheres ser a primeira *mãe de filho*, já que esta é comumente tratada como a “mulher oficial”. Assim, na Boa Vista, casa-se somente quando se deseja “sossegar”, sendo esse o último estágio do relacionamento de um casal.

Ao analisar a *emigração como possibilidade de vida melhor*, Lobo aponta que a emigração é apresentada enquanto fator inevitável na vida dos cabo-verdianos, embora o sucesso do projeto não seja garantido. As suas interlocutoras afirmaram, constantemente, que para emigrar deve-se ter “cabeça forte”, tendo em vista que a gravidez e o fato de ser mãe solteira eram fatores que poderiam culminar na perda do emprego. Assim, constrói-se um ideal de sucesso da emigração, que seria baseado em construir uma casa, conquistar a aposentadoria e abrir o caminho para outras mulheres. Além disso, a ideia de sacrifício permeia os relatos das emigradas, fazendo com que a incerteza do retorno seja tão intensa quanto era a da partida.

As boa-vistenses que estão emigradas costumam retornar – temporariamente ou não – no verão, época do ano marcada por uma ruptura na vida cotidiana da ilha por cerca de dois meses. Florescem atividades que podem ser realizadas tanto pelo governo quanto pela comunidade. A emigrante – vista como a “união do melhor dos dois mundos” (Lobo, 2014) – deve ser simpática e cumprimentar todos os conhecidos para não parecer *grandiosa* (metida). Elas voltam com ar de riqueza, mas reclamam da vida difícil no exterior. Por elas serem a atração da cidade, ocorre a disputa pelos homens entre as emigradas e as que ficaram, sendo as últimas o elo fraco nessa disputa.

Como consequência da lógica de estar *tão longe* e, ao mesmo tempo, precisar se fazer *tão perto*, a migração deve criar uma estrutura de apoio para quem fica, ao mesmo tempo que deve garantir que as pessoas mantenham a proximidade. A distância geográfica entre as pessoas não reduz as relações familiares, já que a

saudade dos filhos é constante, assim como, idealmente, é o envio de remessas. Apesar de nem sempre o pai-de-filho ajudar, as figuras masculinas das famílias são importantes para fazer conexões e conseguir pessoas para *aguentar* as crianças. A ausência do pai é compensada pela presença de sua mãe e irmãs na vida dos filhos. Na ausência da avó materna, pessoa preferencial a cuidar dos filhos, é a avó paterna quem assume a criação das crianças. Contudo, às vezes não é fácil selecionar uma mulher para fazer o “papel da mãe”. Dentro dessa rede de solidariedade feminina, as emigrantes reclamam de um constante desvio do dinheiro enviado para cuidado dos filhos, enquanto as que ficam reclamam que as remessas não são regulares ou que o dinheiro não é o suficiente, gerando sérios rompimentos familiares.

As mulheres emigradas tentam se fazer presentes na rotina da família de várias formas, notadamente participando da tomada de decisões importantes, geralmente por meio de conversas telefônicas (à época do estudo, os celulares começavam a aparecer como uma forma de intensificar o contato entre mãe e filhos). As trocas de encomendas são fundamentais para garantir o vínculo entre as que foram e os que ficaram. Tanto as “italianas” enviam produtos europeus e dinheiro quanto as pessoas na Boa Vista enviam produtos feitos lá. As encomendas são sinal de que as pessoas se lembram umas das outras, reforçando os laços à distância. Porém, essa “presença à distância” só é tolerada quando existe o fluxo contínuo de coisas vindo do exterior. Quando as remessas perdem a frequência, gera-se um problema. Os rumores também são uma ferramenta para conectar as pessoas, sendo que alguns boatos chegam antes às “italianas” do que aos que estão na ilha.

Os relacionamentos à distância podem durar anos, mas sempre contando com maior sacrifício por parte das mulheres, que percebem uma “falta de compromisso [por parte] dos homens cabo-verdianos”. Por causa da inversão do padrão migratório, o homem da Boa Vista é percebido, dentro de Cabo Verde, como dependente de suas mulheres. Neste ponto, é curioso o fato de que todos afirmam conhecer algum amigo que seja sustentado pela sua companheira que está emigrada; todavia, ninguém assume que o faça, da mesma forma que nenhuma emigrada diz sustentar o *pai de filho*, apesar de sempre conhecerem alguma mulher tenha essa conduta.

Sob a influência da lógica da emigração na ilha de Boa Vista, *avós e netos* passam a ter *vidas partilhadas*, na medida em que elas assumem o papel de *mamã*. As senhoras, mais velhas, costumam dizer que as mulheres mais jovens não têm cabeça para cuidar das crianças, por isso o ciclo da maternidade somente seria completo quando a mulher se tornasse avó, período em que ela estaria com a cabeça no lugar. Contudo, a função de aguentar as crianças não se restringe às avós, mas se estende a todas as mulheres da *nos casa*, já que a criação das crianças é mais comunitária do que individual.

A falta de cabeça, ou fraqueza nela, das mulheres se daria pelo fato de elas engravidarem cedo, período de instabilidade afetiva e econômica. Diferentemente, as avós têm tempo, já que, ao contrário das mães, não perdem mais tempo com relacionamentos instáveis e sua circulação fica entre a residência e a vizinhança. Por isso, a criança, que poderia ser vista como um fardo na vida das mães por prendê-las, passa a ser vista como uma dádiva, que advém do fato de que ter a casa cheia é importante na sociedade boa-vistense, seja para realização de *mandados*, seja para garantir cuidado por parte dos filhos na velhice dos pais.

Apesar da relação próxima do neto com a avó, esta é diferente da que ele possui com a mãe. Por isso, é comum que os mais novos confundam os papéis da mãe emigrada com a mulher que os cria, mas cabe à avó recordá-lo sempre de quem é sua mãe e o sacrifício que ela está tomando para que todos tenham melhores condições de vida. A ausência física da mãe é tida como algo triste, embora não seja traumático crescer sem

ela. Assim, os papéis de *mamã*/avó e o de mãe funcionam mais como complementares do que como antagônicos.

Através da perspectiva de que compartilhar crianças é aumentar os laços de solidariedade, as avós paternas também desempenham a função de *mamã*, assim como ajudam a *aguentar* os netos, embora seja menos comum que as avós maternas. Ainda, algumas avós tendem a privilegiar os netos de mães emigradas com a justificativa de que eles não têm o carinho da mãe presente como os outros. Os netos mais crescidos costumam apresentar dificuldades de relação com as avós, passando o jovem a ser um fardo para os avós, tendo as mães que interferir na relação.

No último capítulo, ao explorar as mudanças trazidas pelos *novos tempos*, *novos atores*, *novas famílias*, Lobo centra-se no debate do turismo, que tem provocado muitas mudanças na vida da ilha, segundo afirmam os próprios moradores, a exemplo do aumento do discurso desenvolvimentista na ilha e do aumento do fluxo migratório. A intensificação do fluxo turístico se deu por causa das suas belas praias desde os anos 1990 e é apresentada como a saída para o desenvolvimento da ilha e fator de valorização das belezas naturais da localidade. O *boom* do turismo aconteceu, segundo os moradores, de uma forma muito rápida, já que desde 1990 vários hotéis foram construídos na ilha, assim como a estrutura para o recebimento dos turistas está em constante ampliação.

Apesar dos pontos positivos, o turismo, de acordo com os moradores de Boa Vista, também trouxe coisas ruins, em especial quando se contrasta o presente e o passado. Das coisas ruins que o turismo trouxe, é apontado o intenso fluxo de *mandjacos*, africanos do continente que aproveitam a leva de desenvolvimento para poder melhorar de vida através do comércio ambulante, e dos *badios*, migrantes de outras ilhas, que, assim como o *mandjacos*, também são vistos de forma ambígua. Embora os italianos sejam vistos como “os que chegam para controlar a economia”, eles são mais bem-vindos que os outros dois citados. Da mesma forma, o casamento com europeus é mais bem visto do que com *badios* e *mandjacos*. Neste quesito, as mulheres reclamaram que os homens boa-vistenses só tomavam jeito, ou seja, mantinham-se com apenas uma parceira, quando se casam com estrangeiras. Por isso, as mulheres estrangeiras eram vistas pelas locais como as pessoas que “roubam” os bons homens disponíveis, além de serem percebidas como desestruturadoras do ciclo de reciprocidade cabo-verdiano, uma vez que não costumam lançar mão do apoio comunitário para a criação do filho, seguindo o modelo euro-americano de família nuclear. Por outra via, os casamentos interculturais entre mulheres boa-vistenses e homens estrangeiros tendem a seguir mais à risca o modelo familiar da ilha do que a formatação contrária, tendo em vista que a mulher tende a manter uma maior aproximação com o seu grupo doméstico, mesmo que este modelo de casamento não esteja livre de críticas, criando-se a ideia de que os cabo-verdianos que se casam com brancos ficam metidos.

É justamente a figura do casamento intercultural que pauta a construção da obra da autora, uma vez que ela foi casada com um cabo-verdiano, com quem teve um filho – que a acompanhou durante a realização da pesquisa de campo. Embora esse local de fala tenha possibilitado a maior circulação da pesquisadora entre as casas – e também entre as histórias e fofocas – e tenha tornado o seu trabalho tão rico em detalhes e profundidade, a estrangeiria pintada em sua face demarcava um limite de até onde ela poderia chegar nas histórias e nas pessoas, sendo um “próximo distante”. Não à toa, havia obstáculos para se ter acesso aos homens da comunidade, em especial os adultos, o que dificultou a compreensão total da situação, fazendo com que a análise sobre eles fosse feita pela observação de seus comportamentos, assim como através da perspectiva

das mulheres da ilha. Todavia, o fato de os homens serem esquivos nas entrevistas e pouco falarem pode ser um dado relevante para mostrar o afastamento deles do mundo doméstico.

Com a competente abordagem realizada por Andréa Lobo acerca das relações familiares na ilha da Boa Vista, sua obra torna-se uma referência de suma importância para a compreensão das diferentes formas de se fazer família presentes no arquipélago, além de ser uma nova e interessante peça nos estudos sobre organização familiar. Ao nos debruçarmos sobre suas páginas, notamos que, ao contrário do postulado pelos críticos da abordagem etnocêntrica na qual os estudos clássicos de parentesco se constituíram, melhor personificado na figura de Schneider (1972), muito se pode extrair analiticamente das diversas formas familiares existentes; principalmente se enxergarmos as famílias por outros olhos que não apenas o dos homens, mas também pelos olhos das crianças, avós, filhos e demais integrantes das famílias. 📍

*O autor, à época do envio deste trabalho, cursava o 8º período do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Brasília. Participa do projeto de pesquisa “Formas familiares em um mundo de mobilidades: gênero, infância, juventude e identidades em contextos migratórios”, financiado pela FAP-DF, sob a orientação da professora Andréa de Souza Lobo. O mesmo agradece à leitura atenta de Gabriel Tardelli e aos comentários pertinentes apresentados por ele. E-mail: vini.venancio2@gmail.com.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

CARSTEN, J. “Introduction”. In Carsten, Janet (ed.) *Cultures of Relatedness: new approaches to the study of kinship*. Edinburgh: Cambridge University Press, p. 01-36, 2000.

LOBO, Andréa de Souza. *Tão Longe, Tão Perto: Organização familiar e emigração feminina na Ilha da Boa Vista Cabo Verde*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, 266p., 2007.

_____. *Tão Longe Tão Perto. Famílias e "Movimentos" na Ilha da Boa Vista de Cabo Verde*. 2. ed. Brasília: ABA Publicações. 2014.

SCHNEIDER, D. “What is Kinship all about?” In P. Reining (ed.), *Kinship Studies in the Morgan Centennial Year*. Washington: Anthropological Society of Washington, 1972.

Recebido em 21/12/2017

Aprovado em 30/06/2018

“ANTROPOLOGANDO” COM A FOTOGRAFIA:

ENTREVISTA COM BÁRBARA COPQUE

ANTHROPOLOGICAL DIALOGUES WITH PHOTOGRAPHY:

INTERVIEW WITH BÁRBARA COPQUE

*Entrevista realizada por Carolina Medeiros**

*Cleissa Regina Martins***

Em 2017, o comitê editorial da Revista *Habitus* decidiu por lançar um dossiê sobre ciências sociais e imagem. A partir disso e, pensando em entrevistas possíveis para serem feitas com acadêmicos da área, chegamos ao nome de Bárbara Copque, assim, fizemos o convite que ela gentilmente aceitou.

Bárbara Copque é graduada em ciências sociais pela UERJ, com mestrado e doutorado da mesma instituição. Atualmente é professora adjunta do departamento de formação de professores da baixada fluminense também na UERJ. Sua trajetória acadêmica é marcada por pesquisas sobre fotografia aliadas ao trabalho de campo da antropologia, além de diversas oficinas sobre imagem, artes visuais e fotografia.

Algumas de suas produções na área estão publicadas em livros como: "Etnografias visuais: análises contemporâneas", "Família & Imagens" e "Antropologia e Imagens: Narrativas diversas". Em especial, o texto "Fotografar: expor (e se expor). A utilização da fotografia no contexto da violência." publicado e apresentado em diversos eventos, nos chamou a atenção e originou alguns dos questionamentos que serviram de guia para esta entrevista, concedida presencialmente nas dependências do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, em setembro de 2017.

Nessa entrevista, Copque faz um relato de sua trajetória acadêmica, enumerando como os temas de pesquisa surgiram em relação com suas vivências e seu trabalho com as imagens. Ela explica como lidou com as dificuldades de não ter referências que relacionassem a Antropologia Visual e a Fotografia em um campo de estudos pouco explorado até então, e nos afirma como as temáticas nas Ciências Sociais podem ser trabalhadas junto a Imagem de diversas formas, apenas atentando às novas questões do mundo digital e dos direitos autorais.

* * *

Revista *Habitus*: *A primeira pergunta seria sobre sua trajetória acadêmica, uma apresentação sua, do que já fez, em resumo.*

Barbara Copque: Iniciei o curso de Ciências Sociais na UERJ no início de 90, aliás, minto, eu iniciei fazendo museologia, não, minto, iniciei fazendo teatro, teoria crítica de teatro só que não dei continuidade, fiz a transferência para museologia porque meu interesse sempre foi mais a fotografia. Na museologia eu pretendia trabalhar com a restauração só que naquele período mais ou menos eu tive aula com uma socióloga: Avelina Addor, ela era uma das diretoras do Museu da Imagem e do Som e ela me convidou pra fazer estágio na área de som. Até então desconhecia a antropologia e ela me apresentou e eu fiquei apaixonada, então, refiz o vestibular, fui fazer ciências sociais e foi ali que eu, de todas as áreas que eu poderia ir pra fotografia:

jornalismo, museologia... A antropologia foi a que mais eu consegui ter um diálogo maior porque mais ou menos tudo que eu queria fotografar eu encontrava nas leituras e tudo que eu lia eu encontrava, eu poderia levar para a fotografia. Então fiz ciências sociais na UERJ, fiz primeiro pensando sobre uma relação mais teórica entre a fotografia e antropologia. Dei continuidade no mestrado na UERJ também com a mesma orientadora da graduação, a Clarice Peixoto que, por sorte, foi a primeira turma da Clarice, uma das primeiras turmas de antropologia visual, já tinha aqui no IFCS que era com a Maria Galano e depois tinha uma geração que tava vindo da França com a Patrícia Montemór, Clarice. Então na UERJ foi a primeira turma e eu acredito que eu tenha sido a primeira monografia em antropologia visual e fotografia, no mestrado dei continuidade já querendo entender mais esse processo na prática. Então eu fiz uma oficina de fotografia com meninos em situação de risco, em situação de rua, mas no mestrado eu não fotografei, eles que fotografaram, no doutorado já queria ter essa experiência do eu fotografar e aí eu fui fazer uma oficina de imagens, tentei fazer uma oficina de imagens nos presídios para tentar entender sobre a maternidade no presídio. Então, a minha história de vida sempre teve a fotografia primeiro. Foi um presente do meu pai, meu pai já fotografava, meus irmãos já fotografavam, mas eu queria entender que fotografia era essa que tinha lá nos álbuns e aí quem me respondeu, com quem eu passei a dialogar, foi a antropologia.

Revista Habitus: Você falou que você acredita que tenha sido uma das primeiras monografias correlacionando a antropologia visual e fotografia. Como é que você lidou com as referências? Eram do exterior?

Barbara Copque: Eu tinha muito, o que aconteceu, nessa época, tanto o IFCS quanto a UFRJ, e a UFF eles iniciaram, mais a Patricia Montemór e a Clarice. Elas iniciaram a primeira mostra de filme etnográfico. Então a gente passou a ter referências bibliográficas, junto com o filme etnográfico, a mostra do filme etnográfico. E logo depois elas também, através do NAI, que é o Núcleo de Antropologia e Imagem, passaram a editar um caderno chamado Cadernos de Antropologia e Imagem. E aí eles passaram a traduzir pro português as bibliografias estrangeiras. E aqui eu tinha uma outra referência muito forte que era o Milton Guran, fotógrafo que foi fazer doutorado em antropologia, então ele fez parte da minha banca nessa época. Então era com esse grupo e que a gente adicionou da UNICAMP a Sylvia Cauiby com quem eu dialogava. Era o Caderno de Antropologia e Imagem que foi importantíssimo senão eu não teria acesso aos textos em inglês e francês na época era – ainda é complicado, você imagina na época né – mais complicado ainda. E também, como era algo muito novo a gente recebeu visitas de muitos pesquisadores, tive a oportunidade de junto, nas oficinas da mostra do filme etnográfico, conhecer Jean Rouch e outros.

Revista Habitus: Você meio que foi desbravando o campo junto com as referências...

Barbara Copque: Exatamente! Ela tava nascendo e eu tava ali junto. Se ia dar certo ou não, virei cobaia (risos).

Revista Habitus: Como você foi escolhendo os temas nessas experiências?

Barbara Copque: O tema tá relacionado... Nessa semana mesmo eu tava pegando um texto, uma das primeiras leituras que eu fiz, onde você não consegue separar a vida pessoal do pesquisador. Então o tema já tava de alguma forma envolvido com minha história de vida. Eu tenho uma irmã, mais velha que eu, que ela foi menina de rua, morou na rua durante um bom tempo e quando a gente, minha mãe, resolveu adotar ela, adotou diretamente nesse processo. E, pra mim, não foi assim, ganhar uma irmã, primeiro que foi de uma hora para outra e numa situação que ela ainda não conhecia bem o que seria conviver em casa, não foi uma coisa muito fácil. Então eu precisava depois resolver essa questão, então eu pensei: “já me era familiar esse tema então vou tentar entender essa minha relação e o que de fato seria o ‘menino de rua’”. Seria por conta mais da minha irmã. A maternidade veio porque durante a oficina com os meninos tinha uma menina que ela não fazia parte diretamente, mas acompanhava a gente. Ela fazia 18 anos e era reincidente e tinha um medo: se ela cometesse um outro delito, ela me confidenciou que voltaria para o local onde ela nasceu. E era uma situação que eu nunca tinha pensado na minha vida, nunca imaginei nascimento de criança em presídio. Então quem acabou me levando, foi uma situação que eu até coloco que eu puxei “extra-quadro”. Era uma situação que tava ali na oficina durante o mestrado que eu não poderia dar conta e que no doutorado ela reapareceu. Então eu já tinha essa experiência com os meninos e só iria achar... Porque durante a pesquisa eu descobri que algumas crianças que também estão em situação de rua, elas vêm desses abrigos e quando você vai ver a história de vida algumas até nasceram. Então a gente tem gerações já e às vezes na própria família que eles nascem. A gente tem três gerações já de famílias que nascem em presídios.

Revista Habitus: E aí, dentro desse tema de maternidade em presídios você se deparou com o tema de tatuagens ou marcas do corpo também? Como foi?

Barbara Copque: Aí vem o campo né. O campo aqui no Rio de Janeiro – não sei se em outros lugares são diferentes – mas o que que acontece, eu comecei minha pesquisa de doutorado antes mesmo de entrar no doutorado, em 2005. Eu sabia que precisava de material para fazer o projeto. Então eu dei entrada na Secretaria de Assuntos Penitenciários, que é SEAPE, com um pedido para fazer a pesquisa em 2005, na virada do ano de 2005 para 2006 e enfim, foram várias negativas. Para você ter uma ideia eu defendi a tese de doutorado em 2010, no início de 2011 vem a autorização, quase seis anos depois, da secretaria. Então como é que eu poderia entrar no campo? Eu tive de negociar essa entrada no campo dando, pegando aqui Saramago que eu tenho pra mim, “dando volta nas coisas”. Então o que eu fiz? Fui dar aula numa universidade em Realengo onde eu sabia que tinha agentes penitenciários trabalhando então passei a negociar não só a minha entrada, como a minha estadia, minha manutenção do campo. Então numa dessas eu vou negociando com os diretores, com o diretor que fazia uma pós-graduação, ele tava precisando de imagens e aí eu disse: “Eu fotografo para você se você me apresentar”. E isso a gente tem, em umas leituras que a gente faz em ciências sociais, a gente vê, eu lembrava muito dos estudos de graduação né, como negociar a entrada no campo, permanência do campo. Só que não foi uma negociação muito assim “calma”, eu sofri muito porque de início eu me considerava assim “institucional”, estou fotografando pro diretor, estou, na verdade, documentando. Mas logo depois, por conta da fotografia ser digital, estar ali no visor, eu vi que ali eu poderia, não amenizar, talvez não seja a palavra, mas inverter meu lugar e o lugar ali da fotografia e comecei a negociar essa produção de imagens com os detentos. Então aí de uma fotografia um pouco mais dócil foi para uma fotografia mais politizada e já fiquei mais calma. Mas foram negociações muito dolorosas no campo.

Revista Habitus: Eu baseei essa entrevista em um texto seu, um dos único que consegui achar na internet disponível: “fotografar: expor (e se expor). A utilização da fotografia no contexto da pesquisa antropológica” em um livro de artigos chamado “expressões artísticas urbanas: etnografia e criatividade em espaços atlânticos” e aí você fala justamente isso, como a fotografia servia de mediação para você falar com os interlocutores da pesquisa, ajudava a construir a confiança com eles. Como era isso de montar a fotografia junto? Fazer o enquadramento da imagem, nas palavras de Susan Sontag, junto com os sujeitos da pesquisa, depois interpretar aquilo. Você fez isso com os meninos em situação de rua também certo?

Barbara Copque: É, na verdade, eles que são os autores. Eu tentei dar minha leitura, com os meninos, e por isso eu gosto muito, não é uma dissertação perfeita, é uma dissertação cheia de erros, mas eu gosto muito dela porque foi quando eu passei a me expor também. Tentei ler essas imagens e o instrumental que eu tinha era um pouco mais semiótico, o que que eu posso ver daquelas imagens sem a ajuda dos meninos? E tudo que eu lia não dialogava com os meninos. Eu tava atrás de profundidade, primeiro plano, cor e quando eu apresentava essa linguagem, esse meu olhar para os meninos, eles quase riam de mim. “Não, você não entendeu nada, eu não quis fotografar isso (que tava no primeiro plano), quis fotografar aquilo ali. O cara que tá vendendo droga. Tá ali atrás.” Ele não podia chegar muito próximo então só registrou. Então eu passei a descobrir a imagem fotográfica que eu descobri no processo com os meninos, na verdade eles que me levaram a essa descoberta, porque até então eu não tinha as várias camadas, eles foram me dando várias camadas que a fotografia possuía. “Não, não quis fotografar isso, quis fotografar aquilo” que às vezes nem tava na imagem fotográfica, que a gente chama de extra-quadro. Então boa parte das histórias, elas não estavam ali na imagem, estavam fora da imagem. E exatamente isso – mais o processo do que a imagem fotográfica – que me atrai em antropologia. Que é o meu, um dos meus sujeitos, essa relação que é estabelecida a partir desse encontro fotográfico. Existe um encontro etnográfico que é proporcionado por um encontro vamos dizer assim, fotográfico.

Revista Habitus: Inclusive essa era uma das minhas perguntas: esses trabalhos de campos que você fez foram campos um pouco difíceis certo? Não tão comuns pelo menos. E aí me pergunto se a fotografia, a câmera, a imagem ela ajudava ou atrapalhava ou talvez os dois você ficar ali no campo que pode ser violento?

Barbara Copque: Não, eu acho que ela só ajudou. Apesar de não ser o lugar da fotografia, ser um lugar que mantém escondido. Mas ao mesmo tempo, no caso eu pergunto, quem é que quer manter escondido? Quem é que quer ficar escondido ali? No caso, é o Estado que quer manter escondido, mas eles não queriam ficar escondidos, por isso que foi muito legal. Eu também entrei [no presídio] com várias câmeras fotográficas, eu entrei com uma câmera analógica, depois entrei com uma câmera digital, depois eu entrei na época não era um celular, mas era um *palmer*. Então eu pude pensar também essa tecnologia de produção de imagem, com a câmera digital foi mais fácil porque eu negociava ali na hora o que que pode, o que que não pode e eu passei a trabalhar com os dois, eu passei a trabalhar com o que foi apagado, ou seja, com uma memória de uma imagem que foi fotografada. Então, nesse sentido, acho que a fotografia só me ajudou porque por conta dela eu tive acesso a situações que com o gravador não teria. Eu vou te dar um exemplo, eu tive acesso a roupa, a pose, a roupa com pose. Quando uma das meninas, das internas soube que eu tava com a máquina fotográfica ela já se arrumou, a outra não, então eu já me interessei: “porque você tá com essa roupa? Você veio pra ser fotografada?” E aí pronto, abandonava a fotografia e ficava na antropologia. Mas ela sempre me permitiu, a

fotografia e a câmera, sempre me permitiram estar e ainda me permite no trabalho, na UERJ, por exemplo que eu estou com um projeto chamado “Negritude e Fotografia” que está sendo desenvolvido junto aos alunos.

Revista Habitus: Você falou que a fotografia ajudou você em seus trabalhos de campo. Você acha que a imagem como um todo pode ajudar nas pesquisas em ciências sociais, não só na antropologia, mas na sociologia, na ciência política?

Barbara Copque: Eu acho que sim. Eu vou muito pro campo com esse trabalho [oficinas de fotografia] e é uma constante assim, pessoal das ciências médicas têm se interessado muito, a Medicina da Unirio, tô sempre falando com eles, a psicologia da UFRJ tem me chamado pra gente conversar. E agora, tem um projeto, que também foi um convite, no Instituto Nise da Silveira, de fazer uma oficina, que a gente chamou essa oficina de “Fotografia Brincante e Viagens Pensantes”, onde a gente tá em outro processo. Eu tô sempre tentando experimentar também a linguagem, todas as possibilidades que a fotografia tem, e a última é essa fotografia artesanal, construção de câmera... Então estamos levando esse processo de fotografia artesanal, fotografia histórica, construção de câmera, construção do visor tanto para sala de aula na educação, que é onde eu tô agora, e na psiquiatria. E essa oficina eu acho que vai ser a primeira com fotografia, então é um grupo grande, grupo que a gente lida muito mais individualmente mesmo. Não sei metodologicamente como a gente pode dar uma aula, que aí a gente tem vários níveis de compreensão diferentes de uma sala de aula daqui do IFCS, por exemplo e ali não, são vários níveis mesmo. Então a gente vai descobrir ali, nessa primeira oficina. E na UERJ estamos com uma disciplina “Fotografia, Educação e Inclusão” e estamos com dois convidados que trabalham com fotografias com surdos, fotografias com cegos. Então, te respondendo eu já tô indo para outros campos que não é a antropologia, mas a antropologia ela é a base. Sempre me apresento como antropóloga, o trabalho é de antropologia, mas o diálogo é com outras áreas.

Revista Habitus: A gente vai ter agora um dossiê de ciências sociais e imagem. E aí, eu já me identifico mais com a sociologia, porém eu sei que a antropologia parece muito mais aberta a relação com a imagem do que a sociologia ou a ciência política. Em sociologia a gente tem utilizado a fotografia não como método, mas como objeto, como ferramenta e não tem algo como em antropologia que tem filmes etnográficos. A sociologia não tem nada parecido. Quer saber o que você acha disso e se você acha que tem uma possibilidade da sociologia, pelo menos, lidar mais com a imagem.

Barbara Copque: A sociologia tem algo parecido, eu tenho uma referência forte que é o José de Souza e Martins, sociologia da fotografia e da imagem aqui no Brasil. Ele é de São Paulo e já vem trabalhando há um bom tempo com a imagem fotográfica. Talvez aqui no Brasil a gente não tenha, mas a gente tem várias referências, vários trabalhos fora. Ciência política eu de fato não tenho referência, mas eu tive um professor de ciência política que foi quando eu comecei a gostar de ciência política que ele dava aula a partir de imagens, mas eram imagens que ele criava ali. Uma das aulas que eu mais gostei, era sobre o amor, você vai falar de paixão, você vai falar de ciência política a partir daí e ele era uma pessoa extremamente culta, ele pegava um filme aqui, pegava não sei o que lá, ele pegava Edith Piaf, etc. Então se você pensar em imagem, a imagem não é só fotografia, você tem a literatura, o campo da imagem é muito grande. Tem até um problema assim de algumas definições. Etienne Samhain ele fala de visualidade, ele fala de antropologia da visualidade, da

comunicação visual, ele não fala em antropologia visual. Então, ainda tem isso. Ele também vai trabalhar com a palavra enquanto imagem. E aí quando ele faz isso ele vai também para literatura.

Revista Habitus: Entendi, é que eu não enxergo abertura, por exemplo, se eu quiser fazer um documentário para entregar como trabalho final no mestrado...

Barbara Copque: Mas em antropologia, também não. Em antropologia a gente, quando eu comecei, década de 80. Você tinha uma visualidade, como a gente tá vivendo hoje, muito forte. Eu tinha MTV, eu tinha Regina Casé na televisão com o programa dela. Então eu achei que eu ia fazer a graduação, eu ia começar a criar filmes e ia trabalhar lá no Brasil Legal [risos]. Que ia fazer alguma coisa nesse sentido, que eu poderia entregar um filme ou então um ensaio. Então por várias vezes eu desisti porque a negativa era grande, desisti também porque, esqueci de falar, eu passei pelas artes visuais também, passei pela gravura um pouco. Então até o formato lá, era esse formato de A4 enquanto imagem que coloca as relações todas ali dentro, ela me incomoda. A minha dissertação eu fui colando as folhas em folhas enormes porque as minhas imagens não poderiam ficar ali aprisionadas. Foi uma tentativa de romper também com a Academia que a gente tem a escrita que é muito forte, mas é difícil. Não conheço nenhuma experiência. Até quem faz cinema, eu acho que hoje, quem faz artes tá se aproximando da escrita. Ainda tem muita pegadinha a palavra escrita.

Revista Habitus: No caso de cinema na UFF, o estudante tem de fazer um TCC e um filme para entregar, se não me engano...

Barbara Copque: Eu sou assistente de uma pintora e a gente tá ali o tempo inteiro, na medida que estamos avançando, estamos também produzindo textos e ela é da Belas Artes. Não tem como, você hoje, todo mundo, os artistas tão loucos, eu hoje mesmo tive uma discussão no Facebook com um fotógrafo que tava reclamando da academia – neguinho reclama, mas tá lá, tá fazendo – porque ele não consegue lidar com texto acadêmico. Aí eu falei: “como não? Você não leu fulana de tal? Ciclano?” Então os textos tão todos aí. Não tem como.

Revista Habitus: Como conseguimos, na Antropologia, “relativizar o cotidiano” através da fotografia e imagem?

Barbara Copque: Para mim é muito difícil relativizar o cotidiano porque a fotografia ela me identifica. Talvez, com o outro, o que eu posso relativizar é essa relação que a gente estabelece através da fotografia e com a fotografia. O que que a gente tem hoje de imagem fotográfica? Uma relação muito mais superficial. Você vai, fotografa, no fundo no fundo, você não tá se envolvendo. E talvez o que, em campo, eu acabo oferecendo é uma outra possibilidade da fotografia e que eu acho que é aí que a gente começa a estabelecer, porque nessa outra possibilidade eu preciso confiar nele [no interlocutor], como eu fiz com os meninos né, quando eu entreguei a câmera. Eles, confesso, sempre confesso, entreguei as 15 câmeras fotográficas para meninos em situação de rua achando que eu não ia ter de volta e no fundo eu consegui ter duas a mais. Ali, nesse momento que eu entreguei o que era para mim o mais importante do que eu tinha de mais caro que eram as máquinas e eles me devolveram e me presentearam. Então já foi e eu acho que esse movimento [relativizar o cotidiano] já tá ali. E se eu for pensar nas outras pesquisas também, quando normalmente você que tá fotografando o outro, você

nunca tá negociando essa relação. E a fotografia me ajuda a me recolocar num lugar, ela que me permite sair desse lugar da fotógrafa e dividir e como eu tô junto com Antropologia, a Antropologia tá ali. A gente passa a “antropologar” juntos. Eu gosto de falar “antropologar”.

Revista Habitus: O que que significaria “antropologar”?

Barbara Copque: Olha, eu lembro que uma das minhas primeiras aulas, um professor, não me recordo quem, mas isso eu me identifiquei, ele fala assim que se nasce antropólogo, porque você tem de ser fofoqueira [risos] e eu sempre fui muito fofoqueirinha. E lá em casa acabou que todo mundo também gosta desse termo “antropologar”. Então quando todo mundo olha pro outro, isso já é, isso é “antropologar”. E a fotografia, essa que eu digo que é em campo, ela permite, ela permitiu os meninos, eu achei muito fofo isso, porque eles perceberam toda a potência. Teve um momento que foi muito legal, eu tava lendo Susan Sontag e tem um momento que ela associa a fotografia a arma. Porque você se recorda. E eles fizeram de imediato essa associação de “roubar”. E ao mesmo tempo eles fizeram a associação da fotografia como uma dádiva, um presente quando eles fotografavam quem eles gostavam. Me pediram para fazer as imagens em papel para presentear. E eles também perceberam a fotografia como denúncia, quando eles passaram a fotografar os seguranças, as pessoas que maltratavam. Eu acho que eles estão nesse mesmo caminho que eu “antropologando” também através da imagem fotográfica. Porque eu perguntava, eu tinha as minhas perguntas, os meus objetivos de pesquisa, eles responderam todos eles, inclusive os específicos pensando em um projeto de pesquisa, mas eles foram além, eles trouxeram todo o meu conhecimento, todo o meu conhecimento de antropologia surgiu a partir dessa relação que eu fui estabelecendo metodologicamente entre a fotografia e a antropologia. Ela começou a me forçar a pensar mais o meu lugar enquanto antropóloga, quando eu passo a negociar a fotografia com o diretor do presídio, passo a ser usada também, então passei a me pensar também, não só pensar o outro, mas pensando também antropologicamente, eticamente.

Revista Habitus: E você já terminou seu pós-doutorado? O que você abordou nele?

Barbara Copque: Sim, terminei em 2010, 2012, foi na UERJ também. Estou descansando agora. Esse pós-doutorado é um projeto que está inserido no projeto “Violência doméstica e violência institucional: a vitimização das pessoas envelhecidas” da Clarice Peixoto. Que é esse projeto de violência institucional em abrigos de idosos. Eu entrei, como sempre, antes de começar. Então já acompanhava um pouco esse trabalho da Clarice e Clarice ia fazer um documentário e eu propus fazer essas imagens, do abrigo. E nele eu tive contato com o silêncio. Foi um silêncio muito violento que existe nos abrigos que até me deixou um pouco doente. São várias realidades e a Clarice estava atrás do que seria a violência institucional. Um dos exemplos dessa violência: a própria comida servida, são todos idosos e aí você dá uma coxinha. Até isso a gente compreende como uma questão de violência. Eu acompanhava o Ministério Público quando eles iam na casa de um idoso e produzia essas imagens. Só que essas imagens eram da Clarice e eu tenho as minhas que eu ainda não usei. Só quem usou foi a Clarice. Fizemos alguns artigos juntas que também é uma proposta, se aproxima do que você tá falando de entregar um ensaio e tentar fazer com que as imagens falem por si. Mas ainda não consegui, sempre tem um texto de apresentação. Uma legenda. Até porque a fotografia sozinha acaba não falando muito ou fala muito e não diz nada. Ela vem acompanhada de outras, mas é importante. Em qualquer trabalho de

artes você vai ter a curadoria, aquela que vai orientar seu caminhar pelos trabalhos. Mas o pós-doutorado foi essa saída, eu já tava nessa violência institucional trabalhando no presídio e fui pro caminho da violência institucional no abrigo. Onde eu encontrei também ex-detentos. Porque muitos saem com a idade avançada, perdem todas as relações familiares, e aí vão para rua e quando tão na rua alguns conseguem ir para abrigos públicos. Essa foi a ponte e eu continuei usando a fotografia. Agora eu entrei para a UERJ e eu fui para Faculdade de Educação e tô me encantando porque é uma realidade que eu nunca tinha tido nenhuma proximidade com a educação, tô descobrindo a educação. Não fiz nem licenciatura e vi que não tinha – em uma faculdade de formação de professores – que não tinha uma eletiva com relação à imagem e as crianças hoje estão o tempo inteiro [na internet, no celular], então eu propus umas eletivas de imagem, de fotografia. E começa, na verdade, semana que vem. Já tá tudo pronto, não só a ementa, mas também material, porque trabalhar com imagem fotográfica é um pouco complicado. Por exemplo, mandei fazer uma caixa. É uma caixa de luz ultravioleta porque eu não posso, como estou em sala de aula, eu preciso de um dia de sol e como não tenho como controlar o tempo, o dia de sol. Porque a ideia é fazer fotografia e sensibilizar papel com tudo que pode ter numa cozinha: ovo, planta. E tudo precisa de tempo então tentei reduzir o tempo. Sete dias na caixa em dez minutos. Mandei fazer especialmente para a aula de uma forma que fique barato para os professores reproduzirem, se eles não puderem reproduzir, o que que eu tô fazendo lá, eu tô montando um laboratório para colocar à disposição de oficinas, pegar emprestado com uma listinha, sei lá. A fotografia tem isso, problemas de lidar com a imagem. Você produz, produz, produz igual máquina digital, depois você fica doida na seleção. E aí é um trabalho doido. Com os meninos produzi duas mil e poucas fotos, mas era analógico. No presídio, quatro mil e pouco. Clarice até hoje me sacaneia dizendo que eu fiz seis mil, sete mil fotos no abrigo [risos]. O clique é muito rápido. Eu não perco nada. Você depois tem de entrar nessas imagens, entrar com, porque você não entra sozinho. No presídio eu tive essa experiência de pegar a imagem, fotografar sem saber o que estava fotografando e aí depois entregar para quem me acompanhava e perguntar o que que eu fotografei? E foi um campo maravilhoso. No abrigo o que eu pude trabalhar com a fotografia que é o que eu tô levando também para a sala de aula foi a questão do tempo. No abrigo eu chegava e eu podia chegar lá todo dia dez horas e encontrava um idoso, e isso é vergonhoso também, sentados no mesmo lugar. Sentava lá e fotografava até a morte, até ele morrer, o que aconteceu. Então você tem esse tempo que é um tempo muito violento. E com as crianças hoje elas já não têm tempo. Então o que eu tento fazer em sala de aula é recuperar esse tempo de contemplação que as crianças hoje em sala de aula, parece que ninguém quer perder tempo então tentar recuperar esse tempo então por isso que eu fui para a fotografia artesanal. Agora estou tentando ver o que que pode sair dali.

Revista Habitus: Por fim, que conselho(s) você daria para os pesquisadores que estão se formando e querem trabalhar tanto com imagem, seja produzindo ou analisando?

Barbara Copque: Aí corre o risco, talvez seja essa a diferença. Tenho medo de falar uma besteira aqui [risos], mas durante a minha formação e Clarice fazia questão de puxar minha orelha era diferenciar semiótica e a antropologia que eu acabava, na minha cabeça, pensando sociologia ou antropologia, quantitativo ou qualitativo. Acho que muitas áreas, não mais agora, mas antes, ficava muito nesse aspecto mais quantitativo da fotografia. Primeiro você só pegava a imagem- a história não, a história já pensa numa outra dimensão, numa outra direção vamos dizer assim. - mas você pegava a imagem e tentava ver o que que tava ali. Então foi

esse exercício que eu fiz, o primeiro exercício antropológico foi tentar ver o que que eles [meninos de rua] fotografaram. Só que, tanto eles quanto a antropologia, trouxeram a questão da camada e do que tava fora da fotografia o que tava no processo, mas não entrou propriamente na imagem. Você fisicamente tem três camadas de fotografia: primeiro plano, segundo e terceiro. Mas antropologia trouxe trezentas camadas. Aí é difícil esse movimento, aí precisa daquele ouvidinho do Roberto Cardoso. Tem de estar bem sensível mesmo teoricamente para você se atentar qual dessas trezentas camadas vai de alguma forma contribuir e ainda traz além dessas trezentas camadas, ainda traz o que não tá sendo fotografado. Eu tive várias imagens – eu tô tentando responder o que que não é legal – hoje em dia por conta da tecnologia, você vai lá e apaga. Não. Então eu tive também trezentas imagens apagadas, mas eu consegui trabalhar com essas imagens que foram apagadas. Que foram apagadas nos presídios pelos agentes. O que que é legal? É você poder acessar via a confiança que você vai estabelecendo. Mas também depende de quem né, não é porque você tá com uma câmera fotográfica. Aí vem um ponto chato porque às vezes a câmera fotográfica, dependendo que câmera você use, ela te afasta. Eu lembro quando era pequena e ia com minha câmera e todo mundo falava: “Rede Globo, Rede Globo”. Associava a câmera fotográfica a Rede Globo e aí nada sai. Às vezes você não quer pose e as pessoas posam e aí vai. “Não, não tô fotografando você”, as pessoas entram. Ou você decide trabalhar com o que ta entrando, com a pose, às vezes a câmera até te afasta. Mas na maioria das vezes, isso eu acho muito legal, ela te aproxima. Ainda mais hoje que a câmera, todo mundo já tem uma outra relação com a fotografia. Tem gente que não gosta também por conta de hoje, que já pensa em direitos autorais, que não quer se expor, fica com medo esse é um problema atual. Você disse que achou poucos trabalhos meus em rede. Você não vai achar lá na UERJ, por quê? Porque não tenho cessão de imagens, esse é um problema, eu trabalho com imagem. Eu ainda me relaciono com um dos meninos lá de 2000 e pra mim é muito constrangedor porque eu trabalhei com imagem fotográfica. Então uma das coisas que eu ainda acho é que eu tô expondo, então eu tô segurando ao máximo as fotos, mesmo botando aqueles quadradinhos para proteger a privacidade, eu ainda sei quem é. E o que que eu faço? Eu me disponho, tanto que eu criei essa disciplina, eu acredito na antropologia visual é, assim como a fotografia, também me constitui, eu acho uma ferramenta. Assim como o desenho da Karina [Kuschnir], também tive oportunidade de fazer, quando eu não tava com câmera eu tava com papel e desenhava. Mas eu acho metodologicamente um ganho, não saberia trabalhar com o gravador somente, mas eu acho que também tem de dialogar com as novas áreas de imagem e não ficar tão preso a filme etnográfico. Esse é o caminho que eu acabei indo, nas artes visuais. Não gosto muito de dar conselho. (risos) Mas é isso, vão pegar sua câmera, tem o problema das fotos apagadas, tem a questão ética, a fotografia mais do que nunca requer essa questão, mais do que o gravador. Quando você une as duas [antropologia e fotografia], piora, esse é um ponto chato. Antes, nos anos 2000 eu nem precisei da autorização da Vara da Infância, já no doutorado eu não tive acesso às crianças e a cada dia perdia acesso às imagens das detentas. O Estado tava ali controlando toda essa produção de imagens. Então hoje essa pressão tá mais tensa, essa relação, com qualquer tema. Hoje em dia você pega a câmera e você aponta e tá muito mais próximo da Susan Sontag, do roubar mesmo. E as pessoas têm consciência disso, do que é uma câmera fotográfica, quando eu comecei não tinham, vou te dizer que era mais fácil, eu não precisava de cessão de imagens, hoje não. E pra mim é muito constrangedor chegar e falar: assina aqui, olha você tem a pesquisa, você esclarece, mas assina aqui que eu vou usar sua imagem academicamente, acho complicado. Talvez seja o mais difícil do meu trabalho, pedir a cessão de imagem. 📍

*Carolina Medeiros é estudante do curso de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro e membra do Comitê Editorial da Revista Habitus.

**Cleissa Regina Martins é graduada no curso de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro e foi membra do Comitê Editorial da Revista Habitus de 2016 a 2018. Participou ativamente da idealização do projeto Dossiê Ciências Sociais e Imagem desta edição.